

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS - FFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIAS SOCIAIS – MESTRADO
CAMPUS DE MARÍLIA

SELMA DE FATIMA SANTOS

GERMENS DE TRABALHO ASSOCIADO NO MST

Orientador: Fabio Kazuo Ocada

MARÍLIA

2016

1

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS - FFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIAS SOCIAIS – MESTRADO
CAMPUS DE MARÍLIA

SELMA DE FATIMA SANTOS

GERMENS DE TRABALHO ASSOCIADO NO MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais. (Área de Concentração: Determinações do Mundo do Trabalho: sociedade, política e cultura).

Orientador: Fabio Kazuo Ocada

Marília

2016

2

Santos, Selma de Fatima.

**S237g Germens de trabalho associado no MST / Selma de Fatima Santos. –
Marília, 2016.**

160 f. ; 30 cm.

Orientador: Fabio Kazuo Ocada.

**Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual
Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.**

Bibliografia: f.07-160

1. Trabalho – Aspectos sociais. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 3. Reforma Agrária - Comunidades cooperativas. 4. Socialismo. I. Título.

CDD 335

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS - FFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIAS SOCIAIS – MESTRADO
CAMPUS DE MARÍLIA

SELMA DE FATIMA SANTOS

GERMENS DE TRABALHO ASSOCIADO NO MST

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais do Campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Banca Examinadora:

Orientador: Professor Fabio Kazuo Ocada, Doutor, UNESP

2º Examinador: Prof. Fatima Cabral, Doutora, UNESP

3º Examinador: Prof. Marcelo Buzetto, Doutor, FSA

Marília, SP 04 de fevereiro de 2016.

À Maria Victoria,

Ao camarada Diogo,

Às mulheres do MST que se encontram em pleno exercício de ação conspirativa...

Agradecimentos

Certamente este trabalho não teria sido possível sem os valiosos esforços de muitas pessoas, que me ajudaram e me apoiaram nos momentos de maiores dificuldades e desafios:

Agradeço imensamente: meu orientador Fabio Kazuo Ocada, por me orientar, por compartilhar conhecimentos, por me provocar reflexões novas, me confrontar com os meus equívocos, me fazer entender a realidade de forma cada vez mais profunda. Obrigado por ser paciente, disciplinado, exigente, solidário, sensível as questões difíceis, e por exercer seu ofício com amor e dedicação.

Foi fundamental nesse processo de construção e síntese de conhecimentos: meus familiares (João Vergino, Ana Maria, Aline, João Batista, Judite, Marcio, Ana Paula, Eliete, Eder, Rafael, Samuel, Karen, Renata, João Gabriel, Laura, Maria Victoria e Diogo, por ajudar a criar as condições para que meu estudo se concretizasse.

Aos professores do programa de pós-graduação da Unesp, campus de Marília, que além de serem profissionais excepcionais, me receberam tão bem e me apoiaram nas dificuldades: Fatima Cabral, Jair Ribeiro, Angélica Lovatto, Anderson Deo, Francisco Corsi, Marcos Del Roio, Mirian Simonetti, Henrique Novaes e Neusa Dal Ri.

Aos colegas que me acolheram e me inseriram na organicidade da Unesp: colegas da turma e colegas do Cpea – Centro de Pesquisa em Estudos Agrários e Ambientais - (especialmente na pessoa da Thaylize que me recebeu na Unesp, me orientou em tudo o que precisei e colocou à disposição sua casa quando foi preciso cumprir meus créditos). Foi um apoio fundamental. Às companheiras de turma Angélica Paraíso e Sandra (de Ciudad de México) pessoas com quem pude ter a oportunidade de brindar bacana amizade.

Aos trabalhadores: da biblioteca, do xerox, do refeitório, da recepção, da limpeza, da administração, da secretaria da pós, da jardinagem, do laboratório de informática, dos vários outros setores, por nos proporcionarem todas as garantias de estudo, em boas condições, e, por serem tão generosos conosco.

Ao companheiro Diogo, que foi a pessoa mais importante nesses dois anos de estudo. Pelo companheirismo, sugestões valiosas, por estar sempre presente nos momentos necessários, especialmente os de dúvidas, angustias e também de alegrias. Foram diversos

conselhos para não desistir, para ser paciente e por me fazer acreditar no momento final de entrega desse estudo. Por todos os momentos de certezas e incertezas, que me acompanha e me encoraja.

A companheira Jade, pela tua importante contribuição no processo de me ‘colocar no prumo’, nos rumos da pesquisa, com suas importantes sugestões, nas vezes que conversamos, mesmo que brevemente e informalmente.

Ao companheiro Rafael Virgínio dos Santos, que me ajudou diretamente na organização formal do trabalho.

Ao MST, organização que dedico a minha militância de forma incondicional. À todas as companheiras e companheiros dessa grandiosa e bela obra que edificamos coletivamente, por acreditar na luta dos trabalhadores e numa humanidade nova.

Por fim: meu agradecimento aos mais importantes sujeitos dessa pesquisa – trabalhadores da COPAVA. Agradeço imensamente à todos e todas que constroem no dia a dia, esse importante ‘tijolinho’, que faz parte do todo na edificação do MST.

Também aos companheiros e companheiras do MST da regional Sudoeste, que em 2013, me proporcionaram a oportunidade de escolher e realizar a pesquisa nessa localidade, com esses sujeitos.

Agradeço aos companheiros e companheiras que me concederam as entrevistas: Altevir de Moraes (Tuca), Sirlei, José Ramos, João Maria da Silva, Marcia Ramos e Delwek Matheus.

“Não estamos perdidos. Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender”.

(Rosa Luxemburg).

Resumo

O conteúdo desta dissertação é resultado de um trabalho de pesquisa, cujo objetivo, foi buscar compreender os dilemas no âmbito do *trabalho* enquanto *atividade humana necessária para a reprodução da vida*, mas, sobretudo como *atividade emancipadora do ser humano*, no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Partimos da compreensão de que a conquista da terra simplesmente não altera substancialmente as relações de trabalho no sentido de *emancipação* dos trabalhadores sem-terra. Tal reflexão resultou nos três subsequentes capítulos, os quais apresentam as diferentes formas de trabalho presentes na atualidade: *trabalho estranhado* e *auto gestor* e no devir histórico: (*trabalho associado*). No primeiro capítulo abordou-se o *trabalho estranhado* na sociedade capitalista, especificamente em áreas do agronegócio, (este por estar presente na realidade imediata dos Sem Terra onde muitos trabalhadores acampados ou assentados vendem sua força de trabalho), bem como, a relação orgânica do trabalho estranhado com a propriedade privada da terra, do trabalho e dos meios de produção. Aqui perpetua a fórmula mágica do capitalismo: *quanto mais riqueza produz por meio de seu trabalho, mais pobre se torna o trabalhador*, (pobreza material e espiritual). No segundo capítulo, assenta-se a reflexão sobre as tentativas de superação do *estranhamento do trabalho* nas áreas de luta e conquista do MST à luz de uma experiência de organização de *trabalho auto gestor*, o qual possui, potencialmente, *gêrmens de trabalho associado*. Tal experiência, realizada na COPAVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida), no assentamento Pirituba, região de Itapeva, estado de São Paulo, é fruto de uma concepção de cooperação no MST, construída nos anos 90, a qual teve como principal referência a organização dos trabalhadores camponeses em Cuba. Nesta, a terra, o trabalho e os fatores de produção são coletivizados, bem como, o trabalho é *auto gestor*. No entanto, o mesmo se realiza permeado pelas contradições do sistema do capital. No terceiro capítulo, situam-se várias dimensões do trabalho associado. Conclui-se, portanto que, por mais revolucionária que seja uma organização de trabalhadores, cujo trabalho se edifica em novas bases, haverá sempre as contradições permeadas pelo sistema do capital enquanto modo de produção. Nesse sentido, a reflexão posta, é necessidade de exercitar e aprimorar a cada dia a capacidade revolucionária de fazer algo diferente, mesmo como gêrmens, cumulativos para a organização de uma nova *comunidade humana* futura.

Palavras-Chave: Trabalho Estranhado. Propriedade Privada. Estado. Trabalho Auto gestor. Trabalho Associado. Revolução Socialista.

ABSTRACT:

The content of this dissertation is the result of a research project whose aim was seeking to understand the dilemmas posed in the work as a human activity required for the reproduction of life, but above all as emancipatory human activity within the Rural Landless Workers Movement - MST. We start from the understanding that the conquest of the land simply does not substantially change labor relations towards emancipation of the landless workers. This reflection resulted in the following three chapters, which present different forms of work today: estranged working, self managed and jutting out into the historical development: (associated work). In the first chapter we tried to approach the estranged work in capitalist society, specifically in agribusiness areas, (this to be present in the immediate reality of the landless where many camped workers or settlers sell their labor power), as well as the organic relationship the estranged work and private property of land, labor and means of production. Here perpetuates capitalism magic formula: the more wealth produces through his work, the poorer becomes the worker, (material and spiritual poverty). In the second chapter, based to reflect on the attempts to overcome the estrangement of work in the areas of fighting and winning the MST in the light of an experience of self managerial work organization, which has potentially work associated germs. This experience, held in COPAVA (Agricultural Production Cooperative - Grandma Aparecida), in Pirituba settlement, region of Itapeva, São Paulo, is the result of a concept of cooperation in the MST, built in the 90s, which had as its main reference the organization of peasant workers in Cuba. In this experiment, the land and the factors of production are collectivized, and the work is essentially collectivized and self managed. However, it is realized permeated by capital system contradictions. In the third chapter, are pointed various dimensions of the associated work. It follows therefore that no matter how revolutionary it is an organization of workers whose work is built on a new basis, they will always be permeated by the contradictions of the capital system as a mode of production. In this sense, our reflection shows the need to exercise and improve every day the revolutionary ability to do something different, even as germs, cumulative for the organization of a new, future human community.

Keywords: Alienated Work. Private property. State. Self-managed work. Associated work. Socialist revolution.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	07
-----------------	----

CAPÍTULO 1

TRABALHO ESTRANHADO NA AGRICULTURA CAPITALISTA.....	19
1.1 - Trabalho Estranhado, Propriedade Privada, Estado e Capital na formação da agricultura capitalista:.....	19
1.2 – A Acumulação Primitiva de Capitais e a Propriedade Privada da Terra no Brasil.....	26
1.3 – Trabalhadores Livres e o <i>Trabalho Estranhado</i> na Agricultura Capitalista.....	30
1.4 - Agronegócio brasileiro: a perfeita harmonia entre <i>Arcaico</i> e <i>Moderno</i>	35
1.5 – O Agronegócio e a nova reestruturação produtiva.....	45

CAPÍTULO 2

GERMENS DE TRABALHO ASSOCIADO NO MST.....	55
2.1 – Fazendo a História a Contrapelo: A narrativa dos sujeitos que constroem o trabalho auto-gestionário na COPAVA.....	62
2.2– Coletivização da Terra, Trabalho e dos fatores de produção.....	64
2.3 - A Organização do Trabalho na CPA COPAVA.....	71
2.4 – A matriz formativa da consciência a partir do referencial da luta e da organização política.....	89
2.5 - Contexto de lutas e formas organizativas do MST.....	97

FOTOS	119
CAPÍTULO 3	
DIMENSÕES DO TRABALHO ASSOCIADO.....	124
3.1 - Os moradores de rua na luta do MST: o reencontro com o trabalho coletivo, com a auto-atividade e a humanização.....	124
3.2 - Trabalho Associado e Revolução Socialista.....	128
3.3 – Trabalho Associado e as dimensões da junção manual e intelectual do Trabalho.....	139
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
5- ANEXOS.....	152
6 - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156

INTRODUÇÃO:

O presente texto resulta de um processo de pesquisa sobre a experiência de trabalho coletivo na Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) da Agrovila 3, no Assentamento Pirituba¹, região sudoeste do estado de São Paulo, no sentido de verificar um processo germinal de *trabalho associado* dentro de um assentamento do MST. Tal perspectiva pretende identificar avanços na experiência em curso há 20 anos.

A experiência organizativa em questão, apesar da influencia direta da revolução cubana e do debate no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nos anos 90 sobre a cooperação numa perspectiva de estratégia socialista, está é claro, muito longe de ser uma experiência socialista, uma vez que a realidade está permeada por relações sociais capitalistas, as quais implicam revezes e contradições. Mas, por outro lado, ela se difere do trabalho comumente objetivado na sociedade capitalista, de natureza mercantil, mediada por um salário para a produção e reprodução de mercadorias.

A mesma possui algumas particularidades, que inclusive, não é realidade comum para a maioria dos assentamentos conquistados e organizados pelo MST, como é o caso da propriedade da terra e dos fatores de produção ser coletivizados. Trata-se de uma coletividade que transformou a propriedade privada da terra em propriedade coletiva, o *trabalho estranhado* em trabalho coletivo auto-gestionário e o fruto do trabalho também repartido coletivamente. A grande maioria dos assentamentos possui realidade de propriedade individual, trabalho individual e/ou no âmbito do núcleo familiar (mas também de proletarização da força de trabalho), e produção de mercadorias agrícolas.

¹ O assentamento Pirituba envolve uma área de 17.500 hectares, oriundo de terras públicas da União que fora grilada por latifundiários e arrendada, antes de ser desapropriada. Após intenso processo de luta pela terra, nos anos de 1984 a 1996 vários grupos de sem-terra foram sendo contemplados com a desapropriação de parcelas dessas terras, as quais deram origem à seis assentamentos na fazenda Pirituba. Todos são próximos um do outro e possuem vínculos orgânicos com a organicidade do MST. Os dois primeiros grupos que se formaram em 1984 (agrovilas 1 e 2) não foram organizados pelo MST. Somente a partir de 1985 é que o MST passa a organizar as ocupações na fazenda Pirituba a partir do terceiro grupo (Assentamento Agrovila 3 a qual possui a CPA que é o nosso objeto de estudo). No entanto, as agrovilas 1, 3, 4 5 e 6 e demais assentamentos na região possuem relações orgânicas e de identidade com o Movimento. O único que não possui organicidade do MST é a agrovila 2. O nosso trabalho de pesquisa abordará o assentamento como um todo, mas tem a especificidade na agrovila 3 cuja experiência de CPA está presente nesse assentamento. Vale ressaltar que a cooperativa está organizada no assentamento agrovila 3, mas mesmo nesse assentamento, não são todas as famílias cooperadas. Há em torno de 30% dessas famílias que trabalham individualmente a terra.

No entanto, essa experiência político organizativa de duas décadas de existência, é ao mesmo tempo, esforço enorme de resistência, contra o avanço da agricultura capitalista, principalmente ao modelo do agronegócio, que inunda dia-a-dia o assentamento com sua ideologia, sua propaganda, sua materialidade. Por vezes, os próprios assentamentos, entram na contradição de reproduzir a lógica do chamado “*agronegocinho*”, adotando o modelo produtivo convencional.

O texto está organizado em três capítulos que são os seguintes: O Capítulo 1 aborda a questão do *trabalho estranhado* na sociedade capitalista e como a propriedade privada e o Estado burguês são seus pressupostos fundantes e determinantes. O mesmo aborda também o contexto do agronegócio e suas principais contradições. Dentre elas destaca-se a questão do *trabalho estranhado* especialmente no sentido de colocar o trabalho escravo moderno e como ele alimenta a lógica capitalista. Com isso, acredita-se fazer um paralelo entre o trabalho na lógica mercantil e o fundamento do trabalho coletivo, em contraposição a lógica mercantil realizado pelos trabalhadores da COPAVA (Cooperativa de produção Agropecuária “Vó Aparecida”)².

Inicia-se abordando o momento histórico em que o capital tem sua gênese a partir do século XV e XVI e XVII, baseado na acumulação primitiva de capitais, onde de forma brutal, violenta, separa produtores de seus meios de produção: terra e seus fatores de produção: matéria prima, força de trabalho, confecção de mercadorias a partir do trabalho, etc. Os meios de produção passaram a estar sob o domínio de uma classe dominante burguesa, formada por grandes e poucos proprietários, restando apenas a venda da força de trabalho aos trabalhadores para também ser transformada também em mercadoria.

Os camponeses destituídos de suas terras foram transformados em trabalhadores livres (livres para vender sua força de trabalho como única alternativa que lhes restou). Assim, ainda hoje encontramos o cordão umbilical dos trabalhadores sem-terra com o processo primitivo de formação de capitais e de concentração da propriedade da terra nas mãos da classe dominante.

² Cooperativa de Produção Agropecuária “Vó Aparecida”, em homenagem póstuma a uma “avó coletiva” muito querida pela comunidade.

Tratar-se-á de maneira breve, dos elementos sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho na sociedade capitalista, as quais são fundantes na produção de riquezas (através da fabricação de mercadorias tanto para as necessidades reais como para satisfazer o desejo e o fetiche do consumo, bem como do amplo desenvolvimento das forças produtivas). Tratar-se-á como a contradição capital/ trabalho é inerente e parte orgânica da acumulação capitalista e que sem o trabalho e sem os sujeitos principais desse processo não existe a relação social capital e a mercadoria que completa o ciclo do mesmo. Os trabalhadores construíram todas as riquezas que a humanidade conhece e não desfrutam delas. Importante esse subitem do capítulo, no sentido de se estabelecer fio condutor sobre como se chegara à realidade atual.

O capítulo 2 versa sobre a pesquisa empírica do *trabalho* na CPA COPAVA no assentamento Agrovila 3, e a identificação dos germens de *trabalho associado* que influencia na formação (avanço ou recuo) da consciência. Tal capítulo trará presente parte da trajetória do MST no sentido de apresentar sua história e concepção construída, e como a experiência da COPAVA se insere na organicidade do MST e vivencia sua prática a partir de uma orientação política e estratégica do mesmo.

O mesmo sistematiza e traz elementos dos próprios sujeitos sobre a experiência de organização política, econômica, social e cultural do assentamento, localizado na região sudoeste do estado de São Paulo. Importante ressaltar que o mesmo se localiza no contexto das contradições do sistema capitalista em geral, e em particular, sob o avanço do agronegócio no estado de São Paulo e sob os limites postos aos movimentos sociais³ e organizações políticas na luta pela terra e reforma agrária na atualidade.

³ O MST é conhecido na sociedade brasileira como um movimento social, mas internamente, e nos debates entre os militantes ele é caracterizado e concebido como uma Organização Política, pois ultrapassa o caráter de movimento social, já que possui organicidade baseada na concepção leninista de direção e estrutura organizativa centralizada e vertical, embora existam os núcleos de base numa perspectiva de horizontalizar as decisões. Ainda assim, o centralismo democrático é praticado por toda a organização. Também se propõe a objetivos amplos como é o caso da transformação social, buscando aliança entre o campo e a cidade, e também para além das fronteiras do país, como é o caso da formação das brigadas internacionalistas do MST que atuam nos países como: Haiti, Bolívia, Guatemala (Nicarágua e El Salvador), Venezuela, Palestina, Moçambique, África do Sul, China e Paraguai. Essas brigadas atuam no campo da formação e educação política, mas também na área da produção, contribuindo com as organizações desses países, a partir de uma solicitação dos mesmos e levando a contribuição voluntária e solidária numa prática de solidariedade de classe. O MST tem um projeto de classe, apesar de viver uma conjuntura peculiar em que está imbricado por grandes dilemas como é o caso atual da sua correlação de forças e a crítica moderada ao governo que não realizou sequer pequenos avanços no âmbito da reforma agrária.

Ainda no segundo capítulo, sobremaneira, abordar-se-á o contexto do MST, os desafios da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular⁴ no atual contexto de refluxo das lutas populares e conservadorismo de um governo tido como esquerda. Abordar-se-á os entraves na implementação da reforma agrária, num país que tem um dos maiores índices de concentração fundiária do planeta. Assim elencar-se-á os entraves por parte do governo e do Estado burguês através dos aspectos jurídicos, políticos, financeiros, (contextualizando-o em sua natureza e caráter de classe, que é atender aos interesses da classe dominante, no caso, a burguesa e se colocar em contraposição aos interesses dos trabalhadores, especialmente quando estes atingem um dos pilares centrais da ideologia burguesa liberal, por exemplo, como no caso do *trabalho estranhado* e da propriedade privada).

Situa-se nesse capítulo a história do assentamento, a organização do mesmo e a experiência que o torna um diferencial na realidade dos demais assentamentos no estado de São Paulo e por se tornar a única cooperativa de produção que resiste mantendo a proposta de CPA com terra e fatores de produção socializados no estado de São Paulo.

Nosso objeto de estudo diz respeito aos trabalhadores ligados a questão agrária, que resultam de um intenso processo de luta pela terra e reforma agrária, e, que estão consolidados numa conquista coletiva da terra. Para tanto, trataremos especificamente dos trabalhadores rurais sem-terra, vinculados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na particularidade de um assentamento, na região sudoeste paulista. Esses trabalhadores são proletários e semi-proletários rurais (bóias-frias, assalariados rurais e semi-assalariados) que trabalhavam em latifúndios da região, até que em 1985 participam da luta pela terra na região

⁴ A Reforma Agrária Popular foi defendida pelo MST em seu 6º Congresso Nacional, em 2013, compreendendo que não há alternativa para um modelo de Reforma Agrária nos moldes de uma reforma agrária clássica, como foram em alguns casos de revoluções burguesas típicas do desenvolvimento do capitalismo. A Reforma Agrária Popular, uma concepção ainda em gestação pelo Movimento desde suas bases, tem de ser feita pelos trabalhadores e com o apoio popular, uma vez que deve interessar a toda a sociedade brasileira, como resolução de diversos problemas existentes na sociedade brasileira, mesmo aqueles de natureza urbana: habitação, violência, poluição, alimentos caros, infra-estrutura e mobilidade, escolas, saúde, etc. E também vem de encontro aos anseios dos trabalhadores do campo, na democratização do acesso a terra, geração de empregos, criar nova matriz produtiva com tecnologia, tendo em vista a agricultura para a promoção de vida saudável, sem agrotóxicos, sem exploração do trabalho, com acesso a saúde, educação de qualidade, lazer, etc. Ver material: “Como Construir a Reforma Agrária Popular em Nossos Assentamentos” – Caderno de Estudo – Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. São Paulo, 2014.

Sudoeste de São Paulo, conquistam uma parcela do latifúndio da fazenda Pirituba II e organizam suas vidas numa coletividade.

Nossa escolha por esse assentamento como nosso objeto de pesquisa, deve-se ao fato de que o mesmo se caracteriza por se diferenciar da maioria dos assentamentos do estado de São Paulo. Enquanto a maioria dos assentamentos do estado e também no Brasil não possuem a propriedade da terra de forma coletivizada e nem o trabalho são organizados como processos coletivos, ao mesmo tempo são bastante precarizados e sem iniciativas de cooperação agrícola. Constata-se enorme proletarização da maioria das famílias assentadas: na cadeia produtiva da cana de açúcar e etanol, laranja, eucalipto, ou mesmo nas áreas urbanas, como na construção civil, empregadas domésticas (mulheres), entre outros serviços ou bicos. Há uma espécie de nova mercantilização da força de trabalho chamada também de re-proletarização da força de trabalho. Isso ocorre porque as condições existentes para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária no Brasil são extremamente precarizadas e as políticas públicas são miseráveis. Não há recursos e nem prioridade por parte do governo e do Estado brasileiro destinado a tal projeto.

A situação do trabalho nas áreas do agronegócio, em específico no estado de São Paulo, um dos estados em que o agronegócio brasileiro é o mais desenvolvido do país é de super-exploração, inclusive situações análogas à escravidão são flagradas frequentemente nos canaviais e laranjais do estado, em particular na região centro oeste paulista. Os empregadores geralmente são empresas multinacionais, que dominam o monopólio das cadeias produtivas das *commodities* acima mencionadas. Além da exploração que envolve as relações trabalhistas, exploram os recursos naturais e agem de forma predatória acabando com a biodiversidade, os recursos hídricos, avançando sobre e diminuindo as áreas de produção de alimentos, utilizando agrotóxicos proibidos pela ANVISA (Agência nacional de Vigilância Sanitária), entre outros, gerando ameaças para as futuras gerações.

Já no terceiro capítulo, todavia, tratar-se-á especificamente sobre o tema do trabalho associado no MST, no sentido de trazer presente qual a concepção de trabalho associado que o MST possui, bem como que tipo de limites encontrados no processo e quais os desafios para avançar-se nessa perspectiva tendo em vista alguns processos de revolução socialista em que o trabalho associado logrou avanços.

Enfim, no Capítulo 3 pretende-se relacionar aos dois primeiros capítulos entre o trabalho estranhado, com a experiência de trabalho da pesquisa, (trabalho autogestionário), com o conceito de trabalho associado, reconhecendo seus limites e por isso mesmo, apontando que o que existe são apenas germens de trabalho associado.

Permeia o decorrer do texto algumas reflexões sobre os pressupostos teórico-metodológicos, onde se procurou reforçar no método, o *trabalho* como pressuposto ontológico.

O debate teórico no texto buscou a mediação de categorias e do método marxiano, utilizando-se (especialmente na obra “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”). Mas também a “A Ideologia Alemã” retirando dessas o núcleo central do pensamento dos autores (Marx e Engels) sobre o trabalho *estranhado* e a *alienação*, bem como a hipótese de *trabalho associado* como germens para a construção de uma nova *comunidade humana*. Com isso, a tentativa de interpretar a experiência político/organizativa e contribuir com elementos novos ao debate chegando a um ciclo novo através do concreto pensado. O método que a que se pretendeu como instrumental de ferramentas de análise é o do materialismo histórico dialético.

O texto envolve pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Parte do conteúdo do segundo capítulo está a entrevista coletada no trabalho de campo com os trabalhadores sujeitos do processo. Essas entrevistas se deram através da relação pesquisador/a militante e trabalhadores numa relação de interação entre ambos, construída a partir da vivência na luta há bastante tempo. Assim, a pesquisa se revela o tempo todo numa mistura sincronizada de teoria e vivência prática, já que a militante pesquisadora tem sua origem nessa mesma região, e assim como a história de muitas famílias que vivenciam a experiência, também viveu até os dezesseis anos trabalhando de boia-fria junto com seus pais⁵, que por origem são

⁵ Na maioria das vezes era com minha mãe e demais irmãos pequenos e também com minhas primas. Minha mãe era obrigada a trabalhar nas lavouras de tomate para complementar a renda em casa, já que tem sete filhos e na época todos eram pequenos. Meu pai era militante de um sindicato de trabalhadores rurais e não tinha salário fixo, as vezes recebia ajuda de custo e as vezes não recebia nada no mês. Era ameaçado de morte por fazer um trabalho de enfrentamento aos latifundiários da região e de defesa dos trabalhadores. Meus pais adquiriram um mínimo de consciência política através da CEBs, trabalho com base na Teologia da Libertação e também participaram de trabalho de base por parte do PT e da CUT que naquele período tinham outra postura diante das mudanças necessárias. No sindicato meus pais conheceram o MST.

trabalhadores rurais sem-terra em que na época suas condições de trabalho era vender sua força de trabalho para um latifundiário.

Eu mesma trabalhei dos 12 aos 16 anos como *bóia-fria* e recebia em pagamento uma quantidade bem menor do que um adulto. Recebia a remuneração pelo equivalente a trabalho infantil e o trabalho realizado era nada mais, nada menos, do que formar lavouras de tomate do plantio até a colheita, onde aspirávamos, respirávamos e “*tomávamos banho*” no local de trabalho, com a neblina de agrotóxicos que caíam sobre os trabalhadores no momento da pulverização e nos esforçávamos com serviços pesados como na colheita. Lembro-me do Ministério Público investigando a situação e fiscalizando o trabalho escravo infantil que naquela região era muito comum. Por ordem do patrão os pais escondiam os filhos pequenos toda vez que algum carro “de fora” chegava ao local das lavouras. Essas cenas me lembram aos filmes que retratam os trabalhadores das fabricas de tecido dos séculos XVI e XVII.

Assim, nossa postura diante do objeto é de alguém que também é parte do objeto pesquisado, no sentido de que fazemos parte da militância⁶ do MST, acompanhando na pratica boa parte da trajetória em construção. Nossa postura como militante é buscar construir análise crítica da realidade no sentido de não conformismo com ordem capitalista. Também na condição de mestranda, temos a intenção de fazer uso da teoria e do conhecimento adquirido para fundamentar nossa pratica política. No entanto, nos colocaremos na condição de aprendiz do objeto estudado, na junção da teoria em confronto com a prática e vice versa. Isso porque não acreditamos ser a experiência empírica baseada no conhecimento popular uma verdade absoluta, assim como não acreditamos na teoria como única portadora da verdade. Em geral a ciência, o conhecimento científico, salvo exceções, na sociedade burguesa existe para atender aos interesses da classe politicamente e economicamente dominante.

Ao mesmo tempo a desconfiança como o empírico também se dá inclusive porque as experiências concretas são impregnadas de senso comum e portadoras de filosofia alienada em que muitas vezes o gosto pelo que é popular, ou, a sua suprema valorização, como por exemplo, ‘o conhecimento popular’, ‘a cultura popular’ aparece como portadora de valor

⁶ Aos 16 anos iniciei minha militância no MST quando meus pais decidiram entrar na luta pela terra na tentativa de “conquistar um pedaço de chão”. Os mesmos são assentados no município de Piratininga, estado de São Paulo, próximo a Bauru.

sobrenatural. Reforça-se assim de forma disfarçada e velada, ou até mesmo explícita a contribuição para a manutenção da dominação burguesa. A mentalidade do homem comum está impregnada da ideologia dominante, a qual precisa de ‘inventário’, onde a mesma possa ser decomposta em suas partes constitutivas, tornando-a crítica e desvelada em suas principais contradições e reapresentada novamente como filosofia crítica. De novo o que nos importa é a práxis na relação teoria e prática/conhecimento e ação.

O texto que por ora apresentamos é a conclusão da pesquisa e texto dissertativo, o qual será apresentado para a banca como requisito de título de Mestre. O mesmo, apesar de se tratar de texto final, após a qualificação, se encontra, ainda, cheio de limites e lacunas, as quais pretendemos que a banca possa fazer as críticas, bem como sugestões de melhorias no conteúdo e método para aprofundamento posterior.

A pesquisa de campo assim como na pesquisa bibliográfica também tem como pressuposto o método marxista do materialismo histórico dialético em que a síntese é a parte material transposta e traduzida, ou mentalizada, refletida na cabeça do homem. De acordo com Netto (2011, p. 21), para Marx, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real traduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento), ou seja, a teoria é o próprio conhecimento do objeto, de sua estrutura e dinâmica. E essa reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. Netto, (2011, p. 22) argumenta que o objetivo do pesquisador deve ser revelar a “essência” da “aparência”, ou seja, apreender a essência na estrutura e dinâmica do objeto. Assim, reproduz-se no plano do pensamento, ou no plano ideal, aquilo que é a essência do objeto pesquisado, verificado, indagado, confrontado, sintetizado. O processo que inicialmente partiu-se da aparência, passou por abstrações analíticas, pretendendo se chegar a um conhecimento em que a abstração se revela novamente sobre o objeto como o real refletido no pensamento, abstraído, retornando ao objeto novamente. Mas desta vez com uma qualidade superior e não mais de forma simples, ou seja, retorna agora como *concreto pensado*. O objeto nunca é isolado numa determinada realidade. Ele é sempre fruto de *múltiplas determinações*.

Marx (2007) parte do pressuposto que “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações”. Assim, quanto mais se reflete as múltiplas determinações de um objeto se reflete a sua concreção real. Para o autor, as “determinações

mais simples” são postas no âmbito da universalidade e de acordo com o autor, é na imediaticidade do real que elas mostram-se como singularidades. Assim, o conhecimento do concreto pensado atua na universalidade, singularidade e particularidade.

Ao mesmo tempo em que é particular, o objeto em questão tem sua característica universal (*universalidade*) na medida em que é síntese de múltiplas determinações, não está isolado no mundo, e se relaciona com a totalidade, pois possui diversas conexões com a realidade exterior do mundo, ainda mais numa *Era* em que a dinâmica do capital tem características universais. Para tanto, nosso objeto está entranhado no sistema *sociometabólico* do capital (Mészáros, 2009: 101) e relaciona-se com as relações sociais capitalistas em suas determinações gerais e específicas. Possui a *singularidade*, sobretudo porque tais experiências estão na contramão da ideologia burguesa e da ordem e diretrizes do capital, pois se torna embrionária num projeto emancipatório e tende a se universalizar no sentido de ser experiências em potencial para acúmulo político organizativo na organização dos trabalhadores. Nosso objeto, portanto, se situa ainda na *particularidade* de um grupo de trabalhadores que coletivizaram a terra e os fatores de produção, bem como o usufruem dos frutos do trabalho de maneira comum. Os mesmos vivem as contradições da propriedade privada da terra, dos meios de produção, bem como, do estranhamento do trabalho e conseqüentemente da consciência alienada num movimento dialético de avanços e recuos. Isso é singular (é a singularidade do objeto) diante do modo de produção capitalista, que tem como pressuposto fundamental a propriedade privada da terra, dos fatores de produção, do trabalho, e apropria de forma privada dos frutos do trabalho resultado da força de trabalho dos trabalhadores, os quais quanto mais trabalham, mais pobre se tornam. Os trabalhadores no sistema capitalista naturalizam essas relações e são disciplinados mecanicamente para o mercado de trabalho onde irão produzir mercadorias e acúmulo de riquezas a partir da apropriação de mais valia pelo patrão.

No âmbito do método de pesquisa de campo, especificamente, buscou-se aplicar a pesquisa qualitativa com base nas técnicas utilizadas nas Ciências Sociais, tais como: a *observação participante*⁷, *entrevista aberta*⁸, *história de vida*⁹. No caso da história de vida

⁷ “A observação participante se distingue da observação informal, ou melhor, da observação comum. Essa distinção ocorre na medida em que pressupõe a interação do investigador ao grupo investigado, ou seja, o investigador deixa de ser um observador externo aos acontecimentos e faz parte ativa deles”. (BONI. QUARESMA. Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 Nº 1 (3), janeiro/Julho 2005, p. 68-80.

buscou-se um retrato das histórias de vida dos indivíduos locais, mas que estão totalmente entrelaçadas na história de vida coletiva de um grupo social, que vivenciaram as mesmas experiências como grupo partindo de uma coesão e objetivos comuns na luta pela terra conquista e construção da experiência. Apesar de se obter conexões de subjetividade individualizada de cada trabalhador de forma diferenciada no processo, mas percebe-se uma rica sintonia a partir da história de vida, numa subjetividade coletiva que é coesa, recíproca, unitária, contraditória as vezes, mas que forjou laços consistentes e fraternos de uma organicidade que une econômico e político e interfere na formação da consciência.

De acordo com Tonet (2010) em seu texto “*Trabalho Associado e Revolução Proletária*” (...) “é sempre tarefa ingrata fazer a crítica às tentativas revolucionárias socialistas” e de fato o é. Essa tarefa já cumpre muito bem a filosofia liberal burguesa: aliás, fazem-na com prazer. Também a própria esquerda, em grande medida, utiliza-se da autocrítica e crítica aos processos revolucionários no intuito de refletir sobre os erros. Claro que todo processo de crítica é importante para evitar novos erros e desvios. No entanto, estamos “calejados” de ficar na crítica pela crítica, e muitas vezes, as quais não acumulam um milímetro para os rumos da luta. Em grande medida, como afirma o próprio autor, “*quando é feita por intelectuais do conforto dos seus gabinetes*”, e não estão pisando diretamente no chão da luta política, ou, ainda “como uma atitude teoricista, isto é, de subestimação de situações concretas”.

Refletir sobre os fundamentos do trabalho associado, implica também refletir sobre as bases de pensamento em que se assenta essa reflexão. Trazer-se-á no decorrer do presente texto, elementos da filosofia da história e situar-se-á a radicalidade, bem como os pressupostos do método do materialismo dialético, sobretudo em tempos de dissolução da teoria marxista e aprofundamento da irracionalidade contemporânea.

⁸ “A técnica de **entrevistas abertas** atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulações mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são inseridas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante”. (Idem, p.74). [Grifo do autor].

⁹ Seu principal objetivo é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações. Há dois tipos de história de vida (HV): a completa que retrata todo o conjunto da experiência vivida e a tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão. (Idem, p. 73).

Na história da produção do conhecimento, a relação produtores de conhecimento com o trabalho manual também é estranhada. Ver-se-á que não só o trabalho tem as características de estranhado. O próprio conhecimento é produção estranhada na sociedade capitalista.

É notável que a Era Moderna, ou a Era Burguesa, produziu uma filosofia que justificou suas ações no decorrer da história. Assim, a filosofia Iluminista inaugurou com o seu próprio surgimento, uma nova Era na história do pensamento e da filosofia mundial: o Iluminismo elabora uma noção de razão em que a ciência passa a ser um conceito de racionalidade de acordo com a produção material e espiritual da vida daquele contexto histórico. Essa racionalidade com veio positivista desconectou a totalidade dos processos de produção: seja de trabalho manual como de trabalho intelectual.

Em seu desenvolvimento histórico a ciência deixou de ser dependente da teologia, de um saber mitológico e contemplativo e passou a desenvolver um *renascimento científico* em que o objeto cognoscitivo (conhecimento) passa a ser central na ciência moderna. Esse saber é produzido associado com o conhecimento técnico. Mas separado do trabalho manual.

Refletir sobre o trabalho associado requer a urgência de repensar formas de organização dos trabalhadores numa perspectiva revolucionária, socialista, sobretudo, na condição de recuperar *a ontologia do ser social* através do trabalho humano associado e recuperar a *práxis revolucionária* como maneira de produzir essa nova síntese e legado para a humanidade.

Os homens da Terra (Vinícius de Moraes)

Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha
Porque desfrutais da terra
E a terra é de quem trabalha
Bem como os frutos que encerra

Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha.
Chegado é o tempo da guerra
Não há santo que vos valha
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra.
Não o fuzil contra a enxada
- União contra granada
- Reforma contra metralha!

Senhores Donos da Terra
Juntai vossa rica tralha
Vosso cristal, vossa prata
Luzindo em vossa toalha
Juntai vossos ricos trapos
Senhores Donos da terra
Que os nossos pobres farrapos
Nossa juta e nossa palha
Vêm vindo pelo caminho
Para manchar vosso linho
Com o barro da nossa guerra:
E a nossa guerra não falha!

Nossa guerra forja e funde
O operário e o camponês

ele quem fez o forno
Onde assa o pão que comeis
Com seu martelo e seu forno
Sua lima e sua torquês.
Foi ele quem fez o forno
Onde assa o pão que comeis
Nosso pão de cada dia
Feito em vossa padaria
Com trigo que não colheis.

Nosso pão que forja e funde
O camponês e o operário
No forno onde coze o trigo
Para o pão que nos vendeis
Nas vendas do latifundiário

Senhor latifundiário!
Senhor Grileiro de terra
É chegada a vossa vez
A voz que ouvis e que berra
É o brado do camponês
Clamando do seu calvário
Contra a vossa mesquinhez

O café vos deu o ouro
Com que encheis vosso tesouro
A cana vos deu a prata
Que reluz em vosso armário
O cacau vos deu o cobre
Que atirais no chão do pobre
O algodão vos deu o chumbo
Com que matais o operário:
É chegada a voz vez
Senhor latifundiário!

Em toda parte, nos campos
Junta-se à nossa outra voz
Escutai, Senhor dos campos
Nós já não somos mais sós.
Queremos bonança e paz
Para cuidar da lavoura
Colher o milho que doura
Queremos que a terra possa
Ser tão nossa quanto vossa
Porque a terra não tem dono
Senhores Donos de Terra.

Queremos plantar no outono
Para ter na primavera
Amor em vez de abandono
Fartura em vez de miséria
Queremos paz, não a guerra
Senhores Donos de Terra...

Mas se ouvidos não prestais
Às grandes vozes gerais
Que ecoam de serra em serra
Não há santo que vos valha:
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra
Não o fuzil contra a enxada:
- Granada contra granada
- Metralha contra metralha!
E a nossa guerra é sagrada
A nossa guerra não falha

CAPÍTULO 1

TRABALHO ESTRANHADO NA AGRICULTURA CAPITALISTA

1. 1 - Trabalho Estranhado, Propriedade Privada, Estado e Capital na formação da Agricultura Capitalista:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. (MARX, ENGELS).

Importante trazer presente os elementos históricos da gênese do capital no sentido de compreendê-lo como fio condutor dos processos atuais, localizando o momento do rompimento entre trabalhadores e meio de produção; processo histórico em que o capital fez do trabalho e do trabalhador mera mercadoria, as quais se tornaram fontes vitais de acumulação por parte da classe proprietária capitalista.

Nota-se de acordo com Marx (1991 a: 65), que um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro – não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. O autor argumenta ainda que outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho.

“Isto significa, acima de tudo que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural – significa a dissolução tanto da propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna”. (MARX, 1991 a, p. 65).

Marx (1991 b: 66) assinala que o primeiro pressuposto da forma inicial de propriedade da terra é a comunidade humana, tal como surge a partir da evolução espontânea (*naturwüchsig*): a família, a tribo formada pela ampliação da família ou pelos casamentos entre famílias, e combinações de tribos. O autor considera o pastoreio ou a vida nômade como

primeira forma de sobrevivência, na qual a tribo não se estabelece em lugar fixo, aproveitando antes, o que encontra no local e logo indo adiante.

Os homens não foram fixados pela natureza, (salvo, talvez em certos ambientes tão férteis que pudessem subsistir com base em uma simples árvore, como os macacos; fora disso, eles teriam de mover-se, como os animais selvagens). Portanto, a comunidade tribal, o grupo natural não surge como consequência, mas como a condição prévia da apropriação e uso conjuntos, temporários, do solo. (MARX, 1991 b, p. 66)

A comunidade original se fixa e se modifica a depender de vários fatores externos: geográficos, climáticos, físicos etc., bem como de sua constituição específica, isto é de seu caráter tribal. A terra é o grande laboratório, o arsenal, que proporciona tanto os meios e objetos de trabalho como a localização, a base da comunidade. (Idem).

A comunidade, para o autor, não é a substância da qual o indivíduo aparece como simples acidente e nem é a entidade geral, que existe tanto na representação na mente dos homens quanto na realidade da cidade e suas exigências urbanas, diferenciada do existir econômico separado de seus membros. Argumenta também que a comunidade só tem existência real na *união efetiva** para fins comunitários.

Para Marx, (1991 b) o ponto chave para essa questão é: em todas estas formas, nas quais a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é, a reprodução dos indivíduos em determinadas relações com sua comunidade, da qual constituem a base, encontramos os seguintes elementos:

1. A apropriação das condições naturais de trabalho: da terra como instrumento original de trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas; entretanto, apropriação que se efetua não por meio do trabalho, mas como condição preliminar do trabalho. O indivíduo, simplesmente, considera as condições objetivas do trabalho como próprias, como a natureza inorgânica de sua subjetividade, que se realiza através delas. A principal condição objetiva de trabalho, em si, não se mostra como o *produto* do trabalho, mas ocorre como *natureza*. De um lado, temos o indivíduo vivo, do outro a terra como condição objetiva de sua reprodução.
2. A atitude em relação à terra, à terra como propriedade do indivíduo que trabalha, significa que o homem mostra-se, desde o princípio, como algo mais do que a abstração do “indivíduo que trabalha”, tendo um *modo objetivo de existência* na propriedade da terra, que antecede sua atividade e não surge como simples consequência dela, sendo tanto uma pré condição de sua atividade como é sua própria pele, como são seus órgãos sensoriais, pois toda a pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, no processo da vida enquanto pressupostos deste processo de reprodução. (Idem, p. 76)

O indivíduo das comunidades ou tribos antigas, simplesmente considera as condições objetivas do trabalho como próprias, como a natureza inorgânica de sua subjetividade, que se realiza através delas. Seu trabalho na terra é algo como sua própria pele, como são seus órgãos sensoriais. Fora da comunidade, o indivíduo isolado, do mesmo modo que não poderia falar (o desenvolvimento da linguagem decorre da vida em comunidade), não poderia ser proprietário do solo. Quanto muito poderia viver dele, como uma fonte de suprimentos como vivem os animais. A relação com a terra, como propriedade, nasce da sua ocupação pacífica ou violenta, pela tribo, pela comunidade em forma mais ou menos primitiva ou já historicamente desenvolvida. O indivíduo não aparece de forma isolada como trabalhador livre.

No curso da história da humanidade, essa formação social denominada como um modo de produção do “comunismo primitivo”, fora superada (não como evolução natural, mas como parte de um processo de superação dialética), por outras que se constituíram posteriormente, formando as bases para o que atualmente se conhece como propriedade privada nos marcos da sociedade capitalista. Considerando que na história da humanidade, diferentes foram os modos de produção que as formações sociais construíram para seu tempo histórico, assim como diferentes foram as contradições vivenciadas por cada uma delas, pois *elas não são resultantes de processos harmoniosos e estáticos do desenvolvimento histórico-social* (NETTO. BRAZ. 2010) e sim, movidas por contradições diversas entre classes dominantes e classes dominadas que permearam os diferentes tipos de sociedades. Importante ressaltar que o capital enquanto relação social existe anteriormente ao capitalismo, mas é a sociedade capitalista que oferece as melhores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Com a superação das formas de sociedade anteriores e a construção da sociedade capitalista, a qual se forjou de forma sangrenta e de encarniçadas lutas da burguesia nascente contra a nobreza feudal (na Europa), materializa-se e consolida-se o modo de produção capitalista que iria se expandir posteriormente para outras partes do globo.

Importante ressaltar que sem a propriedade privada burguesa, da terra e da força de trabalho, o capital não seria o mesmo através da história. Para tanto, quando se trata de propriedade privada requer a compreensão de que não se trata apenas da terra e dos bens da natureza, mas fundamentalmente sobre a propriedade privada da força de trabalho que produz a riqueza privada e os lucros privados para os donos de capital. Ela é fundante nas relações

capitalistas de produção. Marx, (2013) elucida que o vínculo existente entre propriedade privada (seja da terra, dos meios de produção e da apropriação privada da força de trabalho) e produção de capital é orgânico. Não existe e não teria existido formação de capitais e lucros privados se não fosse através do processo violento de constituição das propriedades coletivas/comunais e trabalho coletivo em propriedade privada. A sangrenta acumulação primitiva de capitais foi decisiva para esse salto na história da humanidade.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe dos capitalistas em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que as grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2013, p. 787).

Para tanto, a propriedade da terra e dos meios de produção, outrora coletiva ou comunitária e agora transformada em privada, através do bárbaro processo de acumulação primitiva de capitais, por parte da classe dominante burguesa, é parte constitutiva desse momento histórico, de divisão entre cidade e campo, da formação dos proletários (expulsos de suas terras), de divisão intelectual e manual do trabalho, e a continuidade da divisão sexual do trabalho (o último já existia desde as sociedades patriarcais antes mesmo da sociedade capitalista, assim como a própria propriedade privada).

O aspecto central da acumulação primitiva de capitais, ou do próprio capital, é a constituição de ‘trabalhadores livres’ para vender a força de trabalho: essa é uma questão chave juntamente à privatização da terra e dos meios de produção.

A expulsão de camponeses pobres das suas terras comunais na Inglaterra, por exemplo, e para outras regiões da Europa inicialmente, e, também do mundo, posteriormente, para dar lugar aos cercamentos e a legitimação da propriedade privada para acumulação capitalista, começa a dar demonstrações dos germens iniciais que não resultou somente na formação inicial de capitais privados nas mãos de uma pequena minoria da classe dominante, como também e principalmente cumpriu com o objetivo de formar uma massa gigantesca de proletários que só tinham como meio de sobrevivência “*vender a sua própria pele*” para o mercado de trabalho nas fábricas ou nas propriedades de terras.

Para Marx (1984: 828) o segredo da acumulação capitalista decorre de um processo anterior que é a acumulação primitiva, “anterior à acumulação capitalista (“previous

accumulation” segundo Adam Smith), uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida”. (MARX, 1984, 828).

Para Marx, como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital, pois tem que haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias em que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar as somas de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho.

Estabelecidos esses dois polos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (Idem, p. 829 e 830).

Não há nenhum elemento civilizatório nesse período da acumulação primitiva, ao contrário do que afirma a historiografia e a economia política burguesa, trazendo presente o elemento de que há uma elite laboriosa que enriqueceu graças a seus próprios esforços de trabalho e porque soubera poupar, e os que são pobres o são porque são preguiçosos e vadios. Essa façanha na história não ocorreu de maneira espontânea ou naturalmente, e sim, intencionalizada, planejada, consumada, para que o capital se desenvolvesse como novo sujeito histórico.

Mas, para o pensamento liberal burguês, aparece apenas um tipo de explicação para o processo de acumulação primitiva: Locke explica que a *indolência* (preguiça) é um pecado e que o mundo foi feito para os laboriosos. Esses merecem os bens que *Deus lhes outorgou*, enquanto que os pobres merecem sê-los por serem preguiçosos:

Existem homens ‘diligentes e racionais’ aos quais Deus entregou o mundo, sendo o trabalho o título de sua propriedade, enquanto que há outros ‘rixentos e litigiosos’, que desejam se aproveitar dos esforços alheios (II, 34). O homem que transgredir a lei natural revela sua condição ‘o infrator declara estar vivendo segundo outra regra que não a da *razão*’ (II, 8), o que o torna um irracional e um perigo para a humanidade, e é um ‘degenerado e declara seu rompimento com os princípios da natureza humana’

(II, 10). Aqueles que não obedecem a lei natural ‘não tem uso da razão’ (II, 57), são ‘homens influenciados por seus interesses próprios e ignoram-na por falta de estudo, não conseguem reconhecê-la como uma lei a ser obrigatoriamente aplicada’ (II, 124). A função do governo é proteger os homens ‘da violência ou injúria dos demais’ e a ‘espada dos magistrados para *terrorizar os malfetores*’, para forçá-los a observar ‘as leis positivas da sociedade’ (LOCKE in BORON, 2006, pág.73).

Locke é um dos pensadores por excelência do pensamento liberal, e, aqui, fundamenta teoricamente segundo seus pressupostos, a legitimidade da existência da propriedade privada, segundo a concepção burguesa.

Entretanto uma crítica profunda desta concepção foi formulada por Marx. No capítulo 24, de O Capital, volume II, encontraremos a seguinte passagem de forma irônica, a crítica sobre a economia clássica que ele considerava vulgar por não explicar a essência dos fenômenos:

Essa acumulação primitiva [onde os produtores são separados de seus meios de produção, ou seja, trabalhadores são expropriados de suas propriedades], desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e contaminou a humanidade inteira. Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam muito mais do que tinham. A lenda teológica conta nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor do seu rosto. Mas a lenda econômica explica- nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da sua própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfaltar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo (Marx, 1984, p. 829).

Tal crítica se refere em como a economia política clássica explica a existência de ricos e pobres, proprietários e não proprietários. Oculta a economia clássica algo essencial: a expropriação dos camponeses e a sua separação dos seus meios de produção. Os camponeses foram expropriados de suas terras, provocado pelos *cercamentos* (que inicialmente ocorreram na Inglaterra) causando a destruição das terras comunais para dar lugar aos cercamentos e a legitimação da propriedade privada para acumulação capitalista, transformando (com o decorrer dos séculos) a massa de trabalhadores, em *gaélicos*, não só na Europa, como em todas as partes do mundo.

“No século XIX, perdeu-se naturalmente a conexão que existia entre agricultura e terra comunal” (Idem, pág. 845).

Marx acrescenta: “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico em que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 1984: p. 830).

Tudo o que há de elementos progressistas numa dada sociedade, nesse período, se realiza por meios bárbaros. Por exemplo, a chegada do homem branco (homem das luzes) nas sociedades autóctones¹⁰ teve um preço alto.

O século XVIII se caracteriza como o século das revoluções burguesas, ou como diria Eric Hobsbawm “A Era das Revoluções”. Essa Era também é considerada Moderna, tratando-se do conjunto de processos cumulativos produzidos na vida social em que a teorização desse mesmo período procura explicar as mudanças ocorridas no seio das sociedades industriais e como a modernidade (caracterizada como algo moderno em relação às trevas), pode produzir essa dinâmica social que se vive nesse limiar de séculos.

Embora sua forma clássica tenha se desenvolvido na Europa, especialmente na Inglaterra; na América Latina, a acumulação primitiva, se deu por volta do século XVI, dentro das suas especificidades, no período de grande expansão do comércio na Europa, com a invasão das coroas espanhola e portuguesa, aliado ao projeto de colonização dos países latino-americanos. Anteriores a esse marco, as terras eram utilizadas em regime comunal, onde viviam de maneira comunitária os povos indígenas de diversas etnias. Mesmo com conflitos entre etnias, guerras, disputas territoriais, etc, ainda assim esses povos desconheciam a propriedade privada, o *trabalho estranhado* (embora havia trabalho escravo), bem como desconheciam a mercadoria proveniente do fruto do trabalho explorado.

Para Eduardo Galeano:

É a América Latina, a região de veias abertas. Desde o descobrimento até os nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte americano, e como tal tem se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação a engrenagem universal do capitalismo (GALEANO, 2002, p. 14).

Vê se, portanto que o que ocorreu na América durante a *acumulação primitiva* transformou-a em um imenso continente com as “*veias abertas*” e de fato continuam abertas,

¹⁰ Nativas. Sobre esse tema interessante ler “As Veias Abertas da América Latina” – Eduardo Galeano.

desprotegidas de seus recursos naturais e minerais e à jorrar sangue e suor dos trabalhadores, transferindo daqui para os centros hegemônicos a enorme riqueza que existia nesse continente. Esse projeto fez parte do processo sangrento de acumulação primitiva de capitais em escala planetária e continua a fazer parte da engrenagem universal do capitalismo.

1.2 – A Acumulação primitiva de capitais e a propriedade privada da terra no Brasil¹¹

No Brasil, os “cercamentos de terras” foram chamados *Sesmarias*. Ao destituir os povos originários de suas terras e de seus meios de produção, transformando-os em mão de obra escrava ou ‘servil’, ou mesmo dizimando-os como aconteceu com centenas de milhares, é que as terras comuns foram cercadas e distribuídas aos ‘nobres’ colonizadores.

Na obra “Cadernos de Paris” de 1844, Engels argumenta: “A propriedade, esse fetiche adorado pelos economistas burgueses, nada mais é do que o produto do trabalho humano” (ENGELS, apud FREDERICO, 2009, p. 129) ¹².

De fato, a propriedade privada burguesa é produto do trabalho humano. Foi pelo trabalho humano que se convencionou cercá-la, privá-la do domínio comum.

No Brasil, tal expropriação de terras e *cercamento* foram legitimadas mais tarde com a Lei de Terras, principalmente a de 1850. Conservadora, a lei visou dar legalidade a posse por parte de membros da Coroa, da família real e proprietários nobres ligados ao governo imperial.

A característica principal da Lei de Terras nº 601 de 1850, é pela primeira vez implantar no Brasil, a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou então, a propriedade privada da terra. (STEDILE, 2005, p. 24)

¹¹ Sobre a mesma temática ver: SANTOS, Selma de Fatima. **A combinação entre *Moderno e Arcaico no desenvolvimento da Agricultura Capitalista no estado de São Paulo***. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Estudos Latinos, Universidade Federal de Juiz de Fora: 2014. Tal pesquisa foi realizada para obtenção de título de especialista em Estudos Latino-americanos, promovido pelo Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes. Os elementos mencionados no decorrer do Capítulo 1 (nesta Dissertação), foram sistematizados, sintetizados e reelaborados a partir do TCC, como parte do acúmulo já produzido.

¹² FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx. 1843 – 1844: As Origens da Ontologia do Ser Social**. Debates e Perspectivas. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

No estado de São Paulo, as bandeiragens (grupos denominados bandeirantes que ‘desbravavam’ os sertões paulistas e também o interior do Brasil por volta do final do século XVIII e XIX). Considerados heróis na literatura, na historiografia oficial como os homens valentes, desbravadores, descobrindo sertões em busca de ouro e pedra preciosa em prol do desenvolvimento. Entretanto, atuavam através de processos bárbaros de dizimação de índios, saqueio de suas propriedades coletivas, destruição de sua cultura, para dar vazão ao processo de acumulação primitiva de capitais. Significaram peça chave para a constituição da propriedade privada e da consolidação das formas pré e capitalistas de produção no país durante o processo de colonização.

Caio Prado Junior (1979: 23) assinala sobre *o sentido da colonização* que o essencial desse período, é que todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. “Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora”. (PRADO JUNIOR, 1979, 23).

Ressalta ainda que:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes. (PRADO JUNIOR, p. 31).

Observa-se nas palavras de Junior, que o sentido da colonização (em que o Brasil é um dos países resultantes, tem como condicionante o reordenamento do território, conforme seus interesses, qual seja, o de colonizar, e/ou de atuar como *traficante* conforme termo do próprio Caio Prado.

Em relação à organização da economia agrária, de acordo com Prado Junior (1975: 18) sobre os latifúndios brasileiros, o que interessa evidentemente:

Não é a quantidade de léguas de cada propriedade, o que afinal não passa de uma simples expressão matemática, e nada nos diz sobre a economia agrária colonial. O importante é saber, se a grande exploração agrícola, isto é, que reúne grande número de pessoas, trabalhando conjuntamente, ou se pelo contrário, se funda no trabalho individual de pequenos agricultores autônomos, que lavram eles mesmos terras próprias ou arrendadas. A resposta pode sofrer dúvidas. A economia agrária colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural. Estão aí as lavouras de cana e os engenhos de açúcar – nossa principal riqueza de então – os extensos latifúndios dedicados a pecuária; enfim, as demais indústrias agrícolas que, embora em menor escala, sempre se revestem do mesmo caráter de grandes explorações. Basta lembrar

que nosso trabalho agrícola sempre se baseou no braço escravo, negro ou índio. (PRADO JUNIOR, 1975, p.18 e 19).

Interessante observar que mantem ainda hoje, essa mesma roupagem do latifúndio: terra concentrada, monocultivo de produtos primários para exportação, baseados na superexploração do trabalho (negro, índio) e dos recursos naturais. Acrescenta-se ainda, (embora um tanto mais tardiamente) que, além do trabalho escravo do negro e índio, também se inseriu na agricultura capitalista brasileira o trabalho explorado do colono pobre imigrante, que ao fundir-se com os trabalhadores nativos formaram a atual massa de proletários: boias frias, meeiros, arrendatários, sem-terras, entre outros.

Vale ressaltar que dessa mistura de etnias, índio, negro e branco, predomina a mão de obra negra no mercado de trabalho, uma vez que a população brasileira, apesar de diversas misturas étnicas, é majoritariamente negra. E ainda assim, mesmo sendo a maioria na população, o negro é escorraçado na sociedade brasileira.

Martins problematiza em sua obra *O Cativo da Terra* (2010: 32) sobre a existência do colono nas formas de trabalho inseridas no Brasil, os quais deram continuidade ao trabalho escravo nas grandes propriedades, o qual não se tratava de relações propriamente capitalistas e sim, uma espécie de acumulação primitiva de capitais, especialmente por parte dos cafeicultores. Assinala ainda que apesar de não serem relações generalizantes, ainda assim tiveram preponderância durante período importante no país e não pode ser desconsiderado, uma vez que segundo o autor, há a tendência de relações não tipicamente capitalistas dentro do próprio sistema capitalista, ou seja, coexistindo com formas não capitalistas, particularmente na agricultura capitalista.

O autor inicia o primeiro capítulo de sua obra, a qual é um clássico para entendimento da realidade brasileira, especialmente agrária, discordando de alguns historiadores e sociólogos marxistas que, na tentativa de negar uma tese muito presente nos anos 60 e 70 sobre traços feudais no Brasil, esses autores, exageram (na tentativa de negar tal tese), caindo num desvio oposto, qual seja: o de negligenciar o real e forçar a existência de trabalho assalariado imediatamente à crise do trabalho escravo e índio. Martins afirma que o colonato que se derivou do fim do trabalho escravo não era nem escravo, nem servo, nem assalariado:

Pode-se, pois, dizer que, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado, antes de mais nada, pelas regras de comércio. Por isso mesmo, a transformação das relações de produção tem menos a ver, num primeiro momento, com modificações no processo de trabalho da fazenda de café e mais a ver com modificações na dinâmica de abastecimento da força de trabalho de que o café necessitava. (...).

Através do cativeiro, o capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário por salário. Já que a sujeição da produção ao comércio impunha a extração do lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital ao traficante, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho, e sim diretamente como mercadoria; mas não entrava também como capital, no sentido estrito, como meio econômico para movimentar a produção, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada, como tributo ao fornecedor de mão de obra. A exploração da força de trabalho se determinava, pois, pela taxa de juros no mercado de dinheiro, pelo emprego alternativo do capital nele investido antecipadamente, isto é o cálculo capitalista da produção era mediado por fatores e relações estranhos a produção. (MARTINS, 2010, p. 32)

Diante do exposto, apesar de não se pretender aprofundar tal polêmica no presente estudo, e sim, apenas explicitar que existe essa análise de tipo diferenciado; o autor exemplifica na citação acima que a forma de remuneração, conforme se dava nesse período, não caracterizava venda da força de trabalho. Ainda para Martins (Idem, pag. 36), a prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante ao qual o salário não pode ser um salário aritmético, isto é, disfarçado, mas deve ser salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos e regulados socialmente pela mediação do mercado, é condição para que as relações de produção se determinem como relações capitalistas de produção.

“Minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as a reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias à essa reprodução”. (MARTINS, 2010, p. 36).

Interessar-se-á tal discussão posteriormente quando se tratar das relações do agronegócio atual, bem como as relações de trabalho escravo moderno em que o mesmo engendra. Porém, é necessário retomar algo que é central no método marxiano entre particularidade e universalidade. Tomando partido na polêmica, acreditamos que a forma do colonato não foi generalizada para toda a realidade brasileira, apenas em algumas regiões. Desta maneira, nos valemos de Marx, em a *Contribuição a Crítica da Economia Política*¹³ (2007: 259) quando este, tratando do método da Economia Política, afirma:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e

¹³ MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição. Expressão Popular. São Paulo: 2007.

elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indicam uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. (...). Como, além disso, a sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfarçadas; por exemplo, a propriedade comunal.

No pensamento marxiano, é possível, através do método da Economia Política abstrair as classes sociais, levando em conta as formas universalizantes, (porque é partindo da anatomia do mais desenvolvido que se compreende o menos desenvolvido). No entanto, não se desconsidera que outras formas mais atrasadas ou mais avançadas coexistem e alimentam a existência de seu contrário, no caso, trata-se aqui, das diversas formas não assalariadas presentes na agricultura capitalista, não só no período de expansão do café, mas, sobretudo, ainda hoje. O colonato é uma dessas formas, mas não foi universalizante. Entretanto, sem a compreensão deste processo, a interpretação da realidade ficaria limitada.

1.3 – Trabalhadores Livres e *Trabalho Estranhado* na Agricultura Capitalista:

Em obra crítica aos economistas clássicos, especialmente David Ricardo e Adam Smith, em *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*¹⁴, Marx afirma que a economia nacional (economia política clássica) não esclarece a essência da propriedade privada. “A economia nacional não nos dá esclarecimento algum à respeito do fundamento (*Grund*) da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. (...). Vimos como inclusive a troca parece a ela um fato meramente acidental”. (MARX, 2008, 79).

De acordo com Marx, (2008) sobre o *Trabalho Estranhado* e a Propriedade Privada, ele parte do pressuposto da economia nacional [economia política] criticando-a pelo fato de a mesma ocultar o real fundamento da propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro do capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca, etc. Marx afirma que:

¹⁴ Na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, Marx inaugura uma concepção absolutamente original para tratar os temas econômicos/filosóficos e define a problemática que orientará toda sua vida intelectual. O ano de 1844 marca o início da ontologia marxiana, a tentativa de reproduzir idealmente o movimento do *ser social* - a autoformação do homem pelo trabalho e as barreiras sociais postas pelo capitalismo à sua plena realização. (FREDERICO, 2009, p.11).

A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa a condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potencia (*Match*) e à grandeza (*Grösse*), da sua produção que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (*Grundretner*) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade. (MARX, 2008, p.79)

Para Marx, a explicação da economia política de forma vulgar é justamente o fato de ocultar em seu fundamento o caráter da exploração do trabalho e como que a economia política clássica explica a riqueza negando o caráter fundante do trabalho.

Marx, nos Manuscritos de 1844 toma partido contra os economistas burgueses afirmando o seguinte: Nós partimos de um fato nacional-econômico, *presente*.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2008, 80).

É perceptível que na sociedade em que predomina o capital como sujeito histórico (o modo de produção capitalista), de fato, o trabalho e o trabalhador são estranhos um ao outro e quanto mais mercadoria o trabalhador cria, menos se reconhece no produto produzido. O produtor se torna estranho ao seu objeto.

Acrescenta o autor: “Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um poder *independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), e não como alienação (*Entäusserung*)”.

O estranhamento em Marx é a condição em que “o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital”. (MARX, 2008, 81).

Já a alienação, significa o momento de *objetivação humana* no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação.¹⁵

Verifica-se, de acordo com o autor (Idem, pag. 82):

(O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.). (MARX, 2008, 82)

Diante do exposto, observa-se que, na medida em que houve a ruptura entre trabalhador e meios de produção durante o período de acumulação primitiva de capitais (e não só nesse período, pois capital, Estado, trabalho assalariado e classes sociais são partes e um mesmo processo), a institucionalização da propriedade privada, a formação de ‘trabalhadores livres’, bem como, a mediação entre trabalhador e o ato do trabalho de forma fragmentada; o objeto produzido pelo trabalhador, a partir do seu trabalho, passa também a ser alheio à ele e ele mesmo se torna, ao mesmo tempo, um objeto estranho ao seu próprio trabalho e ao produto produzido. Isso tudo porque se retirou o processo de totalidade entre objeto e sujeito. O trabalhador não se reconhece em seu objeto porque quanto mais riqueza cria, mais pobre se torna, quanto mais espírito cria, mais bárbaro se torna.

Dessa maneira, quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ele não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quanto maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. (MARX, 2008, 81).

¹⁵ Em primeiro lugar, é preciso destacar a distinção sugerida, nesta tradução, entre alienação (*Entäußerung*) e estranhamento (*Entfremdung*), pois são termos que ocupam lugares distintos no sistema de Marx. (...). *Entäußerung* significa *remeter para fora, extrusar, passar de um estado a outro*, qualitativamente distinto. Significa igualmente, despojamento, realização de uma ação de transferência, carregando consigo, portanto, o sentido da exteriorização (...), momento de objetivação humana no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação. (RANIERI, Jesus. Tradução, apresentação e notas. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Boitempo, São Paulo: 2008, p.15 e 16).

Mas, para o autor (Marx, 2008: 82), o estranhamento não se dá apenas sob um aspecto, ou seja, no resultado do trabalho. O estranhamento se dá também no *ato da produção* dentro da própria *atividade produtiva*. (...). “O produto é, sim, somente o resumo (*Resumê*) a atividade da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização”.

Para o autor, a exteriorização (*Entäusserung*) consiste primeiramente, no trabalho que é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, “não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Esta em casa quando não trabalha e, quando não trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*”. (Idem, pag. 82 e 83).

Compreende-se assim, as dimensões do trabalho estranhado no âmbito da sociedade capitalista e especificamente na agricultura capitalista.

O trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador. Assim, ele produz-se a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria* constitui o produto de todo o processo. (...) O trabalhador só existe como trabalhador a partir do momento em que existe como capital *para si mesmo* (...). (MARX, 1989, p. 173 e 174).

Existe poderosa relação de estranhamento entre capital e trabalhador. Na medida em que o trabalhador depende do capital para continuar existindo, não se reconhece no seu próprio trabalho como produto do seu eu.

No âmbito da Questão Agrária, apesar das contradições na luta de classes, o capital é a relação social que historicamente continua acumulando na esfera da produção, através da relação Capital x Trabalho, nas mais precarizantes condições para os trabalhadores. Podemos tomar o Agronegócio¹⁶ como exemplo da atual exploração capitalista: o moderno agronegócio

¹⁶ O agronegócio tem suas bases durante o pós-guerra, na década de 50 – principalmente através do programa tecnológico da Revolução Verde, que significou em partes, destinar os produtos químicos sobranes da guerra para uso na agricultura (como é o caso dos agrotóxicos). Essas pesquisas e implementações através de um programa técnico para agricultores sobre como utilizar sintéticos na agricultura, foi financiada e apoiada pela Fundação Rockefeller, nos Estados Unidos. Por traz, havia um forte discurso ideológico de “acabar com a fome no mundo” e para isso precisava avançar em termos de produtividade. Com o passar dos anos, baseado no sucesso do programa, tal modelo tornou-se um *modus operandi* na agricultura capitalista no Brasil. Esse

traz em sua lógica a super-exploração do trabalho, muitas vezes análogo ao trabalho escravo, empregados na monocultura de *commodities* como é o caso da monocultura da cana de açúcar, por exemplo; só que desta vez com outra roupagem: o latifúndio moderno se contrasta com relações de trabalho análogo ao escravo do século passado. Mas não é uma relação contraditória, como visto anteriormente em *Contribuição a Crítica da economia Política*, senão que, ele se alimenta dessa relação como parte orgânica do desenvolvimento e aprofundamento de relações capitalistas no campo, onde atrasado e moderno não são contraditórios e nem pretendem superar-se ao outro: eles se complementam e são necessários um ao outro.

No caso específico dos cortadores de cana na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, estas são as principais vítimas da super-exploração ou do *trabalho estranhado*. Chegam a morrer por exaustão física, pois são obrigados a cortar toneladas de cana por dia, ou seja, o equivalente a uma máquina de tecnologia moderna, para não se ter defasagem no rendimento da produção.

Tais mudanças provocadas pela reestruturação produtiva do capital são concebidas no Brasil como um momento novo da agricultura brasileira, em que o agronegócio hegemonizou o domínio econômico cada vez mais crescente sobre as áreas de monoculturas de certos produtos, como a cana de açúcar, soja, eucalipto, pastagens, entre outros. Mas também hegemonizou o consenso na sociedade através de intensas campanhas ideológicas no sentido de legitimar na visão do senso comum, que o agronegócio produz comida, superou o antigo e atrasado latifúndio e hoje opera através de modernas empresas, que tem como foco a sustentabilidade e o compromisso com a responsabilidade social.

programa foi consolidado no período da ditadura-civil militar e a partir do final dos anos 70 coincidiu num novo e intenso processo de monopolização do capital em escala mundial. A agricultura vivencia essas mudanças. Nas décadas de 80 e 90 se complexificou ainda mais a agricultura numa era de financeirização do capital, de fusão de empresas, internacionalização, joint ventures etc. O Agronegócio se tornou um modelo de desenvolvimento econômico da agricultura capitalista, em fase de monopolização das diversas cadeias produtivas, em que algumas poucas empresas multinacionais controlam os ramos produtivos de começo ao final, ou seja, da produção ao consumo final. Ele é impulsionado por alta tecnologia e irrigados com recursos do Estado. O *agrobusiness* no plano mundial é orientado pela Divisão Internacional do Trabalho, com funções definidas as quais cabem ao Brasil produzir matéria prima (*commodity agrícola*) para suprir as demandas do capital em âmbito mundial e superexplorar a força de trabalho nas áreas de produção de monoculturas. (SANTOS, 2015, pag. 02). Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/images/stories/39encontro/Resumos_Revisado.pdf, pg. 246. – visitado em 27 de dezembro de 2015.

Também legitimou o consenso na sociedade de que o projeto de reforma agrária que vise mudanças qualitativas em prol da superação das desigualdades sociais, já não é necessário, uma vez que as elites aproveitam o discurso oficial do governo de que houve superação da pobreza no meio urbano e rural, aliado a um discurso de nova classe média – consumidora e que em tempos de crescimento econômico, (embora haja grave crise), há um discurso de consolidação da democracia, em que nos tempos de *boom* da economia, houvera avanço nas áreas de saúde, educação, emprego, distribuição de renda, melhoria de infraestrutura, etc.; tendencialmente temas como a reforma agrária são superados por não ter mais razões que justifiquem sua necessidade.

1.4 – Agronegócio brasileiro: a perfeita harmonia entre *Arcaico e Moderno*:

A lógica do capital, (na composição e na forma como opera o agronegócio no Brasil), oculta em suas aparências o que é de fato a essência desse modelo. Se por um lado, há uma visão hegemônica da classe dominante de que o agronegócio *é o melhor caminho para o aumento da produtividade, da participação no PIB (Produto Interno Bruto), geração de superávit na balança comercial do país, crescimento econômico*, por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato do mesmo se sustentar com base na concentração do latifúndio, na destruição ambiental, na super-exploração do trabalho (*trabalho estranhado*) e na ameaça às futuras gerações, seja pela diminuição das áreas de produção de alimentos, seja pela destruição ambiental (desmatamentos de florestas, uso de agrotóxicos e contaminação do ar e do subsolo, seca dos principais rios devido a monocultura de produtos que consomem muita água como é o caso do eucalipto em larga escala), e aumento dos efeitos climáticos, entre outros.

Surge no cenário brasileiro nas últimas décadas, o etanol como alternativa energética, por ser um combustível renovável modificando completamente a estrutura produtiva do setor sucroalcooleiro levando a uma crescente oferta de etanol no mercado nacional e internacional. A expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil contou com forte atuação das empresas privadas que se associaram e redefiniram as organizações de classe para participação econômica e política na sociedade civil, mas também no âmbito do envolvimento do Governo Federal, como o principal aliado e financiador das demandas apresentadas, baseadas em excelentes

condições de acesso aos recursos públicos e em montantes faraônicos, assim como reformulações no código jurídico e na formulação de consenso na sociedade.

Para Meszaros (2009: 106) “A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. Argumenta ainda que:

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. (...). Assim, no que se refere a possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de *produção e controle*, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve a capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores “microcosmos” do sistema do capital – antagonicamente estruturado – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica. (MÉSZÁROS, 2009, pg. 107 e 108).

É dessa maneira que o Estado opera como estrutura compatível com o metabolismo vivo do capital. Sem essa estrutura jurídica, o capital não seria o mesmo através da história de acumulação de capitais.

Também no âmbito da produção de conhecimento científico e tecnológico, é fortalecida a relação com as universidades (a maioria das universidades públicas, federais e estaduais, no estado de São Paulo, possui imbricação orgânica com o agronegócio e as pesquisas encomendadas por interesses privado).

Assim como os centros e instituições de fomento à pesquisa e fundações (especialmente as fundações privadas estão ligadas às universidades). Todas essas instituições operam fortalecendo a lógica do agronegócio.

Com todo esse poderio no campo da estrutura e da superestrutura, ações são realizadas no sentido de expansão do agronegócio, como é o caso particular da cana no estado de São Paulo. A primeira delas consistiu na construção e instalação de novas unidades produtivas, ou seja, novas usinas de açúcar e álcool. Para isso, as empresas disputam as melhores fatias de terras férteis, clima adequado, boa infraestrutura disponível, mão de obra, investimentos públicos, próximos aos grandes centros, articulação política, aliança com outras empresas

estratégicas, dentre elas, as que monopolizam os meios de comunicação (ex: Globo Comunicações e Participações S.A.).

O meio de acumulação se dá de forma clássica através do trabalho, mas para ocultar as suas grandes fortunas acumulada a partir da exploração dos trabalhadores, criam imagem totalmente positiva de sua atuação, especialmente através do discurso da responsabilidade social, que é criar projetos de assistência às “comunidades carentes”, programas de “educação”, leia-se conteúdo ideológico a favor do agro nas escolas, alguns pequenos projetos ambientais de reflorestamento, reutilização da água, reutilização de materiais reciclados e justificam com isso que desenvolvem práticas sustentáveis. (Ex: Pontal do Paranapanema em áreas de assentamentos).

No caso específico da cana de açúcar, por exemplo, o *trabalho estranhado* se relaciona com a seguinte questão: o preço pago por tonelada de cana cortada, dependendo da quantidade de toneladas que o trabalhador cortar, não é o suficiente para alimentar sua família na semana ou no mês. Por isso, tem que se obrigar a esforços até chegar a exaustão física. Vejamos: não se trata de uma questão de escolhas, simplesmente, mas para todos os efeitos, o trabalhador moderno é “livre para escolher entre vender ou não a sua força de trabalho”. A quantidade de toneladas exigida na colheita, muitas vezes leva à morte o trabalhador, como ver-se-á adiante.

Na mesma situação se encontram os cortadores de laranja, como por exemplo, da empresa Cutrale, na região centro oeste-paulista, especificamente nos municípios de Ubirajara, Alvinlândia, Gália, Garça, Lucianópolis, Duartina, Marília, (onde se concentra uma parte dos laranjais da empresa) colhem meia tonelada de laranja por trabalhador/dia e recebem R\$ 800,00 por mês. (fonte – Informações adquiridas oralmente pela pesquisadora via trabalho de base na região – acampamento do MST “Dom Tomas Balduino” no município de Ubirajara/SP onde grande maioria dos acampados são cortadores de laranja para a empresa Cutrale).

Em reportagem publicada no site da Pastoral do Migrante¹⁷, em outubro de 2013, o pesquisador Francisco José Alves, professor no departamento de engenharia de produção da

¹⁷ <http://pastoraldomigrante.org.br/justica-confirma-proibicao-de-pagamento-por-producao-no-corte-de-cana/> - acessado em 26 de fevereiro de 2015.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), afirma que muitos dos motivos das mortes nos acidentes de trabalho se relacionam: mortes no setor por excesso de calor, movimento repetitivo em curto intervalo e falta de descanso. O texto da reportagem informa que em estudo publicado em 2006 “*Por que morrem os cortadores de cana?*”, “ele esclarece e aprofunda a relação entre o pagamento por produção, acidentes e mortes nos canaviais¹⁸”.

Entre os riscos de saúde causados pelo trabalho, sob o calor, estão: exaustão, desidratação, câimbras e choques térmicos. A Pastoral do Migrante de Guariba¹⁹ (SP), cidade cercada por canaviais que fica próxima de Ribeirão Preto, reportou a morte de 23 trabalhadores migrantes empregados no corte da cana em usinas do interior entre 2004 e 2009 (Idem). Ainda quando não há mortes, existem os problemas de saúde gerados por vários aspectos do trabalho degradante conforme vemos no relato de campo, da tese de doutorado de Santos, (2012, p. 38):

Durante o tempo em que percorremos os bairros da periferia de Guariba onde reside a maioria dos migrantes e trabalhadores temporários das usinas, ao final da tarde do dia 24 de abril de 2012 nos deparamos com trabalhadores que haviam acabado de chegar da roça. Duas situações nos chamaram a atenção. A primeira, quando encontramos aos fundos de um aglomerado de pequenas casas que formavam um pequeno cortiço, um trabalhador todo marcado por vergões, arranhões e assaduras. Ele acabara de tomar banho e seu corpo estava todo marcado. Parecia que tinha sido torturado. Aquele trabalhador reclamava das suas condições, pois além da ardência que sofria, dizia-nos que tinha de passar pela situação constrangedora de ter seu corpo coberto por pomada antiassaduras, para aliviar a dor, caso contrário não aguentaria trabalhar no dia seguinte. Relatou-nos que, se não fizesse o uso da medicação, no dia seguinte, por causa do suor e das roupas que atritavam e raspavam a pele, poderia ter seu corpo, principalmente as axilas e virilhas esfoladas ou em —carne viva (SANTOS, 2012, p. 38).

Geralmente esses trabalhadores que trabalham nessas condições, resultam de um processo de migração temporária vindos da região Nordeste do Brasil, (por ser esta uma das regiões que ainda fornece mão de obra barata para as safras de cana e laranja em várias regiões do estado de São Paulo). Os mesmos trabalham sem registro em carteira, com salários

¹⁸ Pastoral do Migrante, 2013 – site: <http://pastoraldomigrante.org.br/justica-confirma-proibicao-de-pagamento-por-producao-no-corte-de-cana/> - acessado em 26 de fevereiro de 2015.

¹⁹ Cidade do interior de São Paulo, em que ocorreu o levante dos cortadores de cana em 1984, onde cerca de 6 mil trabalhadores boias-frias fizeram greve e intensas lutas, conhecido com o Levante de Guariba, cujas lutas iniciaram pela reivindicação e pela conquista de direitos trabalhistas à categoria que na época era ainda muito mais precarizada. Os direitos reivindicados se baseavam em equipamento de segurança para o trabalho (botas, caneleiras, roupa adequada), reajuste salarial, ônibus para transporte, uma vez que eram transportados por caminhões) entre outros.

baixos, com alojamentos de péssima qualidade, comida precária, maus tratos pelos gerentes, competem com o preço da mão de obra dos trabalhadores da região e do estado, causando uma pressão para rebaixamento do preço da força de trabalho.

Outra situação relatada pelo mesmo pesquisador se refere às condições de opressão impostas às mulheres por consequência da migração. Muitas permanecem no local de origem sendo o arrimo da casa, sofrendo pra cuidar dos filhos, trabalhar e garantir as condições de sobrevivência, enquanto outras vão juntas a seus companheiros, mas sofrem problemas de depressão por conta das mudanças bruscas e falta de adaptação às localidades:

Muitos desses trabalhadores disputam o mercado de força de trabalho com os trabalhadores da região que tem sua força de trabalho melhor remunerada. Além de disputarem a força de trabalho entre sua própria categoria são descartados pelo serviço das máquinas e do avanço da tecnologia.

Por outro lado, aumenta-se os casos de trabalho análogo ao escravo em pleno século XXI e, claramente, num movimento de composição orgânica, do modo como opera o capital, ou seja, sem nenhum componente civilizatório, mas, sobretudo, bárbaro e cada vez mais acentuado a produção da barbárie. Mézáros salienta de forma pessimista:

Se eu tivesse de modificar as palavras dramáticas de Rosa Luxemburgo com relação aos novos perigos que nos esperam, acrescentaria a “socialismo ou barbárie” a frase “barbárie se tivermos sorte” – no sentido de que o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital. (...). Por isso, o século à nossa frente deverá ser o século do “socialismo ou barbárie”. (MÉSZÁROS, 2003, p. 108 e 109).

É claro que o autor se refere a questões bem maiores, relacionadas aos fatos e acontecimentos no mundo todo, no contexto de crise civilizatória, onde o ser humano está sendo exterminado pela barbárie institucionalizada e generalizada. Banaliza-se o ser humano e naturaliza-se a barbárie.

Retomando a questão anterior, sobre a forma como opera o agronegócio, em relação à super-exploração do trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou em 2014 uma lista de 579 fazendas com prática de trabalho escravo no Brasil, sendo que destas, dezesseis fazendas estão localizadas no Estado de São Paulo, onde empresas multinacionais

como a Louis Dreyfuss e Cutrale²⁰, mantinham trabalhadores em situação de escravidão. (Ver dados da lista em Anexo).

É simbólico, uma vez que o estado de São Paulo é tido como um dos mais avançados, ricos, elitizado, civilizado em relação ao restante do país. Pois o trabalho escravo ou análogo está presente nas regiões mais ricas do estado, sem que isso signifique contradição, e sim, coerente organicidade com as regras de funcionamento do capital.

Em junho/2014, foi autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, na região centro oeste a fazenda Santa Luzia, arrendada pela empresa multinacional francesa Louis Dreyfuss, no município de Ubirajara/SP, com 21 trabalhadores escravos, vindos do Nordeste do Brasil. Esses trabalhadores temporários trabalhavam no corte de laranja para duas grandes empresas que possuem *joint ventures* (negócio conjunto): Louis Dreyfuss e Cutrale. Em março de 2015 a Louis Dreyfuss²¹ foi autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público por manter três fazendas de produção de laranja com trabalhadores escravos na região centro-oeste paulista. Assim como a Cutrale foi flagrada com 44 trabalhadores maranhenses em situação de escravidão na região de Araraquara em 2013. (Ver material em Anexo).

Estudos como os de Maria Aparecida da Silva Moraes (2011) sobre a migração, ou sobre o *trabalho estranhado* demonstraram casos de mortes por exaustão física, devido as condições insalubres e desgastantes desses trabalhadores, a pesada jornada de trabalho, bem

²⁰ A Empresa Cutrale é considerada desde 2003, a campeã mundial na produção do suco de laranja e detém 30% do mercado global do suco, sendo quase a mesma participação da Opep no negócio do petróleo. Cerca de 70% do suco consumido no mundo é da Cutrale. No interior de São Paulo, na região de Iaras, a empresa plantou 1 milhão de pés de laranja em terras devolutas pertencentes a União. Além disso, comete crimes ambientais e contra os direitos humanos, como por exemplo, as denúncias de trabalho escravo em seus laranjais. Em 2009 houve uma ocupação do MST nessa área visando denunciar os crimes praticados e exigindo que ela fosse desapropriada para fins de reforma agrária. A mídia complacente com o ódio de classe dos proprietários e com a sanha de lucro do capital promoveu uma guerra ideológica contra o MST na sociedade. Atualmente, em fase de conclusão do processo judicial, o laudo mostra a comprovação pelo Ministério Público Federal todas as irregularidades da empresa, a começar pela grilagem das terras público-devolutas, crimes ambientais, trabalho escravo, sonegação fiscal, processos judiciais contra a empresa por formação de cartel, etc.

²¹ A Louis Dreyfus Commodities Agrícolas S.A, conforme informações em seu próprio site é uma líder mundial do setor agrícola, com mais de 160 anos no mercado de *commodities* e possui operações em mais de 90 países. A empresa está presente em 12 estados brasileiros e atua na originação, produção, transporte, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas, com operações nos mercados de açúcar, algodão, arroz, café, fertilizantes & insumos, grãos, oleaginosas e sucos cítricos, e está entre as 10 maiores exportadoras do país. A Louis Dreyfus Commodities Agrícolas atua há mais de 160 anos: possui negócios em mais de 100 países e está presente em todos os continentes.

como a intensidade da produtividade do corte em toneladas de cana por cada trabalhador/dia. A média de vida desses trabalhadores está na mesma média do trabalho escravo período colonial: 37 anos.

Na imagem abaixo, do fotógrafo João Zinclair, cortadores de cana em horário de refeição:

Imagem 1: Trabalhador em horário de almoço



Cortador de cana do interior de São Paulo. Fotografia de João Zinclair. Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/6578>

A partir da foto percebe-se a precariedade das condições de trabalho: o trabalho estranhado, segundo Marx (2008), reduz o humano à condição de animal. O ato mesmo de comer é animalesco! Não há conteúdo que revele humanidade na imagem: as pessoas estão cobertas de fuligem da cana queimada, (e isso gera alergia e consequências respiratórias), certamente estão aspirando resíduos de agrotóxicos utilizados em grande proporção nas monoculturas; estão debaixo da sombra de um ônibus, no local do eito, pois percebe-se que não há abrigo (barracão) no local da lavoura. O alimento é precário, não há condições de higiene, etc. Para Marx (2008:110),

Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade de alimentar se distingue da atividade animal de alimentar-se.

Para a pesquisadora Maria Aparecida Moraes Silva – professora do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), campus de São

Carlos “devido o crescimento interno da demanda pela produção de etanol, nos últimos anos a vida do cortador de cana ficou mais difícil e, em médio prazo, tende a piorar. As condições de exploração não foram mudadas no trabalho, justamente porque a base dessa exploração é o trabalho por produção e pagamento muito baixo²²”.

Argumenta ainda que tem crescido o que as empresas chamam de *média* (relativo à quantidade de toneladas de cana cortadas por dia por quantidade de trabalhadores). As empresas passaram a exigir, em média, dez toneladas por dia, por trabalhador.

Um boia-fria da região de Ribeirão Preto (SP) cortou na safra 2010/2011, em média, 1,5 tonelada de cana-de-açúcar a mais por dia que há cinco anos. É o que mostra levantamento feito pelo jornal Folha de S. Paulo com dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola), órgão ligado à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Idem).

Ao mesmo tempo em que se aumenta significativamente a quantidade de toneladas de cana cortadas por um trabalhador, o salário permanece o mesmo.

Imagem 2: trabalhador no eito



Trabalhador no corte da cana na região de Ribeirão Preto. Foto de Verena Glass. Fonte: <http://www.pastoraldomigrante.org.br/justica-confirma-proibicao-de-pagamento-por-producao-no-corte-de-cana/> - acessado em 25 de fevereiro de 2015.

²² Brasil de Fato: <http://www.brasildefato.com.br/node/6578> - acessado em 25 de fevereiro de 2015

Se o trabalhador não atingir essa meta, no final do mês ele corre o risco de ser dispensado. A maioria ultrapassa essa capacidade, tem câibras. Eles têm dores no corpo todo, vomitam, têm problemas de diarreia. (Ibidem).

Outra questão ressaltada é a de que o trabalhador não pode deixar “toco”. Há alguns anos atrás, como lembra Moraes, não havia a obrigação de o trabalhador cortar a cana ao rente ao chão. Pesquisas provaram que a maior quantidade de sacarose está exatamente na base da cana, praticamente em sua raiz. Isso exige um esforço maior, uma curvatura maior do corpo²³. (Ibidem).

Além do elemento da super-exploração do trabalho, existem outras questões que também impactam a vida do trabalhador nas áreas do agronegócio: o uso de agrotóxicos – o Brasil é um dos países que mais fabrica e consome agrotóxicos no mundo.

O Brasil é o maior consumidor de produtos agrotóxicos no mundo. Em decorrência da significativa importância, tanto em relação à sua toxicidade quanto à escala de uso no Brasil, os agrotóxicos possuem uma ampla cobertura legal no Brasil, com um grande número de normas legais.²⁴

Há por parte das empresas, um ‘discurso bonito’ e totalmente dissimulado, de ‘*matrizes energéticas limpas*’, como no discurso abaixo:

O Estado de São Paulo é referência global no cultivo e na produção de derivados de cana-de-açúcar. Como maior produtor mundial de etanol a partir da cana-de-açúcar, o Estado é pioneiro em pesquisa e desenvolvimento nesse setor e detém uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo²⁵.

No entanto, por traz desse ‘belo discurso’ de sustentabilidade, o agronegócio brasileiro organiza entidades de classe que compõe esse projeto, como as organizações econômicas e institucionais que influenciam e incidem nos pilares do agronegócio.

²³ Brasil de Fato - <http://www.brasildefato.com.br/node/6578> - acessado em 25 de janeiro de 2015

²⁴ Fonte: Ministério do Meio Ambiente - <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos> - visitado em 04 de janeiro de 2016.

²⁵ Site: <http://www.investe.sp.gov.br/setores-de-negocios/agronegocios/cana-de-acucar/> - acessado em 25 de fevereiro de 2015.

Este tipo reproduz na sociedade as piores consequências inerentes à lógica da expansão e acumulação do capital reproduzindo sempre num círculo vicioso as condições que estruturam as desigualdades sociais numa realidade de barbárie no mundo urbano e rural. Para situar essa barbárie, mencionamos o atraso da modernidade, que na realidade, não existe de maneira dual, um lado moderno e outro atrasado: eles se combinam e se dinamizam dialeticamente, um depende do outro para continuar acumulando nas diversas esferas e proporções em que o capital mundializado opera. Para tanto, o agronegócio se apresenta na sua versão moderna – da tecnologia, nanotecnologia, das máquinas ultramodernas, do desenvolvimento técnico de aumento da produtividade, das instituições de pesquisa, do uso da aviação na agricultura, das sementes transgênicas ou das sementes estéreis, como é o caso da tecnologia denominada *Terminator*²⁶, etc.

Faz parte da dinâmica de articulação do moderno x atraso, aquilo que é tido como o seu contrário, mas que na realidade o alimenta: trabalho escravo moderno, destruição ambiental através da prática predatória – especialmente da água, das queimadas, da morte da biodiversidade, exploração do trabalho humano nas cadeias produtivas – bem como - dos recursos minerais e naturais, concentração da terra, concentração dos lucros, monocultivo de *commoditie* avançando sobre áreas tradicionais de produção de alimentos, reduzindo-os em quantidade e diversidade, variedades, etc.; mecanização e desemprego associado a ampliação do exército industrial de reserva; automação no nível da informática e da robótica de muitos

²⁶ Em meio à atual crise política, a bancada ruralista no Congresso se movimenta para aprovar um projeto de lei que modificaria a Lei de Biossegurança. Se aprovado, o PL 1117 fará do Brasil o primeiro país no mundo a legislar em favor do cultivo comercial de plantas propositalmente estéreis, afrouxando a proibição às chamadas sementes Terminator. (...) O filho da ministra de Agricultura, Kátia Abreu, Irajá Abreu (PSD-TO) apresentou o primeiro projeto de lei em 2005 e hoje comanda a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Muito parecido com os dois anteriores, o novo PL reduz a proibição das Tecnologias Genéticas de Restrições de Uso, as GURTs, comumente chamadas de Terminator. Trata-se de sementes transgênicas modificadas para se tornarem estéreis a partir da segunda geração. Se a esterilidade das plantas se generalizar, haverá ainda consequências econômicas para os agricultores brasileiros, particularmente os pequenos. No momento, os produtores guardam sementes de quase dois-terços dos seus cultivos para plantar no ano seguinte, reduzindo consideravelmente os seus custos. Com o uso de sementes estéreis, há a obrigação de se comprar novas sementes todo ano. Citando o exemplo do milho, Gerson Teixeira calcula que os agricultores brasileiros teriam que pagar R\$ 1,17 bilhões por ano na compra de novas sementes, comparado ao desembolso atual de R\$ 162 milhões. Quem ganha com esse extra é o mercado de sementes, hoje dominado por multinacionais. Teixeira acredita que as multinacionais estão por trás do movimento em prol da aprovação do PL, uma vez que elas ganhariam uma espécie de “patente biológica” impedindo os agricultores de guardar as suas sementes – forçando as novas compras a cada ano. (Revista Carta Capital: <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/brasil-pode-ser-o-primeiro-pais-a-liberar-semente-terminator-9110.html> - publicado em 09/11/2015. Visitado em 05 de janeiro de 2016.

setores produtivos, elevação da produtividade combinada com rebaixamento dos salários dos trabalhadores, técnicas gerenciais de controle social, entre outros.

Assim, existe uma relação de continuidade no bojo do desenvolvimento do agronegócio, que remonta as características da economia colonial, dado a produção de *commodities* e agrocombustíveis e seu papel fundante no envio de matérias primas para o mercado externo, reproduzindo os mecanismos a partir dos quais se perpetua a dependência, cujo papel das elites agrárias enquanto fração de classe da burguesia brasileira subordina os interesses nacionais à lógica do capital estrangeiro, só que nos últimos tempos, numa lógica ainda mais complexa do que nas décadas de intenso debate da Teoria da Dependência, que é a perpetuação da dependência a que o Brasil se submete, consorciada ao mesmo tempo, com uma atuação *subimperialista* sobre alguns países do continente. Ao mesmo que é dependente, submete outros povos a seu domínio (seja ele econômico político ou cultural).

1. 5 – O Agronegócio e a nova reestruturação produtiva:

O mesmo se reorganizou em torno de suas organizações de classe, construindo aquilo que Gramsci chama partido político, em torno da defesa de seus interesses. Assim foram criadas a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), ÚNICA (União Nacional da Indústria Canavieira), o PENSA (Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial), entre outros. Entidades de classe já existentes são fortalecidas, como a CNA (Conselho Nacional de Agricultura), e suas articulações políticas com o governo através dos ministérios como o da Agricultura (MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), entre outros ministérios estratégicos.

A ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) tem como associadas²⁷ diversas empresas multinacionais que dominam o monopólio das cadeias produtivas na produção de

²⁷ Fazem parte do grupo de associados da ABAG as seguintes empresas: UNICA – União das Indústrias de Cana de Açúcar, Syngenta, Raízen, Radar Propriedades Agrícolas S/A, OCB, Monsanto do Brasil Ltda., Maquinas Agrícolas Jacto S/A., Lazzarini Moretti Sociedade de Advogados, Klepper Weber, John Deer Brasil S/A, Rede Globo – Globo Comunicações e Participações S/A, Gaia Agro Securitizadora S/A, EcoAgro – eco Securitizadora S/A., EMBRAPA, Du Pont do Brasil S.A., Dow Agro Sciences Industrial Ltda., Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOBSP, COTEMINAS, Cocamar Cooperativa Agroindustrial, CNH Industrial Latin America Ltda., CMA – Consultoria, Métodos e Assessoria Mercantil S/A., CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda., Cetip S/A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, Ceres Consultoria S/C. Ltda., Cargill Agrícola S/A., Caixa Econômica Federal, BrasilAgro – Companhia Brasileira de propriedades agrícolas, BM&F e BOVESPA S/A., Bayer S/A. Corp Science, Basf S/A. – The Chemical Company, Banco Santander S/A., Banco Rabobank Internacional Brasil S/A., Banco Itaú BBA S/A., Banco do Brasil S/A, Banco

commoditie. Todas representam o capital internacionalizado numa época de mundialização da agricultura e monopolização de capitais e dominam quase na totalidade todas as etapas de desenvolvimento das cadeias produtivas, desde o momento da produção até o consumo final.

Para Gramsci,

O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta é a função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. (GRAMSCI, 2000, p. 24).

No caso do Agronegócio, por exemplo, este caracteriza a atuação como partido político em busca da hegemonia: além de sua participação no aspecto econômico, há a participação dessas empresas no aspecto político, nas negociações diretas com o governo, indicações de ministérios estratégicos como é o caso do Ministério da Agricultura e da Fazenda, influencias sobre os rumos políticos a serem definidos para que os lucros não sejam prejudicados. Há uma base ruralista no Congresso Nacional, com muita força e poder de influencia e pressão (inclusive de formular consensos através do governo para a estratégia e interesses do agronegócio).

Além desses elementos há o financiamento privado das campanhas eleitorais, por parte de grandes empresas. Elas financiam a todos os candidatos com maior possibilidade de serem eleitos, portanto todos os partidos com chances de serem eleitos foram beneficiados com investimentos privados em suas campanhas eleitorais, nos últimos anos.

Tais empresas são as mesmas que controlam as diversas cadeias produtivas do agronegócio e lucram vertiginosamente com esses negócios. Especialmente as que lidam com o ramo dos agrotóxicos:

Apesar dos protestos, o lucro das empresas que produzem venenos só aumenta. Em 2013, o lucro do mercado de agrotóxicos foi de US\$11,5 bilhões. Esse montante se concentra nas seis grandes empresas transnacionais fabricantes de agrotóxicos: Monsanto, Basf, Syngenta, Dupont, Bayer (fabricante do gás letal usado pelos nazistas) e a Dow, que até hoje não reconhece sua responsabilidade sobre o que

Cooperativo Sicredi S/A., Associação Nacional dos Exportadores dos Sucos Cítricos – CitrusBR, Associação Nacional de defesa Vegetal – ANDEF, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ, Aprosoja Brasil, Agrocerecer Ltda., AGCO do Brasil – Your Agriculture Company, ADM do Brasil, Adecoagro S/A.²⁷

ocorreu em Bhopal. O Brasil é um dos países que nos últimos anos bateu recordes de consumo de agrotóxicos e sementes transgênicas. População brasileira é diariamente envenenada através da água, do solo e dos alimentos²⁸.

Não por acaso, organismos de controle, como a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ao invés de proibir certos venenos (como o Glifosato entre outros que já estão proibidos em vários países do mundo), este mesmo órgão sofre pressão dos empresários do agronegócio para que esses tóxicos sejam liberados indiscriminadamente para uso na agricultura de escala. Por isso, o Brasil é o maior produtor e consumidor de agrotóxicos do planeta!

Imagem 3: pulverização de área de monocultura da cana no estado de São Paulo:



Pulverização de cana de açúcar em Araraquara. Fonte: <http://www.canaonline.com.br/conteudo/fmc-destaca-solucoes-para-superar-desafios-do-setor-de-cana> - acessado em 26 de fevereiro de 2015.

Os agrotóxicos são produtos químicos sintéticos usados para matar insetos ou plantas no ambiente rural e urbano. No Brasil, a venda de agrotóxicos saltou de US\$ 2 bilhões para mais de US\$7 bilhões entre 2001 e 2008, alcançando valores recordes de US\$ 8,5 bilhões em 2011. Assim, já em 2009, alcançamos a indesejável posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando a marca de 1 milhão de toneladas, o que equivale a um consumo médio de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante².

É importante destacar que a liberação do uso de sementes transgênicas no Brasil foi uma das responsáveis por colocar o país no primeiro lugar do ranking de consumo

²⁸ Ver maiores informações no site: <http://www.mst.org.br/2014/12/03/movimentos-fazem-atividade-para-alertar-populacao-de-sp-contra-agrotoxicos.html> - acessado em 10 de março de 2015.

de agrotóxicos, uma vez que o cultivo dessas sementes geneticamente modificadas exigem o uso de grandes quantidades destes produtos. O modelo de cultivo com o intensivo uso de agrotóxicos gera grandes malefícios, como poluição ambiental e intoxicação de trabalhadores e da população em geral. 1 Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para defesa agrícola – SINDAG, 2011. 2 Londres, 2011.²⁹

Além destes fatores, a saúde do trabalhador está diretamente ou indiretamente comprometida, uma vez que, segundo dados do INCA (Instituto Nacional do Câncer), as intoxicações agudas por agrotóxicos são as mais conhecidas e afetam, principalmente, as pessoas expostas em seu ambiente de trabalho (exposição ocupacional). São caracterizadas por efeitos como irritação da pele e olhos, coceira, cólicas, vômitos, diarreias, espasmos, dificuldades respiratórias, convulsões e morte. Já as intoxicações crônicas podem afetar toda a população, pois são decorrentes da exposição múltipla aos agrotóxicos, isto é, da presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos e no ambiente, geralmente em doses baixas. Os efeitos adversos decorrentes da exposição crônica aos agrotóxicos podem aparecer muito tempo após a exposição, dificultando a correlação com o agente. Dentre os efeitos associados à exposição crônica a ingredientes ativos de agrotóxicos podem ser citados infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer. Principalmente o câncer tem sido um dos objetos de estudo do Instituto, sobre sua origem e a relação do mesmo com o consumo ‘indireto’ de agrotóxicos³⁰.

Por outro lado, a chamada reestruturação produtiva gerou outras consequências para os trabalhadores: Para Santos (2013, p. 18):

Ao mesmo tempo em que se verifica a inclusão de novos processos produtivos, impulsionados pela mecanização, cujos efeitos imediatos é a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, observa-se também a intensificação da exploração do trabalho, tanto daqueles que permanecem no corte da cana, como daqueles que assumem a função de operadores de máquinas em um novo arranjo produtivo. Constata-se, portanto, que desde meados dos anos 1980 há uma tendência nos canaviais de elevação da produtividade média dos trabalhadores que praticamente dobrou com as novas exigências das usinas no início da década de 2000. Contudo, tal elevação das médias de produção não refletiu, na vida do trabalhador, em forma de maiores salários e melhores condições de vida. Ao contrário, com as novas exigências, o trabalhador tem de trabalhar mais para garantir as mesmas condições

²⁹ Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer (INCA) “José Alencar Gomes da Silva” acerca dos agrotóxicos - 06 de abril de 2015 -

http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf - visitado em 05 de janeiro de 2016.

³⁰ Ver site: www.inca.gov.br

de sua reprodução social de outrora. O detalhe é que com a reestruturação produtiva o trabalho se intensificou e mesmo com as lutas dos trabalhadores, apesar de algumas conquistas, a precariedade das condições de trabalho ainda continua.

Imagem 4: Corte de cana completamente mecanizado na região de Ribeirão Preto:



Fonte: <http://www.istoedinheiro.com.br/pt/components/news/cmp-news-body/7/2/105027.inc> - acessado em 25 de fevereiro de 2015.

Observa-se na imagem que, para colher uma imensidão de área de cana necessita-se, somente três (03) operadores de máquinas que substituem centenas de trabalhadores.

Em 2010, cerca de 60% do processo de colheita da cana foi feito de forma mecanizada. Existe segundo Umbelino (2011), uma pressão brutal por parte dos empresários para que os cortadores de cana aumentem a produtividade de trabalho manual e esses trabalhadores devem aumentar a quantidade de cana cortada por dia. Essa quantidade é expressa em toneladas. Onde as áreas de corte de cana não são totalmente mecanizadas há uma pressão para aumento da produtividade:

Na década de 1980 um trabalhador cortava de 4 a 6 toneladas de cana por dia, dependendo da produtividade do canavial. Na década de 1990 o trabalhador foi sendo pressionado a cortar algo em torno de 8 a 12 toneladas de cana por dia. Agora, a pressão é para que corte de 12 a 16 toneladas de cana a cada expediente. Isso exige um dispêndio descomunal de energia para o ser humano. Conforme estudos, a quantidade de energia despendida por um cortador de cana num dia equivale àquele gasto numa corrida de maratona, ou seja, 42 km por dia. Isso é algo desumano e faz com que haja perdas absurdas de água, sais e outras

substâncias importantes no corpo humano. Por isso, algumas usinas introduziram o uso de isotônicos para seus trabalhadores, a fim de melhorar seu rendimento no serviço. Estamos diante de uma situação cruel que mostra que o que de mais moderno existe na agricultura se assemelha à barbárie do século XIX. Nem os trabalhadores nas minas de carvão, na origem da Revolução Industrial na Inglaterra, foram submetidos a esse tipo de jornada de trabalho.³¹

Diante de toda essa complexidade, ainda há uma questão de fundo, a qual Marx e Engels já haviam chamado a atenção em sua crítica a Economia Política Clássica. De acordo com Marx (2008), a economia política clássica, ou economia burguesa, a qual ele denomina economia nacional, ‘*oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção*’. (Ibidem, p. 82).

Argumenta o autor, de maneira quase poética, que o trabalho produz maravilha para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais. (MARX, 2008, 83).

Se a vida humana se resume em trabalhar para poder comer e beber, apenas isso; e além desse ato, a função de procriar; então, outras esferas da atividade humana, de fato, quando não estão agregadas e formando um conjunto, as anteriores se resumem num comportamento animalesco.

O grau de exploração do trabalho, ainda hoje, (e tende a continuar sendo, pois a exploração é inerente ao capital), não permite ao trabalhador outras funções a não ser: beber, comer, vestir e procriar. Nem mesmo a função de comer é plenamente garantida. Pois o ato de comer não se resume em apenas ‘um prato de lentilhas’. A ração diária que o trabalhador consome lhes é necessária para repor sua energia física, mas ele não se realiza no prazer de degustar um alimento, no ato de digerir uma comida diferente, de sentir o sabor, de conhecer pratos, temperos,

³¹ Entrevista de Ariovaldo Umbelino concedida a pagina IUH- On Line. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/39669-e-uma-mentira-dizer-que-no-brasil-a-terra-e-produtiva-entrevista-especial-com-ariovaldo-umbelino> - visitado em 06 de março de 2015.

formas, aromas, sabores e essências novos, que o alimentem o estomago e a alma. Ele ingere carboidratos como se fosse uma repetição e continuidade do momento do trabalho. A repetição cotidiana do ato de engolir a comida não realiza o ato de comer. Instintivamente mata a fome.

Para Marx, há pelo menos três momentos do estranhamento:

1) A relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como objeto poderoso e estranho sobre ele. 2) a relação do trabalho com o *ato da produção* no interior do *trabalho*. Para o autor, esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima, o estranhamento da coisa. 3) o homem é um ser genérico e na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-se lhe da *vida genérica* apenas um meio de vida individual. (MARX, 2008, pag. 84).

Mas toda essa façanha não ocorre somente na relação direta entre trabalhador e proprietário. Há uma fabulosa superestrutura que aparentemente não está vinculada ao processo de produção, mas é determinante nas garantias de condições para o desenvolvimento cada vez mais amplo, profundo e seguro para a classe proprietária: o Estado. Ele não só legitima como organiza essa relação entre o capital e o trabalho.

Mészáros argumenta que:

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger a produtividade do sistema. O capital chegou a dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das praticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

Para o autor (2011: 107), o Estado moderno em sua modalidade histórica, passou a existir, acima de tudo, para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado.

Prosseguindo em seus argumentos, Mészáros relaciona que apesar de todo o poderio econômico do capital (descrito no transcórre do texto desse capítulo), no entanto, ele não é, e nem será o único sujeito hegemônico na história humana, e, portanto, o importante filósofo identifica uma grave crise do capital no limiar desse século XXI, que não é apenas uma crise dinâmica e passageira. Ele a caracteriza como sendo uma crise *estrutural* do sistema do capital aliada à uma crise civilizatória e de rumos. Com isso, como a formação do Estado

moderno, para ele, é uma exigência de assegurar a produtividade do capital, ocorre que este também entra em crise estrutural juntamente com o próprio capital.

Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas, desde os Estados de formação liberal-democrática até os Estados capitalistas de extremo autoritarismo (como a Alemanha de Hitler ou o Chile *miltonfriedmannizado* de Pinochet), desde os regimes pós-coloniais até os Estados pós-capitalistas de tipo soviético. Compreensivamente a crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com essa crise, vem a crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado. (MÉSZÁROS, 2011, p. 17).

Vivencia-se na atualidade, uma crise econômica e política generalizada (vide caso brasileiro), mas não só no país, como em outras partes do mundo. Isso tem a ver com a crise estrutural do capital em que em si mesma produz internamente outros tipos de crise como a social por exemplo.

O Brasil viveu em sua história, até o presente momento, momentos distintos passando por processos de colonização, neocolonização, capitalismo competitivo dependente, capitalismo monopolista e hoje na fase monopolista/imperialista. Isso tudo, sem causar grandes rupturas, apenas rearranjos nas estruturas do modelo de dominação: modelo dependente dos países de economias centrais, com uma classe dominante endógena atrelada aos interesses estrangeiros. Passiva aos interesses estrangeiros, e totalmente autoritária e intolerante com os interesses da classe trabalhadora que é aquela que produz toda a riqueza através do suor de seu trabalho.

Teve como característica de seu poder de mando, o controle político, econômico elegendo a coerção a toda iniciativa de luta dos trabalhadores, logrando sempre o seu “sufocamento”, a sua dispersão, fragmentação ou aniquilação, caracterizando-se uma permanente forma de “autocracia burguesa”.

Com os modelos e projetos implantados pela classe dominante visando legitimar sempre e cada vez mais sua dominação burguesa, ela não poupou em criar utilizando de um movimento desigual, mas combinado, sempre que possível de um padrão de desenvolvimento baseado na super exploração dos trabalhadores e ao mesmo tempo de vantagens ao capital estrangeiro imperialista, a burguesia interna e ao Estado.

Viu-se até aqui, que o capital tornou-se com o decorrer da história, uma relação social, de proporção universal, que está presente em todas as partes do globo, embora de forma desigual e combinada. As partes mais avançadas se alimentam e se reproduzem a partir das relações com a parte mais atrasadas. O Brasil é um país periférico do ponto de vista de seu desenvolvimento econômico, tecnológico e social. São os países hegemônicos imperialistas que definem as estratégias econômicas, sociais, políticas, ambientais, para os países periféricos.

Nesse sentido, o modelo de agricultura capitalista, o agronegócio, por exemplo, é definido pelas potências imperialistas através da chamada Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Define-se qual o país do mundo que vai produzir tecnologia, qual vai produzir *commodities*, força de trabalho barata, entre outros aspectos.

Dessa maneira, ao definir que o Brasil produzirá *commodities* agrícolas para o mercado internacional (o mercado é selecionado), também há uma orientação de *como o país* vai produzir essa matéria prima. O padrão brasileiro de produção de *commodities* é o mesmo padrão da produção capitalista: super-exploração da força de trabalho, modelo produtivo da Revolução Verde (monocultura, alta tecnologia, adubos sintéticos, agrotóxicos, produtividade), ação predatória sobre os recursos naturais, latifúndios concentrados em poucos grandes proprietários, redução de direitos trabalhistas, uso do Estado para controle social, para pagamento da dívida interna, entre outros mecanismos.

Não é novidade que a forma de trabalho seja o trabalho *estranhado* e que os trabalhadores do corte de cana de açúcar estejam morrendo por exaustão física como visto no Capítulo 1. É o *modus operandi* da relação capitalista de produção.

Para isso precisa de um sistema de dominação no campo da superestrutura que seja definido pelo caráter de classe do Estado burguês e a forma de operar da *autocracia burguesa*, que age baseado na *práxis manipulatória* e promovendo golpes em cima de golpes sobre a classe trabalhadora. O Estado burguês, seja na forma de consenso forjado pela coação ou mesmo pela coerção, cumpre com papel de garantir os lucros privados do capital e realizar o controle sobre os trabalhadores, caso contrário, há o risco eminente de revoltas populares contra o poder da classe politicamente e economicamente dominante. Considerando que não está no horizonte objetivo e subjetivo da classe trabalhadora, a saída através da revolução

socialista; diante desse quadro, quais as possibilidades de organização do trabalho em oposição ao *trabalho estranhado*, mesmo que em germens?

Mas, ao mesmo tempo, também é verdade que a classe trabalhadora brasileira, não esteve no palco da luta de classes apenas como expectadora desses acontecimentos. Ela também foi e está construindo seu protagonismo. Em certos períodos, de acordo com a própria dinâmica da conjuntura, provocada por ascenso ou descenso, ela protagonizou ofensivas e também, em certos momentos, foi obrigada a ficar em defensivas pela ordem burguesa dominante. Não houve rupturas nem foi possível transformar a *consciência em si* em *consciência de classe para si*.

Esse é um dos maiores desafios postos atualmente: construir materialidade no campo da luta política que faça a mediação com o avanço da consciência política do proletariado. Para isso, são importantes lutas gerais, classistas, anti-capitalistas, anti-imperialistas.

Para Mészáros, a questão de fundo é saber até que ponto “as possibilidades de êxito da alternativa socialista são determinadas por sua capacidade (ou incapacidade) para enfrentar todas essas contradições – entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação – por meio da instituição de um microcosmo social reprodutivo internamente harmonizável”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 115).

Até que ponto o socialismo nesse novo século pode realmente produzir emancipações humanas coletivas a partir do trabalho associado como fator revolucionante em todas as esferas desde os trabalhadores organizados e não somente a partir de uma superestrutura política de poder central e hegemônico, como diretriz de um Estado e não de assimilação e iniciativa também por parte dos trabalhadores? Até que ponto?

CAPÍTULO 2

GÉRMENS DE TRABALHO ASSOCIADO NO MST

*“... E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida: vê-la desfiar
seu fio,
que também se chama vida, ver a fábrica
que ela mesma, teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco em nova vida
explodida; mesmo quando é assim
pequena
a explosão, como a ocorrida; mesmo
quando é uma explosão como a de há
pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão de uma vida
severina.”*

Morte e Vida Severina

(João Cabral de Melo Neto)

No capítulo anterior tratou-se de reconstituir o fio condutor sobre a gênese do *trabalho estranhado* e sua relação com o período histórico da separação do trabalhador e seus meios de produção, desde o processo de acumulação primitiva de capitais, a instituição da propriedade privada da terra e dos meios de produção, a formação dos ‘trabalhadores livres’, bem como a massa gigantesca de proletários dispostos a vender sua força de trabalho como única alternativa que lhes restara; a consolidação de um Estado burguês acompanhado de complexo sistema jurídico em defesa da propriedade privada e dos proprietários capitalistas reafirmando o capital como o sujeito histórico universal “inabalável”.

Compreende-se a partir dessa chave de interpretação, o processo histórico da concentração fundiária (propriedade privada da terra) existente em nosso país, bem como, a formação de proletários urbanos e rurais, destituídos de seus meios (terra, meios de trabalho e capital). Assim como se compreende também o porquê as fábricas, a tecnologia, o capital e a força de trabalho, estão concentrados nas mãos de uma pequena classe dominante: a classe burguesa.

Dessa maneira, aborda-se o *trabalho estranhado* na particularidade da agricultura capitalista brasileira, com foco para o atual agronegócio e a nova reestruturação produtiva, a

qual compra a força de trabalho dos trabalhadores, os quais, sem terem outra alternativa de sobrevivência *migram* para vender a força de trabalho nessas áreas.

Os sujeitos em questão (em nosso estudo) são continuadores dessa massa de proletários, despossuídos: os sem terra. São ‘os mesmos sujeitos’, abordados no capítulo 1, separados de seus meios de produção para a formação da força de trabalho para o mercado de trabalho. O fio condutor dessa história os liga com os mesmos trabalhadores do passado, os quais, para o filósofo liberal John Locke, seriam os mesmos *vadios, rixentos e preguiçosos* que ‘*não observam as leis positivas da sociedade*’ e não merece o direito a propriedade por não serem *laboriosos*. (Apud Borón, 2006).

Como particularidade e singularidade deste objeto de pesquisa, apresentar-se-á tais trabalhadores, despossuídos de propriedade, que se organizaram em luta, pelo reencontro entre produtores com seus meios de trabalho.

Aqui está a luta, o trabalho, o modo de vida concreto de um grupo de trabalhadores sem-terra. Proletários e semi-proletários, engajados politicamente, cuja experiência demonstra germens de *trabalho associado* no MST. Há os elementos de uma pesquisa sobre os aspectos da organização social do trabalho, os aspectos políticos da consciência e do modo de vida proporcionado pelo trabalho e pela cooperação, bem como os aspectos culturais da expressão simbólica material do modo de vida local. Apontar-se-á como se organizam e vivem as famílias na experiência de trabalho na COPAVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida), bem como, os limites, avanços dessa construção.

Existe, no entanto, a clareza de que:

Vivemos em uma sociedade capitalista, cuja base de sustentação está na *relação antagônica entre capital e trabalho*, entre os donos do capital e os trabalhadores. E seu funcionamento se dá a partir de duas leis gerais: a lei da *exploração entre os seres humanos*, pela exploração da mais-valia; e a lei da *exploração da natureza* com uma forma de produção que destrói os bens naturais, necessários à vida humana, porque o objetivo do lucro, do negócio é colocado acima de tudo. Como trabalhadores, quando assumimos o objetivo de transformar a sociedade e trabalhar pelo bem da humanidade, nossa luta essencial é para que estas duas leis sejam “revogadas” e novas relações sociais estabelecidas (CALDART, 2015, Texto impresso, p. 01).

Para além desse desafio em revogar essas leis (exploração dos seres humanos pela mais-valia e exploração da natureza), é necessário um exercício constante de compreensão da realidade e o agir sobre ela.

Para Kosik (1969), cada modo de apropriação da realidade, é uma atividade baseada na *práxis* objetiva da humanidade. Refletir sobre nossa experiência, no entanto, implicando o conhecimento da realidade, e não só o conhecimento como também a aplicação correta de uma *práxis* política cuja necessidade é a de transformá-la.

Somos confrontados sob a necessidade de fazê-la, de acordo com “o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários a sua existência” (KOSIK, 1969, p. 05). Dessa maneira nosso objeto se insere no contexto da sociedade capitalista e possui amplas relações com a totalidade.

A luta da classe trabalhadora pela sua emancipação e de toda a humanidade implica o conhecimento, o mais amplo e profundo possível, da realidade social a ser transformada. Nada menos do que a verdade pode interessar a classe trabalhadora e como a verdade não é algo evidente, o trabalho sério e livre de sua busca impõe-se como uma tarefa inescapável, mesmo que tenha que ser muito dura (TONET. 2010. p. 04).

Portanto o objeto em questão implica o conhecimento da realidade geral e esse conhecimento se trata de uma dura busca através de um sério trabalho em que a verdade que pode interessar a classe trabalhadora seja algo desvelado.

Nesta luta precisamos ser *radicais*, “apreender a coisa na raiz” (Marx), na compreensão e na ação. Não tem meio termo! Ou nos posicionamos do lado do capital ou do lado do trabalho. Ou trabalhamos pela continuação da lógica exploradora do capital ou lutamos pela construção da república do trabalho. Ou defendemos o agronegócio, que é o modelo do capital para a agricultura, ou trabalhamos pela agricultura camponesa, que é o projeto dos trabalhadores. Ou reproduzimos a pedagogia do capital ou ajudamos a construir a pedagogia do trabalho. Essa tomada de posição supõe entender que a realidade se move desde estes polos antagônicos em disputa e que as alternativas se constroem quando se aprende a agir sobre as contradições que emergem em cada momento e em cada lugar. A ideologia dominante tenta nos fazer acreditar que este confronto não existe, em nenhum plano, e o máximo a que podemos aspirar é “aperfeiçoar” (reformular) o capitalismo (Caldart, Idem).

Ser radical significa ir à raiz de algo, compreendê-lo pela raiz, modifica-lo pela raiz.

Por isso mesmo, a reapropriação dessas forças, a recolocação delas sob o domínio daqueles que produzem a riqueza material é condição primeira e fundamental para uma forma de sociabilidade plenamente livre, de uma autentica comunidade

humana, não mais dividida em classes sociais; de uma forma de sociabilidade de onde tenha sido eliminada a exploração do homem pelo homem (TONET, 2010, p. 05).

Essa forma nova de apropriação das forças materiais de produção, ou a apropriação das forças produtivas no seu conjunto é o que o Marx chama de trabalho associado. Esse “deverá ser o fundamento da emancipação humana”. (Idem, 2010)

Portanto, trabalho associado não pode ser considerado uma pequena experiência no meio de um universo de relações capitalistas. Ela só será possível com a comunhão de trabalhadores numa sociedade de nova ordem e de novo tipo. Por isso, escolhemos como título do nosso trabalho como ainda *germens* porque toda a radicalidade contida na experiência ainda assim não significa trabalho associado.

No interior do Movimento (MST), muito se tem debatido sobre a categoria trabalho visando a superação do trabalho estranhado. No entanto, discute-se o conceito trabalho nos marcos econômicos no contexto das contradições da sociedade capitalista e suas consequências para uma ressignificação do trabalho na luta por terra e reforma agrária num momento em que no campo, o agronegócio é responsável pelo grande desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e emprego da força de trabalho assalariada.

Discute-se no interior do MST sobre os novos desafios que surgem no âmbito da luta pela terra e reforma agrária, bem como, as experiências de trabalho auto gerenciadas, construídas no interior das CPA's (Cooperativas de Produção Agropecuária), cuja construção remonta desde o surgimento do Movimento e faz parte da concepção de cooperação do MST gestada nos anos 90. É considerada exceção à regra, diferente do que significa o trabalho na engrenagem capitalista, mas, por outro lado, não significa que é uma experiência socialista, embora carregue em si potencialidades socialistas.

No entanto, ainda falta um debate teórico filosófico dentro do MST, sobre a categoria trabalho (entendendo-a como atividade humana necessária para a reprodução da vida, mas, sobretudo, como elemento de emancipação dos trabalhadores). Seja enquanto superação do *estranhamento*, construída em conjunto com a abolição da propriedade privada, pautada numa experiência coletiva concreta e refletida, que possa criar um embasamento maior de se pensar o trabalho numa outra lógica que não a da mercadoria, do *estranhamento*, e sim da

objetivação do trabalho em outras bases, com conteúdo e prática engendradora do novo, como auto-atividade humana.

De produção e reprodução da vida com base em garantia, sim, das condições materiais de vida (vida decente), mas também como expressão espiritual, simbólica da produção da vida, em que o trabalho se realize preenchendo necessidades humanas: de comer, beber, vestir, produzir conhecimentos, ter prazer, lazer, produzir bens para o consumo de uma necessidade prática, de uma necessidade espiritual, (como a arte em suas diversas dimensões e perspectivas), re-significando a religião como única mediadora da vida espiritual. Assim, o trabalho criador numa perspectiva de produção da vida material, mas também espiritual na produção de bens de uso para todos os tipos de satisfações humanas seja algo que perpassa o necessário, mas também os aspectos do belo e prazeroso.

As experiências de germens de *trabalho associado*³² que no MST são chamadas de auto-gestionárias³³ estão diretamente ligadas às experiências de cooperação agrícola, por uma questão de necessidade imediata, mas também por uma proposição do MST no sentido de estimular a consciência política organizativa.

No final dos anos 1980, partiu-se do conhecimento das experiências desenvolvidas pela igreja popular com grupos coletivos e semi-coletivos, e mais tarde pelo estudo das experiências de países socialistas (Rússia, Cuba, Bulgária, Iugoslávia, Alemanha Oriental, China) difunde-se no MST um referencial de organização de cooperativa de tipo socialista, baseada na exploração coletiva dos meios de produção e trabalho. São estimulados de início pequenos grupos coletivos e mais tarde grandes cooperativas totalmente coletivas, englobando, em certo período (início dos anos 1990) assentamentos inteiros organizados em cooperativas integrais (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 175).

Apesar das tentativas de socialização do trabalho, da terra e dos fatores de produção, com o aprofundamento da agricultura capitalista, bem como, o papel do Estado burguês, que

³² No MST as experiências de trabalho portadoras de germens de trabalho associado são denominadas “autogestionárias” e possuem ainda muitos limitantes, apesar de enormes avanços. E seria mesmo, inadequado e incoerente concebê-lo como trabalho associado, tendo em vista a dimensão do que significa o trabalho associado. Só será possível construir plenamente o trabalho associado numa sociedade comunista. Portanto, o que existe são pequenos germens de trabalho associado que contribuem enormemente para se pensar a construção de experiências emancipatórias.

³³ “Em sentido estrito, a autogestão refere-se a participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões básicas nas empresas sociais. Os meios de produção são socializados (de propriedade da comunidade dos trabalhadores ou de totalidade da sociedade). Diretamente nas comunidades menores ou nas maiores, através de delegados ao conselho de trabalhadores, estes decidem sobre as questões básicas de produção e distribuição da renda. A gestão técnica operativa fica a eles subordinada, sendo por eles controlada”. (BOTTOMORE, 1997, 23).

em grande medida, operam na tentativa de destruição das experiências organizativas dos trabalhadores, especialmente as que possuem cunho político ideológico de esquerda. Dessa maneira, todas as tentativas foram minadas pelo Estado.

Diante dessas ofensivas, os trabalhadores assentados nas áreas de reforma agrária vivem diversas contradições para sua manutenção como trabalhadores associados, no contexto da engrenagem do *sistema sociometabólico* do capital.

Para Mészáros,

A concepção de metabolismo social ou sociometabolismo significa um sistema articulado assim como organismo humano tem suas partes orgânicas interdependentes que se articulam o tempo todo para a manutenção da vitalidade. Esse exemplo precede qualquer organismo vivo. No caso do sistema sociometabólico do capital se insere a mesma formulação: a de um organismo vivo na totalidade e dependente de suas partes constitutivas para a reprodução da acumulação. As definições de cada particularidade é determinada pelo conjunto do sistema do modo de produção. (MÉSZÁROS, 2006, p. 57)

Num primeiro momento, nos anos 90, houvera uma orientação política por parte do conjunto do MST, na tentativa de construção de experiências socialistas de organização do trabalho, baseadas na concepção da Revolução Cubana, as quais foram construídas com base nas experiências de CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuárias) cubanas. Poucas se consolidaram. A hipótese para esse desmonte fora por um lado, o papel preponderante do Estado burguês, no sentido de minar as tentativas e dissolvê-las através de mecanismos ideológicos, burocráticos e de controle social, entre outros. Por outro, também tem a ver com a consciência de tipo artesanal dos próprios camponeses. E um terceiro elemento se deve ao momento histórico dessa construção. O início dos anos 90 foi traumático para as organizações de esquerda, devido a derrocada do socialismo no leste europeu, a queda do Muro de Berlim, Cuba sofria os impactos do bloqueio econômico, e as demais experiências socialistas sendo derrotadas pela ofensiva do poderio imperialista no mundo. Nesse contexto, o MST organiza suas experiências de coletivização e de socialização da produção tendo como meta a construção de experiências socialistas.

O desconhecimento e a desconfiança camponesa frente a essas formas coletivas resultaram numa reversão parcial das experiências, inicialmente fracionando em grupos semicoletivos e finalmente na desestruturação completa de diversas iniciativas complexas de cooperação. A defasagem entre a proposta concebida pelo Movimento, de coletivos autogestionários totais, a falta de apoio estatal, o preparo técnico insuficiente e as contradições derivadas da consciência organizativa

artesanal dos camponeses foram fatais para muitas dessas experiências e forçou um recuo tático do movimento. No entanto, mais de uma dezena de cooperativas coletivas autogestionadas se mantiveram e se constituem atualmente como as experiências mais avançadas tanto do ponto de vista social como econômico em áreas de reforma agrária (CHRISTOFFOLI, Idem, p. 174 e 175).

Os fatores da consciência artesanal são reais, não são secundários, mas, o fator preponderante do não avanço se dava pelo contexto acima mencionado, da conjuntura mundial, mas, sobretudo, devido, a dominação burguesa *autocrática* e que fez uso do Estado como mecanismo de dominação de classe, para destruir as experiências de organização dos trabalhadores.

Entretanto, há que se ponderar também o fato de que uma cooperativa só tem sentido para uma organização que pretende a emancipação humana se ela for um instrumento ao mesmo tempo de organização coletiva da produção, do processo de trabalho e de elevação do nível de consciência política de seus membros associados. Caso contrário, será meramente um instrumento econômico geradora de consciência economicista, mesquinha, não revolucionária. Desta maneira se transformará em inimigo de um projeto emancipador da classe trabalhadora. Isso ocorreu internamente em algumas experiências dentro do MST. Essa derrota não fora motivada apenas por fatores externos e nem somente boicotadas pelo Estado e classe burguesa, mas foram também fatores internos que influenciaram no seu desmonte.

Houvera por outro lado, os problemas derivados dos vícios e desvios políticos por parte de militantes e dirigentes, com práticas oportunistas, com valores pequeno-burgueses, falta de firmeza ideológica e baixo nível cultural e falta de disposição para o enfrentamento na luta de classes. Esses fatores também impediram o avanço dessas experiências com cooperativas e núcleos de organização dos trabalhadores a partir do trabalho e da organização política.

Existiram centenas de cooperativas no MST espalhadas a nível nacional onde se tentou implementar a organização de trabalho *cem por cento* coletivizado. Diante de vários elementos, próprios das contradições do real, como os expostos acima, não frutificaram, enquanto que, por outro lado, algumas seguem resistindo ainda hoje.

Em relação a coletivização do trabalho, ao mesmo tempo em que, por um lado, resistem algumas experiências de CPA's, com orientação coletiva; por outro, há o aumento do

assalariamento rural de trabalhadores assentados, nas lavouras do agronegócio devido à precária realização de um plano de reforma agrária (ou a inexistência dele).

Estas diferentes experiências com o trabalho nas áreas conquistadas pelo MST perpassam de um extremo a outro, duas perspectivas completamente diferentes e contraditórias entre si: numa lógica de tentativa de superação do *estranhamento*, mesmo dentro da sociedade capitalista, tentando construir “o extraordinário no cotidiano” e para que as duas leis (exploração dos seres humanos pela mais-valia e a exploração da natureza) sejam revogadas através de embriões auto-gestionários numa luta tática, enquanto ainda não se produz acúmulo de forças suficiente para um período de ascenso e acirramento da luta de classes; e a outra é a contradição do retorno à mercantilização do trabalho, na lógica da venda da força de trabalho, em troca de um salário, por falta de condições reais de se levar a cabo um projeto (que já nasce precarizado e derrotado) de reforma agrária, como tem sido no caso brasileiro.

2.1 – Fazendo A História a Contrapelo: A narrativa dos sujeitos que constroem o trabalho auto-gestionário:

Por uma questão de intolerância e ódio de classe *contra os de baixo*, a história dos trabalhadores ficou ocultada nas páginas oficiais da história versada pela ideologia dominante. Trata-se aqui de trazer presente uma experiência de gestação de novas formas de organização do trabalho, numa perspectiva de rompimento com o *estranhamento* e construção de formas associadas ou autogestionárias, de coletivos de trabalhadores num assentamento fruto da conquista da luta do MST de acordo com narrativa dos sujeitos da luta.

Interessa aqui, apenas uma pequena fração dessa história. A história tendo como perspectiva a narrativa dos *de baixo*. Em especial a particularidade de um pequeno grupo de trabalhadores, em meados do século XXI que tentam *fazer a história a contrapelo*³⁴, mas que não aparecem como heróis nas páginas dos livros.

³⁴ Walter Benjamin cria a expressão em suas *Teses sobre a História*. “As teses são um ataque frontal às concepções lineares e conformistas da história, da noção positivista de “progresso”, da historiografia de simples acontecimentos narrados pelo ponto de vista dos opressores, e de uma visão acomodada, particularmente da

Os trabalhadores sujeitos do processo na composição do trabalho autogestionário da COPAVA são os mesmos trabalhadores que estão presentes nas fileiras do MST: contemplam as especificidades de classe: proletários pobres pertencentes a classe trabalhadora de diversas categorias no âmbito do trabalho (antes de adentrarem a luta pela terra): assalariados urbanos e assalariados rurais (na grande maioria), mas também artesãos, meeiros, parceiros, entre outras categorias.

Classificam-se numa composição étnica: são na grande maioria negros, pobres – (mulheres, homens, crianças, jovens).

Apresenta-se os porta-vozes desse trabalho, os trabalhadores que são parte orgânica desse processo:

Altevir de Moraes – conhecido como *Tuca*, 51 anos, era trabalhador proletário (bóia-fria), nos anos 80, e, após adentrar na luta em 1985, tornou-se assentado na Agrovila III. Nunca compôs família e morava com a mãe, até que esta falecera. Hoje vive com um irmão. É membro da cooperativa e trabalha no setor de animais, onde cuida dos porcos e também trabalha na horta.

Marcia Ramos – Marcinha, 40 anos. Educadora, membro fundadora da cooperativa COPAVA nos anos 90, filha de assentados na agrovila III, dirigente estadual do MST/SP. Fez parte da brigada internacionalista do MST na Bolívia nos anos de 2011 a 2013. Atualmente faz mestrado em Educação Unicamp.

João Maria da Silva - Joãozinho, 31 anos. Jovem assentado, filho de proletário (ex-boia-fria) que aderiram a luta pela terra. Educou-se na Ciranda Infantil da Copava e hoje faz parte do quadro de trabalhadores da cooperativa e atua no setor administrativo, entre outros, quando necessário.

José Ramos - Zezinho, 55 anos, trabalhador rural, atualmente assentado na agrovila III, no assentamento Pirituba. Atuou no processo de fundação da Copava e é militante/dirigente do MST em âmbito regional e estadual. Na Cooperativa trabalha no setor da usina de produção de destilados de cana.

socialdemocracia, da construção do socialismo como algo “inevitável”, fruto da evolução natural dos meios de produção. Contra essa visão mecânica, passiva e oficialista, Benjamin articula uma nova concepção de tempo e história, viva, contada do ponto de vista da maioria oprimida e com a perspectiva indispensável de transformação”. LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”* Boitempo. São Paulo: 2005.

Delwek Matheus - Delwek dirigente nacional do MST, assentado na agrovila I, no assentamento Pirituba. É um dos membros fundadores do MST no estado de São Paulo. Contribuiu na formação e consolidação da CPA Copava.

Sirley Henrique Cerqueira – Sirley tem 42 anos é a atual presidente da COPAVA. Nordestina do extremo sul da Bahia, contribui na Cooperativa há cerca de 10 anos, quando através do curso TAC (Técnico em Administração de Cooperativas), no Instituto Josué de Castro, Iterra³⁵ – conheceu seu atual companheiro que é membro da Copava e filho de fundadores da mesma. Assim, mudou-se para lá e trabalhou em diversos setores da cooperativa: cozinha, bar, restaurante, horta, agricultura, mercado, etc. Tornou-se a atual presidente da CPA COPAVA.

Assim, como nas obras do historiador Eric Hobsbawm, em que há um exercício de dar voz aos trabalhadores, geralmente anônimos na historiografia oficial, aqui também se propõe a emprestar a voz a esses narradores, que atuam numa espécie de organismo vivo dentro da totalidade do MST e não possuem voz diante da historiografia oficial.

2.2- Coletivização do Trabalho, da Terra e fatores de produção:

Primeiramente, a fim de situar o contexto de tal experiência, um percorrido de como se construiu a concepção de cooperação no MST no estado de SP, pois o assentamento Pirituba é fruto dessa concepção. Conforme nos situa Matheus (2015)³⁶, há grande influência de como se constrói a experiência de trabalho no MST a partir da cooperação.

As primeiras ideias de cooperação, que surgiram lá nos anos 80, nos primeiros assentamentos eram um número pequeno de famílias, muito influenciado pela igreja católica. Então, as primeiras experiências seguiam muito aquela lógica de um grupo pequeno de 20 ou 30 famílias, e a ideia era a de ‘Terra de Deus, Terra de Irmãos’. (...). Um pouco nessa lógica da igreja, que todo mundo devia trabalhar junto, dividir o trabalho, e produzir mais para a subsistência do que pensando em produção mercantil. (MATHEUS. Delwek. Entrevista sobre Trabalho e Cooperação no MST, realizada em 19 de junho de 2015 no Centro de Educação Popular Rosa Luxemburgo, no assentamento Agrocentro - Iaras/São Paulo).

³⁵ Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Escola Técnica de Ensino Médio no MST.

³⁶ Entrevista realizada com Delwek Matheus, dirigente nacional do MST e assentado no assentamento Pirituba. É um dos membros fundadores do MST no estado de São Paulo.

A prática do trabalho coletivo e da cooperação, inicialmente surgiu com a influência de uma vertente cristã que influenciou o MST nos primórdios de seu surgimento. Mas, ocorre posteriormente, uma metamorfose nessa concepção, a qual, o trabalho e a cooperação vão ganhando contornos políticos e avançando para outro patamar.

O MST supera um pouco essa ideia, essa concepção vinda muito da igreja. O MST começa a discutir uma concepção própria. (...). Porque nos anos 80 cresce então as ocupações, a luta pela terra, e, em SP já surgem as primeiras ocupações... Então, em 84 nos já temos 03 (três) ocupação de terra em três regiões do estado de São Paulo. Tivemos uma na região de Itapeva [Pirituba]³⁷, em Sumaré (região de Campinas) e no Pontal do Paranapanema, a Gleba XV. (MATHEUS – entrevista realizada em 19 de junho – Agrocentro/Iaras - SP).

Nos anos 80 o MST passaria por uma fase em que pensava a cooperação para obtenção de renda. No caso das primeiras associações, correspondiam a uma concepção em que se juntava o aspecto econômico com o aspecto político. Percebe-se que essa superação não se dá ao acaso. Ela tem finalidade política organizativa em organizar o trabalho para que o mesmo possibilitasse qualidade de vida a partir dos aspectos produtivos e também elevação do nível da consciência política organizativa na tentativa de superar as formas artesanais da consciência. As famílias consideram que a fase inicial de trabalho de base foi fundamental para o entendimento comum sobre o que estava se construindo.

Tem-se aí um processo inicial de organização do trabalho em que o assentamento em grupos de famílias e agrovilas iria definir as particularidades de organização do trabalho no assentamento Pirituba, particularmente na experiência da COPAVA³⁸, que tem a ver com a forma de organização da propriedade da terra.

Coletivizar a terra foi um passo fundamental para a organização do trabalho, embora em muitas experiências históricas tal coletivização não significou avanço por completo, como nos casos de Cuba, URSS, China ou Vietnã, em que a coletivização não eliminou completamente o individualismo, pois haviam pessoas vivendo em sistemas coletivos e não

³⁷ [Grifo nosso].

³⁸ A COPAVA (Cooperativa de Produção Agropecuária “Vó Aparecida”) é a única experiência de CPA dentro do assentamento Pirituba e a única experiência também do MST no estado de São Paulo. O nome “Vó Aparecida” é uma homenagem a uma companheira acampada no início do acampamento nos anos de 1985/1986 que se chamava vó Aparecida. Foi unanime a homenagem póstuma a ela quando da fundação da cooperativa.

*Grifo nosso.

** Grifo nosso.

aderiam ao projeto socialista, mantinham comportamento individualista, contrários as definições coletivas. Assim, no MST também ocorre o mesmo. O fato de coletivizar a terra e os fatores de produção por si só não significa avanço. Essa condição muitas vezes não provoca um novo estágio de consciência, pois o indivíduo não passa a enxergar de imediato o todo como coletividade.

Em muitos casos a maioria avança e não enxerga mais somente a partir do seu ‘próprio umbigo’, da sua propriedade e de seu núcleo familiar. A alienação que a propriedade privada provocara na mentalidade do indivíduo, passa a ser desconstruída coletivamente. A representação mental que o indivíduo terá sobre a propriedade da terra é de um ser coletivo, uno, onde a força de trabalho deve ser empregada para gerar bens comuns. Supera-se assim, conjuntamente, a situação de trabalho estranhado, de propriedade privada.

Depois, com a organicidade do Movimento o grupo de família passou a se chamar núcleos de base e assim foi sendo assimilado e desenvolvido em diversas experiências em nível nacional. O termo ‘núcleos de base’ não surge na Pirituba, mas ali também estavam em gestação os núcleos de base. Embora as ocupações da Pirituba iniciassem no ano de 1984, é somente a partir de 1985 que o MST se envolve na organização (já havia duas glebas desapropriadas) e a partir daí o MST dá continuidade à organização dos novos grupos que participaram das ocupações da mesma fazenda, dado que a Pirituba é um complexo de terras públicas, a qual através da luta pela terra em diversos estágios e períodos seguintes foi desapropriada seis áreas, que originou seis assentamentos na mesma fazenda. A partir de 1985 o MST dirige essas lutas com as famílias das localidades até o momento atual.

Para Delwek Matheus:

Eram todos grupos coletivos de 8 a 15 famílias, inclusive não tinha no planejamento do assentamento não tinha divisas [cercas]*, porque a Pirituba nunca foi demarcado o lote, ate hoje... O Estado não foi lá que nem é hoje. [Hoje]** O Estado vai lá, os topógrafos, mede, faz um mapa, bota um marco e fala esse aqui é o seu lote. Então foi dividido em grupos em vez de dividir os lotes, dividiu-se as glebas, os vários grupos e a associação então prestava serviços para esses grupos coletivos. Eram todos coletivos.

O fato de não possuir cercas é extremamente simbólico, pois desde o marco histórico dos chamados ‘*enclausures*’, dos cercamentos de terra na Inglaterra, no período de acumulação primitiva, a cerca passa a ser símbolo máximo de proteção a uma propriedade. A ideologia liberal faz jus e se curva diante das cercas.

Interessante observar que através da coletivização da terra, do trabalho e de todos outros fatores de produção, modifica-se também o termo “grupos de famílias” para núcleos de base. Engels³⁹ tem razão em atribuir a assimilação de modelo burguês de família à propriedade privada, mercantilização do trabalho e as origens do Estado moderno.

Esses fatores externos se referem à natureza de classe do Estado, como visto anteriormente. Com a crise motivada pelos limites acima mencionados e com o acúmulo da discussão, o MST decide avançar para a organização de cooperativas em outro nível:

O MST então já estava num debate bastante qualificado. (...). Então a gente começou dar um passo a frente e aí, surge a proposta das cooperativas. Aí eu já estou falando dos anos 88, 89 e 90. (Idem).

O que havia de mais avançado no período em termos de cooperação na perspectiva socialista eram as experiências cubanas. Assim:

Na época o MST decidiu que a gente ia adotar a experiência de Cuba nos nossos assentamentos. A experiência de cooperação a partir das experiências cubanas. Então, nesse período, o MST organizou cursos em parceria com Cuba e foi uma turma pra lá. Foram vários militantes em vários períodos, várias turmas inclusive conhecer experiências de cooperativas pra vim discutir e a possibilidade de pensar cooperativas aqui no MST (MATHEUS).

Após idas e vindas conhecendo as experiências cubanas, o MST começa a pensar um sistema de cooperativas no interior de suas áreas conquistadas como maneira de também avançar na consciência social, ter o desenvolvimento econômico sem depender do Estado para gerir a vida da comunidade assentada. Fazia-se necessária a autogestão. Ocorre que a tentativa de “*adotar a experiência de Cuba em nossos assentamentos*” nos parece uma questão delicada, pois, de certa maneira, quando se adota um modelo sem levar em conta a realidade concreta, corre-se o risco de incorrer em erros de análises, engessamento da experiência, ou incorrer ingenuamente num certo idealismo pragmático, ou mesmo implantar de forma mecânica uma experiência como as vivenciada em Cuba, para uma realidade como a brasileira.

Então a gente pensou em criar um sistema cooperativista aqui no Brasil. Um sistema em nível nacional que iria atender todas as demandas das diferentes realidades, com a criação das CPAs, das cooperativas de produção coletivas. (...). Então o salto de qualidade seria socializar tudo. Socializar todos os fatores de produção, terra, capital e trabalho. Até o trabalho! Essa era a nossa meta. (MATHEUS)

³⁹ ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Civilização Brasileira. São Paulo: 1980.

Socializar todos os fatores de produção seria causar uma ruptura não só com a propriedade privada da terra, desde a coletivização da terra, dos meios, do capital, e a socialização do trabalho. Socializar o trabalho significaria transformá-lo numa nova dimensão, não mais *estranhado*, não mais individualizado e mediado por um salário. Seria gerar nova materialidade: produzir coisas úteis para a coletividade a partir do trabalho coletivizado e receber por ele a cota parte das horas trabalhadas num princípio comunista de “*de cada qual sua capacidade a cada qual segundo suas necessidades*”.⁴⁰

Era muita gente [numa única experiência], (em 300 famílias tinha no mínimo 1.500 pessoas) e envolvia todo mundo: homens, mulheres, crianças e a ideia de associar os fatores de produção, inclusive criar as condições do jovem trabalhar e fazer parte do resultado, porque o resultado era distribuído pela participação no trabalho. Não por quantidade. Nem de terra do lote e nem de quantidade de pessoas na família. Era pela participação no trabalho. Então se na minha família tinha quatro pessoas que participava do trabalho recebia quatro partes, se tinha só duas recebia duas partes e envolveria as mulheres e os jovens no trabalho (Idem).

A intenção era criar um sistema que envolveria as Centrais de Cooperação Agrícolas a nível estadual, a Confederação que é a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), que coordenaria politicamente e juridicamente todo esse sistema e criar nos assentamentos as CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), tendo como base principal a organização do trabalho coletivo em bases também coletivas que seria a propriedade da terra e os fatores de produção.

Dessa maneira, iniciou-se um processo de construção das CPAs nos estados onde o MST estava organizado. Apesar da crise vivenciada, parte da experiência continuava viva, ou seja, os grupos coletivos, as agrovilas e as experiências de mutirão no trabalho. Assim, imaginava-se que para avançar na consciência política/ideológica, precisava conteúdo teórico sobre a cooperação e o trabalho associado. Em partes, ignorou-se o papel desmobilizador do Estado. Acreditava-se que apenas avançando na consciência política/ideológica da base social, os problemas seriam resolvidos.

Não vou precisar bem aqui os anos, mas aí eu já estou falando de 92, 94,95 que foi criar o sistema cooperativista, as CPAs. Aí também a gente criou todo um instrumento de formação de organização e formação, os cursos, o TAC (Técnicos em Administração de Cooperativas). Antes inclusive do TAC a gente já tinha adotado uma experiência de formação do Clodomir de Moraes, que ficou com o

⁴⁰ MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Boitempo. São Paulo: 2012.

MST inclusive acompanhando por um período longo, ajudando em todo processo de discussão do MST, com os Laboratórios⁴¹ (MATHEUS).

As experiências mais concretas se realizaram na região Sul do país. No estado de São Paulo houvera poucas experiências, porém, em grandes assentamentos:

Então a gente fez o primeiro laboratório em Promissão, e depois os outros foram em Itapeva. Quatro laboratórios em Itapeva e a ideia era coletivizar trezentas e sessenta famílias. Então a gente fez lá os quatro laboratórios coletivizando essas 360 famílias, na grande maioria delas não foram 100%, mas a grande maioria delas em cooperativas coletivas. E aí então a gente já tinha uma estrutura. E aí a gente retomaria todo o processo de coletivização da produção lá em Itapeva. (...) Era muito pouco lugar que se tinha condições de pensar trezentas famílias trabalhando coletivo. Esses fatores também influenciaram muito. (MATHEUS).

É assim que o MST vai dando um passo fundamental na história da cooperação e na organização do trabalho. Significava coletivizar a propriedade da terra, coletivizar o trabalho e o resultado do trabalho. Mas como afirma Lenin se referindo ao processo de cooperação e coletivização na Revolução Russa:

Parece-me que não damos atenção suficiente à cooperação. (...). Sob nosso regime atual, as empresas cooperativas diferenciam-se das empresas capitalistas privadas por serem empresas coletivas, mas não se diferenciam das empresas socialistas, sempre que estejam construídas em uma terra e empreguem meios de produção pertencentes ao Estado, isto é, a classe operaria. Esta circunstancia não é suficientemente considerada por nós quando discutimos a cooperação. Esquece-se que o cooperativismo adquire em nosso país, devido a peculiaridade do nosso regime político, uma importância verdadeiramente excepcional. (...) Colocam-se diante de nós duas tarefas principais, que representam toda uma época. Uma é a tarefa de refazer nosso aparelho, que agora não serve para absolutamente nada e que recebemos integralmente da época anterior; (...) a segunda de nossas tarefas é nosso trabalho cultural entre os camponeses. E este trabalho cultural entre os camponeses visa precisamente como objetivo econômico a cooperação. (...) que ela é impossível sem uma revolução (LENIN, 1923 p. 267).

Essa não era a realidade do MST no Brasil, aliás, não havia um processo revolucionário que caminhasse para o socialismo. Mas, independente disso, havia também a preocupação de se fazer um trabalho cultural, de formação política para que os camponeses entendessem o que significava a cooperação do trabalho, bem como a tentativa de socializar a terra e os fatores de produção, simplesmente com a conquista da terra. A luta contra o

⁴¹ Laboratório era aquela ideia que você fazia um curso intensivo de 30 dias, botava todo mundo num curso: homem, mulher, velhos, crianças, todo mundo que ia participar do *negócio** [*sentido figurado], botava num curso, em 30 dias, no mínimo, alguns foram mais. Você saía de lá com uma empresa social, ou, uma empresa socialista criada com divisão de tarefas, com responsabilidades, com estrutura jurídica, com estrutura organizativa montadinha, e fizemos um monte. Foi feito nem vou lembrar exatamente o numero, mas pelo menos mais de 30. (MATHEUS, entrevista realizada em 20 de junho de 2015, na Escola de Educação Popular Rosa Luxemburgo, assentamento Agrocentro - Iaras, estado de SP).

latifúndio e a expropriação desse não resultava fim da luta. Isso mostrou que havia outro problema: sem mexer numa poderosa estrutura de dominação: o Estado burguês não haveria construção de uma experiência como essas.

Como bem afirma Lenin, a cooperação nessa perspectiva é impossível sem uma revolução socialista.

Delwek relata ainda que as cooperativas avançaram na região Sul do país, mas durante curto período e posteriormente também acabou entrando em crise. Esse período o qual ele relata foi dos anos 90 a 95. Desse período para o ano 2000 começou o aprofundamento da crise: “E aí veio uma crise brava mesmo né, e não teve como segurar e realmente muitas das CPAs foram ao fim. E mantiveram algumas das quais nós temos uma ainda em SP, que é a COPAVA lá em Itapeva” (MATHEUS).

A COPAVA é a única CPA do MST em todo o estado de SP e é a que mantém a experiência coletiva ainda hoje. Aqui está a singularidade do nosso objeto: única CPA no estado de São Paulo que sobreviveu em meio a crise das demais, nos anos 90, numa época de acirramento do projeto neoliberal. O trabalho auto-gestionário foi a pedra fundamental desse processo.

Para Marcia Ramos⁴²,

Considero que a Copava com todas as suas contradições, limites em vários sentidos, ainda é um espaço importante pra gente analisar o processo do enfrentamento da luta de classes, no sentido da resistência que ainda é, principalmente de se ter um coletivo no contexto do capitalismo, onde as pessoas são praticamente todas individualistas. As pessoas são trabalhadas para serem individualistas, pra não acreditar no coletivo, pra perder essa dimensão da coletividade. A Copava, apesar dos limites, ainda mantém firme essa perspectiva da coletividade. Esse é um ponto fundamental e ainda é uma perspectiva do Movimento que a gente não pode perder de vista nessa dimensão. (Entrevista realizada via internet, com recurso de áudio, no dia 18 de janeiro de 2016).

O individualismo burguês, valor supremo da sociedade do capital, está presente na materialidade dos assentamentos. Assim como a propriedade privada burguesa, o individualismo também é um dos pilares dos valores liberais: o individualismo legitima a

⁴² Educadora, membro fundadora da cooperativa COPAVA, filha de assentados na agrovila III, dirigente estadual do MST/SP. Fez parte da brigada internacionalista do MST na Bolívia nos anos de 2011 a 2013. Atualmente faz mestrado em Educação Unicamp.

noção individual da posse, do que “é meu”, seja nos aspectos materiais, mas também subjetivos. O individualismo é condição fundamental para a manutenção do *status quo*.

2.3 – A Organização do Trabalho Coletivo na CPA COPAVA:

Alguns elementos de compreensão da região:

A região sudoeste, conhecida também pelo MST como regional de Itapeva, está composta por 15 municípios⁴³ e é considerada no estado de São Paulo como “*ramal da fome*” por apresentar baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) em relação à outras regiões do estado e do país.

Caracterizando-se por um vigoroso desenvolvimento da produção agropecuária, com destaque para o cultivo da soja, milho, trigo e silvicultura em grandes extensões de terras. Conclui-se que esta geração de riquezas não se converte em desenvolvimento econômico e humano para o conjunto da população, visto que a região é conhecida como ramal da fome, por apresentar os menores índices de desenvolvimento humano, do estado e do país. (MATHEUS. SILVA. 2014 p. 06)

Em geral, os municípios do sudoeste paulista ainda hoje estão fora da estratégia de investimentos e desenvolvimento mesmo na lógica capitalista. Apresentam enorme pobreza, mesmo sendo a região grande produtora de grãos. O agronegócio⁴⁴, entretanto é extremamente moderno e avançado na região e convive e se alimenta da geração de riquezas por parte dos trabalhadores, os quais não usufruem dessa mesma riqueza criada por eles.

Do ponto de vista econômico, é uma das maiores produtoras de feijão, milho, soja, aveia, trigo, tomate. É cortado pela rodovia Francisco Alves Negrão que faz rota para o

⁴³ Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Itaberá, Itapeva, Itaporanga, Nova Campina, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarituba e Taquarivaí.

⁴⁴ A região sudoeste paulista apesar de ser grande produtora de grãos, tem aumentado significativamente a produção de floresta exótica (eucalipto e pnus) principalmente nas áreas que pertencem à União. O governo do estado de São Paulo tem como meta preencher as áreas públicas do estado situadas naquela região com grandes áreas que estão sendo chamadas de ‘parque florestal’. No entanto, pretende fazer o reflorestamento com eucalipto e pnus, os quais são extremamente danosos ao meio ambiente e à biodiversidade. O mesmo está sendo feito nas áreas públicas na região do Vale do Paraíba, nas áreas de faixa litorânea. A floresta atlântica foi totalmente extinta, restando pequenas margens de floresta na região vizinha que é a região do Vale do Ribeira, e agora se substitui por eucaliptos. Essas áreas são demandadas nos focos de luta pela terra para realização de assentamentos, mas há uma negativa como resposta do poder público governamental uma vez que há grande interesse de empresas madeireiras, como a Suzano Papel e Celulose S.A, para o domínio e controle dessas terras num consórcio com o governo estadual.

MERCOSUL (Mercado Consumidor do Sul), onde o escoamento de produção para países como Argentina, Paraguai, Uruguai, passa por essa rodovia.

Figura 1: Mapa do estado de São Paulo: Itapeva se situa na região sudoeste paulista ao lado das regiões Sorocaba e Registro.



Mapa físico do estado de São Paulo. Fonte: <https://www.google.com.br> – acessado em 17 de dezembro de 2015.

Para Matheus e Silva:

A silvicultura tem se destacado dentre os principais cultivos em larga escala na região, com a introdução cada vez mais crescente de empresas que atuam no ramo da produção da madeira e do papel e celulose. Há uma constatação da ampliação das áreas de grãos, especialmente soja, rebanho bovino e silvicultura em detrimento da cobertura vegetal original: Cerrado, Cerradão, áreas de transição Mata Atlântica/Cerrado (MATHEUS. SILVA. 2014 p. 06).

O contorno do assentamento é de enorme extensão de trigo, soja, pinus e eucalipto. A realidade dos assentamentos na região tem sido essa: ilhados por produção de *commodities* agrícolas, formada por extensas monoculturas, pulverização aérea por cima dos mesmos, disputa de terras, contaminação de solos e rios e também pelas sementes transgênicas, etc.

O modelo de produção utilizado na região sudoeste paulista é essencialmente o modelo produtivo que teve origem com a Revolução Verde, baseada no intenso uso de

agrotóxicos e também na produção transgênica⁴⁵, buscando com isso acelerar a produtividade. Vale ressaltar também que essa produção é parte do desenvolvimento da agricultura capitalista no estado de São Paulo, chamada de agronegócio, que produz de forma ultramoderna: fazendo uso da engenharia genética, maquinários ultramodernos, pulverização aérea com aviões agrícolas, nanotecnologia na agricultura, etc. Entretanto, a população da região convive com as mazelas das desigualdades sociais de forma alarmante conhecida como “ramal da fome”, como já dissemos anteriormente.

A luta pela terra na região sudoeste, a qual deu origem ao Assentamento Pirituba iniciou-se em 1984, coincidindo com o surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) quando um grupo de famílias vindas, na sua maioria do norte do Paraná (a região sudoeste faz fronteira com a região norte do Paraná), com a colaboração de um setor progressista da igreja católica, ligada a *Teologia da Libertação* através da Comissão Pastoral da Terra - CPT e sindicatos rurais, fez no dia 13 de maio a primeira ocupação de terras com 180 famílias, a qual originou-se as agrovilas I e II onde parte da fazenda destinou-se ao assentamento. A fazenda Pirituba significa um complexo de terras públicas de 17 mil e quinhentos hectares na época pertencente a União, mas que estava sendo grilada⁴⁶ por grupos de holandeses entre outros.

Nos municípios de Itapeva e Itaberá, encontra-se a Fazenda Pirituba, uma área de 17.500 hectares adquirida pelo estado pelo pagamento de uma dívida hipotecária da Companhia Agrícola e Industrial Angatuba e destinada num primeiro momento para a introdução da cultura do trigo no estado, com a falência da proposta a área foi ocupada irregularmente por grandes produtores e criadores de gado, sendo palco de

⁴⁵ Os pássaros, abelhas, besouros, naturalmente fazem o processo de polinização das plantas, levando gens de uma para as outras, pois, a transgenia existe naturalmente. Não se trata de valorização moral contra os transgênicos até porque a natureza o faz há milhares de anos. No entanto, com a transgenia de escala comercial feita em laboratório onde é inserido até mesmo material humano nas plantas, em busca de acelerar a produtividade e aumentar os lucros, há enorme consequência para a vida humana e para o meio ambiente. Assim essas aves e insetos também fazem o processo de levar adiante material genético das plantas transgênicas de laboratório, espalhando-as para outras lavouras aos arredores e causando problemas e desordenamento no equilíbrio natural das plantas e da cadeia alimentar perdendo-se o controle natural até então feito pela natureza. Com isso, aumenta-se a área transgênica irrestritamente e devido também às quantidades enormes de agrotóxicos inseridos nessas lavouras, esses seres vivos que faziam equilíbrio natural, desaparecem, desaparecendo junto espécies nativas e causando enormes problemas de saúde na população como é o caso do câncer.

⁴⁶ O termo “terra grilada” é muito comum no Brasil devido a uma prática manipuladora dos latifundiários que forjavam através do roubo grandes extensões de terras sem comprovação documental, sendo que muitas vezes essa prática era motivada pela expulsão de pequenos agricultores, indígenas, quilombolas, etc., do entorno e o domínio sobre suas terras, ou mesmo o avanço sobre áreas pertencentes à União. Para comprovar a “veracidade” legal da posse falsificavam documentos em cartórios e, colocavam-se grilos nas gavetas, pois esses insetos liberam certa substância que amarelava e criava manchas nesses documentos os quais pareciam ser antigos, e com isso, tentava, provar que a posse era fruto de “herança”.

disputa desde os anos 1980 quando famílias de pequenos parceiros, arrendatários e mini fundistas da região e do Norte do Paraná, ocupam a área, três anos consecutivos (1982, 1983 e 1984), até a legalização dos dois primeiros assentamentos, denominados como Fazenda Pirituba II, áreas I e II, em 1984. Nos anos posteriores efetuou-se a instalação de outros 4 novos assentamentos (1986, 1990, 1992 e 1996) respectivamente e 2 assentamentos emergenciais (2012/2013). (MATHEUS. SILVA. 2014, p. 06)

A Fazenda Pirituba tinha sido anteriormente adquirida pelo governador Adhemar de Barros no ano de 1950, através de uma execução de uma dívida da Companhia Agrícola e Industrial de Angatuba, a qual perdeu as terras para o Banespa (Banco do Estado de São Paulo) (ITESP, 2010).

Ocupações, despejos, marchas, conflitos, organização das famílias marcaram a década de 80, e assim novos grupos foram conquistando novas áreas de assentamento na mesma fazenda. Posteriormente surgiram outros grupos que deram origem as agrovilas III, IV, V, VI e ao que seria a agrovila VII (o acampamento Laudenor de Souza), organizado em 1997, com 300 famílias.

Em 2005 um novo acampamento deu origem ao atual assentamento Luiz Davi Macedo⁴⁷ que se localiza no município de Apiaí⁴⁸. Em 2008 ocorreu o acampamento 08 de março que pleiteia⁴⁹ uma área da USP (Universidade de São Paulo) no município de Riversul a qual é cedida para um dos latifundiários de grande poderio econômico na região: a família dos Bergamini. Todos esses assentamentos formam a base social do MST na região de Itapeva.

Ainda segundo Fernanda Matheus e Fabiana Silva:

No município de Riversul, encontra-se a Fazenda Can Can de propriedade de Universidade de São Paulo (USP), ocupada por trabalhadores Sem Terra no ano de 2008 e até o momento em disputa judicial, sofrendo grandes influências políticas do grupo econômico Bergamini. Outra área também de propriedade da USP, a Fazenda Lajeado no município de Itaporanga

⁴⁷ Homenagem póstuma ao professor militante, atuante no sindicato da APEOESP que sempre apoiou a luta pela terra na região.

⁴⁸ Região do Vale do Ribeira no estado de São Paulo. Esse assentamento devido ao fato de estar dentro de área de floresta atlântica, preferiu-se por parte das famílias, o modelo PDS (Plano de Desenvolvimento Sustentável) de organização do assentamento que prevê a agroecologia como matriz produtiva.

⁴⁹ Até hoje essas famílias estão em luta contra o uso indevido dessas terras públicas pleiteando o assentamento. O poder judiciário de Itaporanga marcou várias audiências para resolução do caso, mas a USP não comparece. Assim, o latifundiário que possui uma rede de supermercados, exporta carne bovina, possui Radio comercial, canal de TV na região, entre outros negócios continua a explorar ilegalmente a área.

encontra-se ocupada irregularmente por latifundiários da região estando sob litígio. Duas outras áreas públicas, localizadas nos municípios de Buri e Itararé pertencem à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, sob administração do Instituto Florestal, estando completamente recobertas por pinus e com contratos de arrendamentos com empresas particulares para exploração da resina (MATHEUS. SILVA. p. 06)⁵⁰.

Somente na fazenda Pirituba atualmente estão assentadas 365 famílias, composta por seis assentamentos, localizados a 360 km da capital São Paulo e abrange os municípios de Itapeva e Itaberá, numa área total de 17.500 hectares. E um novo acampamento (Acampamento Nova Esperança) surgiu em 2014 disputando áreas da fazenda Pirituba que são áreas públicas e ainda se encontram irregulares.

Aqui na agrovila III, quando viemos, a maior parte são famílias da região aqui mesmo desses principais municípios como é o caso de Itararé, Itapeva, Itaberá. A maioria das famílias são daqui desses municípios da região e são camponeses, pessoas que já trabalhavam no campo. Então, são famílias que tinha como cultura a troca de trabalho, (trabalhava os mutirões, troca de serviço, tipo assim, troca de dias de serviço, era muito comum nas nossas comunidades essa questão da cooperação), embora a gente nem conhecia esse termo (José Ramos, em entrevista realizada no dia 24 de junho de 2015, na CPA COPAVA, assentamento Agrovila III).

O grupo de famílias que deu origem a agrovila III conquistou por um período o assentamento emergencial e organizou uma associação para o trabalho da terra, devido a necessidade de produzi-la com urgência e ao mesmo tempo continuar na luta pela conquista de novas áreas.

Conforme relatam as famílias, houve um processo de inserção das mesmas em pelo menos três modelos de organicidade no assentamento: o projeto individual em que a família assentada tem a preferencia de trabalhar individualmente na parcela arcando individualmente com os custos da produção, fazendo uso individual do credito recebido, pagamento individual de dívidas, organização individual da comercialização, etc..

Outra modalidade foi a associação que era uma associação que previa a aquisição de maquinas para uso de pequenos grupos. Assim o grupo trabalhava na sua parcela individualmente, mas usava os maquinários coletivamente. Já o terceiro grupo decidiu pela organização de uma CPA e socializar a terra e os fatores de produção.

⁵⁰ Texto “*Os Desafios da Reforma Agrária Popular e a Questão das Terras Públicas na Região Sudoeste de São Paulo*”. Artigo apresentado no Seminário *Jornada de Estudos Agrários: Territórios e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo*, organizado pelo MST em parceria com o CPEA – Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais da UNESP de Marília. As autoras Fernanda Matheus e Fabiana Silva são dirigentes do MST, assentadas na Agrovila I.

Ao completar dez (10) anos de luta pela terra com o assentamento emergencial em 1995, foi desmembrado o grupo da associação em três grupos. Assim criaram três agrovilas (três locais de moradia) e nessa divisão teve um grupo que preferiu trabalhar individualizado. O segundo grupo preferiu continuar com a associação de produtores e o terceiro grupo formou a CPA e ainda hoje fazem parte da COPAVA. Para o trabalhador José Ramos⁵¹:

Esse foi um processo muito importante na época 89, 90, até 92 quando o Movimento trabalhou essa questão dos laboratórios de campo pra capacitação, incentivo e foi um aprendizado pra nós, sobre como que trabalhava a organização de uma cooperativa de produção. Esse grupo então ele optou por esse trabalho dessa forma cooperativa e os principais pontos que diferenciava da associação era a inclusão das mulheres no processo produtivo e dos jovens. Esse terceiro grupo fez essa mudança incluindo o jovem e a mulher, né (Zezinho, Entrevista realizada com o informante na sede da COPAVA, em 24 de junho de 2015).

E em relação à terra o grupo optou por a terra ser uma terra coletiva, sem divisão dos lotes. Mas a opção por propriedades coletivas não se deu pela questão ideológica e sim por necessidade:

Isso na época no nosso ponto de vista facilitaria muito mais a terra ser continua para o preparo de solo, o uso de maquinas, ia trazer essas vantagens pra nós. Se fazia um preparo de solo dentro da área de todos os associados ou colheita era sempre visando o rendimento da maquina, quanto menos divisão do lote fizesse era melhor no nosso caso, e, o pessoal concordou. Foi importante passar esse período aí de acertar, adequar a participação da mulher e do jovem no processo produtivo. Antes na associação era uma pessoa só por família, e na maioria dos casos era o homem que participava. A mulher, os jovens, os filhos não faziam parte (ZEZINHO, Idem).

Então foi decidido que a terra seria de bem comum de todas as pessoas que fizessem parte da cooperativa com exceção de uma pequena parte do lote de moradia que é um lote individualizado de cada um. É uma parcela pequena pra moradia e usufruto da família.

Passado duas décadas de existência da Copava, é possível situar alguns elementos que foram fundamentais na organização do trabalho:

Então a terra passou a ser um bem de todos os integrantes. O capital cada um colocaria o seu crédito, o credito específico pra reforma agrária, que tinha um teto por família. Com isso facilitou com que a cooperativa se estruturasse minimamente (ZEZINHO, Ibidem).

A organização do trabalho coletivo, da propriedade coletiva, maquinários coletivos, partiu da iniciativa da cooperativa.

⁵¹ José Ramos, (Zezinho), é assentado na agrovila III, no assentamento Pirituba. Atuou no processo de fundação da Copava e é militante/dirigente do MST em âmbito regional e estadual e na Cooperativa atua como dirigente na parte administrativa e atualmente no setor da usina de produção de destilados de cana.

Joãozinho⁵², um dos jovens que atua no mercado de abastecimento de itens básicos, apesar de não ter vivido o período anterior ao assentamento, na época do acampamento, ainda assim, tem noção do elo histórico entre a geração de seus pais e a sua: “a gente vê uma grande melhoria sim, desde aquela época vivendo de boia fria a gente tendo agora um pedaço de chão pra gente poder trabalhar. O nosso trabalho aqui é digno, sem exploração”. (SANTOS, Ibidem).

Percebe-se que há o acesso a tecnologia no assentamento que poupa tempo de trabalho dos trabalhadores. Embora o aumento do uso de maquinários também se deve ao fato de que há muito trabalho e poucos trabalhadores. Para evitar contratar trabalho assalariado, uma vez que isso geraria muitos conflitos internos e externos.

A cooperativa tem que ir buscando meios de superar essa questão do trabalho manual. Por exemplo, nos gastamos 05 cinco minutos pra fazer o canteiro de 100 metros. Como é que você faz um canteiro de 100 metros em cinco minutos? É com um trator que entra aqui com encanteirador e vai até o final. Tá feito o canteiro e agora é só semear a semente! (...). O tempo que leva para você fazer um canteiro é um serviço meio que morto né? Porque o trator faz em cinco minutos. É menos horas trabalhada ali pra fazer o canteiro. Depois a irrigação mesma coisa: o tempo das meninas ali ó, a Silvia que tá lá (a Silvia, o Seu Noel, o Tonho, os meninos lá) eles gastam um tempo também com o regador né. Enquanto o irrigador ou gotejamento é só ligar a bomba e pronto! Então você vai ter um aumento da produtividade com menos horas de trabalho (Zezinho, Ibidem).

Dessa maneira o uso de máquinas diminui o tempo de trabalho e poupa o dispêndio de energia, diminui os esforços e evita a inserção das relações de trabalho assalariado numa experiência produtiva que não existe pagamento na forma de salário.

Em relação à organização do trabalho:

Quando nós começamos a organização dos postos nós deixamos bem aberto à participação das pessoas no trabalho. Conforme aptidão de cada um. Eu lembro que era assentamento emergencial ainda, depois mudamos para o assentamento definitivo. O processo de trabalho que cada um ia fazer, ficou bem livre para que as pessoas pudessem decidir. Na época era produção de grãos: feijão, arroz e milho. Tinha o leite também e basicamente era isso. Depois começamos com mel, suínos, mas era assim para as pessoas: “com o que você prefere trabalhar?”. Isso foi o início, depois o segundo passo foi definir quantas pessoas precisava para cada setor. Se tínhamos dez pessoas querendo trabalhar com o trator, com máquinas, mas só tinha serviço para três, e aí?. Então depois foi meio que selecionando as pessoas, conforme a discussão no próprio grupo, no setor ali mesmo a partir da auto-organização das pessoas (ZEZINHO, Ibidem).

⁵² João Maria dos Santos, 31 anos. Jovem assentado, filho de ex-boia-fria que aderiram a luta pela terra. Joãozinho, como é chamado educou-se na Ciranda Infantil da Copava e hoje faz parte do quadro de trabalhadores da cooperativa e atua no setor administrativo, entre outros, quando necessário.

Com o passar do tempo foi ampliando a área de produção e atualmente a CPA conta com cinquenta pessoas trabalhando. O trabalho é demandado e organizado pelos setores produtivos: exemplo: agricultura e máquinas (grãos diversos, maquinários e oficina mecânica), animais (suínos e gado leiteiro), hortifrúti (hortaliças, ervas medicinais e pomares frutíferos), mel, usina (açúcar e alambique), serviços (mercado, padaria, bar, escritório, cozinha coletiva e futuro restaurante).

Sobre a participação da mulher na Cooperativa:

O processo de organização de cooperativas no Movimento, na década de 90, também pauta essa necessidade da mulher avançar no campo do trabalho, e isso tá muito ligado aos processos revolucionários que houveram no mundo. Então, a mulher, no seu processo de liberdade, mesmo que entre aspás, ela vai se constituir também como uma organizadora, dirigente, mas também como uma força de trabalho no campo. Isso ocorreu nas cooperativas do Movimento⁵³.

A participação da mulher do ponto de vista político e econômico de uma cooperativa de produção é constituída por muitas rupturas: ruptura com um pensamento presente no senso comum sobre a incapacidade de direção da mulher, ainda mais nos aspectos da produção agrícola; ruptura com a forma de organização do trabalho doméstico em casa, pois uma vez atuando como dirigente, é revelada ou desvelada uma situação que antes era oculta: aparecem as demandas do trabalho doméstico em casa, junto com uma pergunta muito pertinente: “E agora José”? Quem vai executá-los? Isso obriga nova forma de organização interna para que o trabalho doméstico seja superado como uma tarefa sexista de obrigatoriedade exclusiva da mulher. Surgem rupturas sobre as formas de pensar e agir da mulher e da coletividade presente, que colocam o pensamento machista conservador em xeque. E assim surgem entre tantas outras rupturas. Mas, essas rupturas, muitas vezes se tornam rupturas, mas em muitas situações não se consumam como rupturas, mas como conflitos permanentes, ou então, naturaliza-se o machismo e convive-se de maneira velada.

No caso das mulheres que participam da COPAVA, como afirma Ramos, não há uma diferenciação da remuneração entre homens e mulheres e isso demonstra avanço da coletividade:

⁵³ Educadora, membro fundadora da cooperativa COPAVA, filha de assentados na agrovila III, dirigente estadual do MST/SP. Fez parte da brigada internacionalista do MST na Bolívia nos anos de 2011 a 2013. Atualmente faz mestrado em Educação Unicamp. (Entrevista realiza por áudio via internet, em 18 de janeiro de 2016).

O resultado do trabalho é igual para todos. Isso no início foi muito difícil para os homens, mas hoje é uma coisa muito tranquila. A divisão da produção é igual para todos. Não é para o homem ou para a mulher, ou para o jovem. O valor da hora é o mesmo valor para todos, mas todas as pessoas tem que ter o total de horas trabalhadas. O único equivalente é o trabalho realmente realizado nas horas de trabalho, que é o que a Copava ainda permanece (RAMOS, Idem).

As mulheres não tem remuneração inferior aos homens e isso funcionou desde o começo da cooperativa. Em relação ao exercício de direção elas foram aos poucos conquistando seu espaço e modificando as relações internas, estabelecendo novos valores e novos paradigmas. Atualmente, esses esforços são comuns, mas ainda permanecem como desafios, pois a sociedade capitalista é na sua essência é patriarcal. O patriarcado como relação social hegemônica está presente no âmbito de todos os processos, mesmos os revolucionários, e o resultado dessa contradição, na maioria das vezes nos processos revolucionários, predomina o machismo.

No que se refere ao coletivo de comando, mesmo que se tenha um presidente, o poder é compartilhado pelas equipes de trabalho e através do funcionamento de um planejamento coletivo:

Tem vários avanços na cooperativa no sentido a organização que tá sendo feita hoje para que os setores de trabalho tenham mais autonomia, no sentido financeiro também, no qual está se propondo a ter uma administração mais coletiva. Não é mais uma equipe pequena. Todos os setores são hoje responsáveis pela administração, de fazer o planejamento (plano de metas), de cumprir esse plano, mas também de fazer avaliação, de fazer o balanço do custo e prestar conta para a coletividade. É mais um ponto importante que tem se aprendido (RAMOS, Idem).

Ainda sobre o planejamento, a execução, a divisão de tarefas:

Na agricultura envolve um número bom, umas doze pessoas. E é muita coisa para cuidar do planejamento da agricultura, é muita coisa para cuidar do setor e garantir as safras, colheitas. (...). Os postos de trabalho são livres para aqueles que queiram fazer rodízios. É opcional para aqueles que não querem mais continuar no mesmo setor ou que cansaram (ZEZINHO, Ibidem).

O planejamento do trabalho, distribuição dos postos, anotações das horas e contabilidade das horas trabalhadas são feitas em conjunto nos setores de trabalho.

No caso pra os setores aqui de trabalho: que é o mercado, a padaria, o bar, a cozinha e a administração. A administração é quem faz o planejamento mensal a partir do planejamento dos setores, vez em quando chama uma reunião do conselho. Esse conselho se reúne no mínimo uma vez por mês. Tem vez que é a cada quinze dias. A assembleia geral ordinária que é uma vez por ano. Mas tem vez que tem a extraordinária também (ZEZINHO, Ibidem).

Para Zezinho, o mecanismo da distribuição de renda é feita pelo controle das fichas de horas trabalhadas nos setores. Cada setor tem uma coordenação e o coordenador ou coordenadora é quem controla as horas trabalhadas das pessoas do seu setor. O rendimento é pago no final de cada colheita. Calcula-se o total produzido em dinheiro, após a venda da lavoura e em seguida subtrai-se desse montante o pagamento de horas trabalhadas. O que define o valor da hora é o valor da venda do produto.

No caso de um companheiro ou companheira que precisa faltar ao trabalho, suas horas poderão ser preenchidas por outro trabalhador mediante planejamento entre os mesmos, para que a ausência não prejudique a coletividade. Assim se garante produção de valores de uso, como principal objetivo:

Por exemplo, nos fazemos pão terça e sábado, (pão francês). Nós fazemos quatro pães por sócio. São quatro na terça feira e quatro no sábado. Então, são oito pães por semana por sócio. Esse é distribuído por associado. Não é cobrado nada dele. A horta é aberta pro sócio na medida que quiser e o consumo da horta é livre. A carne também é dividida por sócio. Por exemplo, lá em casa, somos em seis pessoas. Nós comemos bastante verdura e então não é contabilizada e eu pego o quanto eu preciso. Já a carne é por sócio. A carne não é à vontade: cem quilos (100 kg) é igual dois quilos por sócio. Então em casa vai seis quilos, por exemplo. Também não é contabilizado (ZEZINHO, Ibidem).

E a distribuição então é feita no total das sobras, ou seja, distribui para o total de horas. A partir daí, cada setor, cada pessoa sabe qual que é sua fatia.

E quando se vende tudo o que plantou um total X (xis) lá de... por exemplo, R\$ 200.000 (duzentos mil reais), que deu toda a lavoura que foi plantado, e os sócios tem aquela quantidade de horas que são somadas, todas as horas, de cada sócio. Se der lá 5.000,00 (cinco mil) horas, por exemplo, os duzentos mil reais é dividido pelo valor que sai daí. E assim a gente sabe o valor que sai a hora. Depende do rendimento da produção e do valor que se vende o produto (SANTOS, Ibidem).

Além disso, é feito um adiantamento mensal, uma vez que a agricultura não gera renda todo mês. Ou seja, como a lavoura tem um prazo trimestral ou quase quatro meses para a colheita e venda, então, a cooperativa adianta um vale-compra mensal para as famílias comprarem itens básicos necessários. Não chega a ser um salário. Mas um adiantamento do valor das horas trabalhadas descontadas posteriormente no pagamento geral.

Nós fazemos um adiantamento mensal para cada sócio. Esta sendo hoje quatrocentos reais de vale de compras no mercado (mercado da cooperativa), daí tem mais o pão, leite, feijão, arroz, milho, trigo, verduras, legumes, frutas. O leite é um litro por sócio por dia. No último balanço da cooperativa deu em média novecentos reais por sócio por mês, no balanço de 2014. E o mecanismo ainda é a hora trabalhada. Os horários são estabelecidos pelos setores (SANTOS, Ibidem).

Isso descrito acima nem é distribuído por sobre e nem é contabilizado (ou seja) não é descontado do pagamento das horas trabalhadas. É o fruto do trabalho comum distribuído para os cooperados sem pagamento em dinheiro. Além do vale-compra as pessoas distribuem entre si, o que fora produzido coletivamente: leite, pão, feijão, arroz, carne (gado, porco, aves), milho, ovos, legumes e verduras, frutas, mel, açúcar... aí está a produção que se reverte em valor de uso dentro da comunidade.

Quando eu falei dos R\$ 900,00 por mês é fora essa parte do que é produzido pelos trabalhadores e que eles consomem a partir de repartição interna dos frutos do trabalho. O feijão é distribuído por sócio, para o consumo, o milho é distribuído por sócio, sem estar contabilizado, ou seja, não descontado do vale. Os demais [itens] é financeiro. Tem o mercado. Então o mercado é garantido um vale compra. A cooperativa organiza a compra no atacado e ali é feita a distribuição, conforme o vale compra (ZEZINHO, *Ibidem*).

Existe a solidariedade entre os membros dos setores como é o caso explicado por Joãozinho: “Na verdade tem o principal que é o titular do posto de trabalho, de cada função, mas todo mundo faz a função do outro quando precisa, quando uma pessoa folga”. (SANTOS, *Ibidem*). Todas as pessoas têm seus dias de folga na semana ou mês.

Sobre as funções de cada membro, há as atribuições de cada um, mas existe também a autonomia do setor que coordena o posto de trabalho, onde nas reuniões dos núcleos e setores, discute-se sobre qualquer problema que esteja ocorrendo, bem como a viabilização de propostas. Para Altevir de Moraes, o *Tuca*⁵⁴:

O meu trabalho é com a suinocultura e agora tem poucos suínos. Além de preparar ração, misturar ração, tratar cedo, fazer as limpeza que precisa né, depois a gente já vai pra outras atividades com o grupo que trabalha na horta. A horta coletiva onde a gente trabalha todos juntos. Onde tem várias tarefas divididas. Trabalhar nos grupos fazendo um trabalho que a gente gosta é muito bom! (Altevir de Moraes - *Tuca* – 51 anos – entrevistado na CPA Copava –Agrovila 3 no dia 24 de junho de 2015).

Nesse caso, importante ressaltar também que não há diferenças de valor da hora de trabalho entre quem executa trabalho manual ou intelectual. O valor é igual para as funções, tanto para quem trabalha no escritório, como para quem faz serviço braçal. E ainda há a oportunidade de rodízios de funções caso o trabalhador queira mudar de tarefa, quando essa se torna rotineira e cansativa. Mas não é simples avançar numa atividade de superação do estranhamento “quando a consciência anda para trás”.

⁵⁴ Altevir de Moraes, conhecido como *Tuca*, 51 anos, é assentado na Agrovila III, membro da cooperativa, trabalha no setor de animais e horta, entre outros, conforme necessidade.

E aí, a, COPAVA ela é uma partícula do MST, né. Ela é parte do MST. Ela é fruto de trabalho de formação do Movimento. Se pegar na década de 90, (de 87 a 94), esse assunto foi ao auge da cooperação no setor de produção nacional. A criação das centrais estaduais, das regionais e das CPAs, das cooperativas de produção. Então ela [copava] é o que tem de mais profundo no MST em termos de cooperação. É a COPAVA aqui na região e no estado. Temos o vínculo direto aqui [com o MST]. E eu já falei da necessidade de trabalhar a formação interna aqui. Sempre tem as pessoas que sabem porque tá aqui e sabe porque que é importante manter a proposta, a política interna, sabe do porque do não aos transgênicos. E essa questão da certificação dos orgânicos não é a toa. A certificação do orgânico - estamos acertando em trabalhar a certificação porque com a certificação você mexe com outros temas, né? Então de novo nós estamos acertando no método e nas ações aqui, né. Mas precisa a formação ideológica (ZEZINHO, Ibidem).

Refletindo sobre a experiência, é claro que na concepção de assentamento do Movimento, o assentamento não sobrevive se não for organizado coletivamente, desde as parcelas de terra para que sejam de usufruto coletivo, até a produção para que seja produzida em forma cooperativada e apropriada do resultado de forma coletiva, que as moradias sejam organizadas de forma coletiva para possibilitar as relações sociais e humanas, a vida em coletivo, etc. Há um princípio de coletividade que norteia todas as ações do MST.

Outra dimensão extremamente importante é sobre a questão da mulher na direção da cooperativa. Para Marcia Ramos,

Nesse momento, que considero importante, para a nova gestão, foi eleita a companheira Sirlei para presidente da COPAVA. Hoje a gente tem uma configuração de uma representação maior de mulheres na direção também. Isso é importante e mostra um processo de conquista, porque não é muito simples colocar uma mulher, principalmente quando se trata de camponeses pra ser presidente de um processo. É uma consideração importante para pensarmos um processo de mudanças mais amplo. (RAMOS. Entrevista realizada via internet com recurso de áudio, dia 18 de janeiro de 2016).

Pela primeira vez na presidência da COPAVA foi eleita uma mulher. Isso não é pouca coisa! De fato, uma mulher na direção, como presidente de uma CPA, como a COPAVA é extremamente simbólico. Não somente pelo fato de ser uma região onde a cultura de matriz camponesa está mais enraizada e na sociedade como um todo, e, portanto, predomina com maior grau a cultura machista, mas também porque a atual presidente conquistou seu espaço juntamente com outras mulheres que fazem parte da cooperativa. É um processo não de conquista individual, mas de conquista também coletiva.

No entanto, o simples fato de ser mulher e estar na presidência não significa necessariamente um ato revolucionário portador de mudanças. Basta ver exemplos na história de mulheres que comandam na política ou na economia e não significam mudanças em prol da classe trabalhadora, exemplo: Hillary Clinton, Angela Merkel, Dilma, Margaret Thatcher.

Aquilo que era a referencia principal do homem [a produção, a organização política, a direção da CPA], então a mulher vai se constituir também como um membro que vai ajudar a pensar e executar sua referencia a partir desses fatores nas cooperativas, no qual antes, não era dessa forma. Antes a gente tinha o assentamento, o homem como dono da terra, e a mulher era uma mão de obra, que tanto quanto, e não diferente de quem vive no campo, 'ajudava' na produção agrícola e fazia os serviços domésticos da casa. Isso não quer dizer também, que com a cooperativa mudou totalmente as relações sociais estabelecidas dentro de casa (RAMOS. Idem).

Acrescenta ainda em seu depoimento que apesar de muitos avanços, permanecem certos limites:

A mulher continua ainda, se a gente for ver do ponto de vista da Copava, (claro que tem um grande avanço), mas as mulheres além de trabalhar no processo produtivo, de estar na direção da cooperativa, ainda elas tem uma jornada dupla de trabalho. Isso não foi superado. Temos esse limite, vale reconhecer, mas a gente também não tem uma sociedade que permita mudar muito essas estruturas que estão estabelecidas. Então esse é um caminho e é um desafio que tá colocado pra Copava nessa superação aí, embora, importante reconhecer também que os homens já contribuam, já mudaram muito nesse aspecto de pensar o trabalho doméstico e o trabalho manual no sentido da agricultura, mas também das outras frentes de trabalho que tem, e, sobretudo, de participar mais do trabalho domestico em casa. Não é uma contribuição com a mulher, mas já se entende que é a participação a família (RAMOS, Idem).

Mauro Iasi (2007) reflete com muita precisão que a transformação das consciências não está além da luta política e da materialidade onde esta se insere.

Se a consciência é resultado do meio material onde ela se insere, e, portanto, a vida material desses trabalhadores, o individualismo burguês, a competição no mercado de trabalho pela sobrevivência, faz com que o ser humano se brutalize a ponto de estranhamento com outros seres humanos, ainda que da mesma classe social. Esse estranhamento impede a coletivização dos meios e do modo de vida entre os trabalhadores.

Isso sem duvida é fruto também do como se processou a criação violenta dos proletários, através da implementação da disciplina sanguinária que os educou para enfrentar a exploração do trabalho no caso do trabalho estranhado. Se não fosse através da repressão ou de uma consciência alienada, isso jamais teria sido possível. É com essa materialidade e objetividade ao mesmo tempo em que o MST tem que lidar, e que tem lidado durante toda a sua trajetória política.

A relação com o trabalho na CPA de fato é algo que se diferencia de como é concebido o trabalho na sociedade capitalista. Ao contrario da exploração do trabalho, o

mesmo é estimulado em outras dimensões. “Mudou tudo aqui! Com a nova organização do trabalho, assim, tudo melhora né. O rendimento do trabalho, o cooperativismo baseado numa boa amizade e respeito né. Tudo melhorou mesmo! (TUCA, Idem)”.

Mas, a formação política/ideológica ainda continua sendo um gargalo da comunidade:

Creio que a cooperativa, ela precisa, ela esta hoje numa das deficiências nossas é a formação eu diria, tendo em vista que o público já mudou. Nos estamos com um público novo. A avaliação que nos temos feito é que na cooperativa é que dos sócios fundadores são poucos os que estão aqui, né. A maioria são jovens que foram entrando, foram se associando e moram aqui e isso é muito importante porque eles permanecem no assentamento, porem a formação, né, desses associados, às vezes deixa a desejar. Porque teve uma capacitação, teve uma formação dos fundadores, mas os anos passaram, tem vinte e um anos, né, uma maioria então precisaria trabalhar a formação. (...). Essa formação é necessária fazer esse resgate aí, enquanto cooperativa criar um setor novo, trabalhar um setor de formação, fazer uma parceria com outras organizações para trabalhar essa formação (ZEZINHO, Ibidem).

Atualmente há uma geração nova que vem surgindo e dirigindo a cooperativa. Essa geração participou da Ciranda Infantil⁵⁵ no assentamento. A comunidade entendia que naquele período de construção precisava possibilitar a participação das mulheres (para que ela pudesse trabalhar segura na cooperativa e participar dos espaços políticos das mesmas). Para isso, era necessário e foi criado um centro de educação infantil, que no período era chamado “Ciranda”. (*Ciranda* porque tem a ver com as origens da criação dessa experiência no estado do Ceará, um dos primeiros estados a organizar uma ciranda infantil no MST. Na região Nordeste a *ciranda de roda* é muito comum). Ciranda Infantil é o espaço educativo onde as crianças pequenas são educadas com atividades lúdico-pedagógicas as quais possibilitam a participação das mulheres mães e dos pais.

No caso da COPAVA havia a participação dos sócios da Cooperativa, enquanto uma equipe de dois ou três educavam as crianças e desenvolviam atividades pedagógicas com as mesmas.

⁵⁵ “Ciranda Infantil é um espaço educativo da Infância Sem Terra, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e mantidos por cooperativas, centros de formação e pelo próprio MST, em seus assentamentos e acampamentos de forma permanente ou de forma itinerante no caso de atividades curtas. O nome foi escolhido pelo fato de ciranda remeter à ciranda de roda e estar presente nas danças, brincadeiras e cantigas de roda vivenciadas pelas crianças no coletivo infantil. (...) As primeiras experiências das Cirandas Infantis Permanentes do MST, entre 1989 e 1995, contaram com a organização do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, e todos os integrantes dos assentamentos foram convidados a participar do processo. No início do trabalho, formaram-se laboratórios de produção. Para permitir a participação das mulheres, foram criados setores como o refeitório coletivo e a creche”. (CALDART. PEREIRA. ALENTEJANO. FRIGOTTO. (orgs.). 2012 p. 125).

Outra conquista que vale trazer presente é a presença das crianças. Nesse processo da cooperativa, a criança também tem o seu lugar. A Copava desde o seu início teve alguém liberado pra ciranda infantil e hoje podemos afirmar que foi através do trabalho coletivo da cooperativa que as mulheres se mobilizaram, ocuparam a Secretaria de Educação, ocuparam a prefeitura reivindicando a educação infantil no assentamento, a qual foi conquistada dois anos atrás. O centro de educação infantil foi fruto de uma luta que permanece até hoje e que atende as crianças desde os seis meses aos cinco anos de idade (RAMOS, Idem).

Para Ramos, essa é uma conquista das crianças, especialmente, e que partiu de um esforço da luta coletiva proporcionado pela cooperativa, partindo do entendimento: 1º - que a mulher tem que trabalhar; 2º- a criança ou vai pra roça, no trabalho com a mãe, ou, vai ficar com alguém.

Nesta perspectiva de ficar com alguém, houve esse avanço de entender que é preciso um espaço educativo pra elas, de abrangência comum, para que não fiquem ‘soltas’, ou com um irmão, ou com a avó, ou com o vizinho. Então a criança fica num espaço onde todas as mães e pais sabem que está bem cuidada e tem um coletivo bom de educadores, são da prefeitura, mas são super comprometidos. Isso é um avanço também! (Ibidem).

A organização da educação infantil no assentamento também aproveita o acúmulo que possui o setor de educação e ao mesmo tempo o irriga com nova vitalidade. Vale a pena ressaltar que o setor de Educação do MST, já foi premiado várias vezes, (inclusive com alguns prêmios internacionais, devido ao propósito inovador de sua pedagogia e referências filosóficas/pedagógicas, voltados para a transformação social. Nos anos 90 educadores do Movimento foram conhecer as experiências de educação em Cuba e lá os chamados “*Círculos Infantis*” tinham muito a ver com a experiência das *Cirandas*.

Imagem 5: Ciranda Infantil do MST

Imagem 6: Ciranda Infantil do MST



Momento de atividades lúdico/pedagógicas. Fonte: Arquivo MST visitado na página do MST www.mst.org.br – dia 07 de julho de 2015

Para o setor de educação do MST, setor que organiza as cirandas infantis, há alguns referenciais pedagógicos/filosóficos que orientam os princípios da educação no Movimento:

Nessa ciranda a gente trabalhou a formação das crianças, no aspecto da cooperação, do trabalho coletivo, a importância das crianças e a questão ambiental, a recuperação de nascentes, o passeio com as crianças nas trilhas, na cooperativa. Teve um trabalho importante e sempre a cooperativa era um foco, o trabalho coletivo era focado nesse trabalho com as crianças, despertando neles esse interesse. Foi importante pra cooperativa esse trabalho, porque hoje se pegarmos o quadro social da cooperativa a maioria são jovens que quando se criou o assentamento eles... (uns não tinham nem nascido ainda e outros nasceram ou chegaram recém-nascidos) e hoje são os que estão dirigindo a cooperativa, coordenando setor e sempre tem o interesse da juventude e dos adolescentes em fazer parte do quadro social (ZEZINHO, Ibidem).

Os valores aprendidos na ciranda infantil e reproduzidos no âmbito da vida social na comunidade reforçam na juventude a importância e o valor ao trabalho autogestionário:

Então, a cooperativa ela tem a divisão por setores e a inclusão dos jovens sempre foi uma questão que nas reuniões sempre se está trazendo, do jovem sempre participar do trabalho, nos setores. E uma das coisas que a gente valoriza é essa integração, não só dos jovens, mas das mulheres também. Desde o início foi assim né (SANTOS, Ibidem).

Na opinião de Santos, um dos fatores fundamentais de inserção do jovem no trabalho foi o investimento na tecnologia como forma de diminuir o trabalho manual e o dispêndio de energia, uma vez que um dos atrativos para a juventude em iniciar sua inserção na CPA diz respeito a curiosidade em aprender manusear um equipamento ou dirigir uma máquina e a não disposição para o trabalho agrícola extremamente penoso. Apesar de ter se resolvido a inserção do jovem no trabalho coletivo, há outro limite que também é presente na COPAVA, que é um problema para os jovens do MST em geral, particularmente em relação aos aspectos da cultura e lazer.

Um dos eventos tradicionais que ocorre na região e que reúne a juventude são as cavalgadas. Em si mesma, elas são características na região e tem a ver com os tropeiros que transportavam mercadorias do sul do Brasil para São Paulo, na rota de Sorocaba. É uma tradição em vários municípios realizar a cavalgada anualmente.

Os Sem Terra na região mantiveram esse costume e dão à ela um novo contorno político como se vê na imagem abaixo. Também realizam-na no período de comemoração de aniversário da Radio Camponesa, que é uma rádio comunitária que resiste firmemente há quase duas décadas cumprindo com importante papel de comunicar e se posicionando contrária a indústria cultural na região, oferecendo conteúdo com maior qualidade cultural nas áreas de assentamentos.

Imagem 6: Cavalgada em comemoração ao aniversário da Radio Camponesa



Foto: Joka Madruga. Disponível em <http://www.jokamadruga.com/page/2/> - visitado em 08 de julho de 2015

Imagem 7: Cavalgada no Assentamento Pirituba



Foto: Joka Madruga. Disponível em <http://www.jokamadruga.com/page/2/> - visitado em 08 de julho de 2015

Ainda assim:

No assentamento sempre foi precário [a questão cultural]. Nós tivemos, (se fosse fazer um balanço), nós já tivemos melhor. Nos finais de semana além do campo de futebol não tem outra coisa. Já teve períodos de grande participação da comunidade.

E hoje é somente o futebol ali, uma mesinha de bilhar, o barzinho onde o pessoal se encontra e não tem muita coisa para além disso... (ZEZINHO, Ibidem).

De fato, a questão cultural tem sido um dos grandes desafios que imperam nas comunidades de assentamentos. Predomina o consumo em massa das produções da indústria cultural. Há produção de artefatos de cultura de resistência, mas esta tem se reduzido no âmbito da militância e ainda não é generalizado para a totalidade da base social.

2.4 – A matriz formativa da consciência a partir do referencial da luta e da organização política:

Diante dos elementos colocados pela experiência da COPAVA, observa-se que apesar de significativos avanços, a tentativa de trabalho autogestionário, tem inúmeros limites, próprios do tempo histórico que a coletividade vivencia, seja da realidade geral e particular, da relação social capitalista, da crise da esquerda, que enfraquecida não é capaz de direcionar os rumos da luta de classes, do avanço da ideologia pós-moderna, entre outros fatores.

Viu-se a partir da experiência em questão que, se por um lado, num dado momento da luta por terra, há uma oposição dos trabalhadores sem-terra contra o latifúndio, o Estado burguês, e o próprio capital, questionando todas as contradições da produção capitalista e o sentido da propriedade privada e da mercantilização do trabalho. Esse momento é característico da fase de acampamento, onde a coletividade se percebe como força política real. Através da luta e da formação avançam na consciência política. Atacam a coluna vertebral da composição fundiária que é o latifúndio. Há, a partir dos fatores do enfrentamento e da conscientização, a metamorfose de consciência alienada para germens de consciência em si. Mas, a consciência humana não é algo naturalmente dado e que caminha em escala evolutiva.

Vejamos no pensamento marxiano, quando Marx travava trincheiras contra Feuerbach sobre o materialismo, discussões estas que foram publicadas em uma de suas importantes obras, *A Ideologia Alemã*:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver

para poder “fazer história”⁵⁶. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, de bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX.ENGELS, 2009, p. 32 e 33).

Se os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história e para viver precisa antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais, e, o primeiro ato histórico é a produção de meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material; então poderíamos afirmar que o próprio fato de lutar pela conquista da terra é também um ato histórico, uma vez que esses seres humanos, despossuídos de tudo, buscam a produção de meios para satisfazer as necessidades mais imediatas, que é o da comida, bebida, moradia. Como exigir destes homens e mulheres, que estejam em condições de produzir alimento espiritual de elevado nível, se mesmo as necessidades básicas vitais, estas mesmas que tornam o homem grosseiro e primitivo, na falta de condições mais elevadas, ainda não foram atingidas?

Para além da produção da vida material, o homem possui também *espírito* que se materializa em consciência. “Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. (MARX. ENGELS. 2009, p. 34):

A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural)⁵⁷ – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade (Idem, p. 35).

Viu-se no primeiro capítulo no período primitivo, que a consciência imediata dos homens era a consciência da natureza, os quais se relacionavam de modo puramente animal. Por outro lado, a vida em comunidade, o desenvolvimento da linguagem levou-os a

⁵⁶ *Hegel*. Condições geológicas, hidrográficas, etc. os corpos humanos. Necessidade, trabalho. (A. M.). [Nota do autor].

⁵⁷ Precisamente porque a natureza ainda se encontra pouco modificada historicamente. (A. M.). [Nota dos autores].

consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos e a noção de vida em sociedade.

Por outro lado, mesmo esse avanço da consciência produzida por laços comunitários não impediu o estranhamento do trabalhador na relação com o seu próprio trabalho, quando este passou a ser mercantilizado.

Para os autores (2009: 36), a divisão do trabalho e a propriedade, estão diretamente ligadas à manifestação da consciência, pois, com a divisão do trabalho na qual se baseia na divisão natural do trabalho na família (sociedades antigas) e na separação da sociedade em classes. Estão dadas a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma na família, onde a mulher e os filhos já são escravos do homem.

Entretanto, no caso dos sem-terra, após a conquista da terra que se deu contra a propriedade privada simbolizada no latifúndio e posteriormente transformada numa comunidade de resistência; na maioria das vezes o Estado, obviamente, organiza a posse da terra para que não seja coletiva e para que o trabalho não cumpra com uma função de *objetivação* da consciência superando a consciência reivindicativa (*em si*) em consciência *para si*.

O usufruto do trabalho e da terra deveria servir primeiramente para satisfazer bens comuns para a comunidade, mas existe uma tendência naturalizada e espontânea, sobre as formas de uso da terra, organizando-a em pequenas parcelas individuais, (transformando-as em diversas parcelas de pequenas propriedades privadas) onde o trabalhador emprega a seu trabalho individualmente ou em núcleo familiar na tentativa de produzir mercadorias agrícolas para o mercado. Reproduz-se assim novamente a *origem* da família, da propriedade privada e do Estado, e também o núcleo familiar onde a mulher de fato continua a ser a escrava do homem.

Além disso, com a divisão do trabalho, dá-se ao mesmo tempo a contradição entre o interesse dos indivíduos ou das famílias singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente; e, sem dúvida esse interesse coletivo não existe meramente na representação, como “interesse geral”, mas, antes, na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido. Num primeiro

momento, com os instrumentos de produção naturais, os indivíduos são subsumidos pela natureza (a terra, a água, a caça, etc.). No segundo caso, com o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão entre classes, os indivíduos são subsumidos pelo produto do trabalho. (MARX, Idem).

O reflexo dessa materialidade nos assentamentos tem a ver com a alienação da consciência, devido ao fato de que:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem a sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. (MARX, ENGELS. 2009, p. 47)

As ideias da classe dominante são as ideias dominantes e sua força espiritual dominante em cada época histórica a é também dominante, porque na concepção de Marx e Engels, a ideologia se situa na esfera da superestrutura, a qual é determinada pelos fatores materiais e estruturais da realidade imediata. Assim, em decorrência da maneira como se organiza a estrutura material da sociedade, a ideologia, no campo da superestrutura é a representação mental que os indivíduos têm como percepção, e que são veiculadas pelo modo como a classe burguesa direciona essa representação mental, geralmente invertida e alienada.

A consciência da necessidade de uma revolução radical não ocorre naturalmente e nem de imediato, pois existem diversos e profundos fatores inter-relacionados que contribuem no retardamento da formação da consciência:

E como se forma a consciência socialista? Esta é uma questão que precisamos aprofundar. Mas há pelo menos dois aspectos básicos a compreender: (1º) não se chega a ser socialista, a lutar pela revolução, sem buscar libertar-se da ideologia dominante que afirma a lógica de funcionamento do capitalismo como eterna e única alternativa de organizar a vida em sociedade; (2º) “a libertação é um ato histórico, não um ato mental” (Marx); a transformação radical da consciência não é estritamente um “trabalho da consciência sobre a consciência”, mas um exercício processual de negação prática das estruturas materiais geradoras da ideologia do capital (Mészáros). O trabalho de formação da consciência socialista requer que as pessoas experimentem se movimentar dentro de novas relações sociais, e sintam que isso é melhor para suas vidas (CALDART. Idem).

E sintam que isso é o melhor para suas vidas. Aí está o desafio em que os trabalhadores, as organizações políticas precisam construir o novo pautadas naquilo que as pessoas sintam que é o melhor para suas vidas, baseado em intenso e constante trabalho de

base, bem como, experimento do novo dentro do velho. Não adianta e não convencem as *frases de efeito* ou o modelo de formação de *catequese escolástica* para convencer os trabalhadores de que o socialismo está na ordem do dia e que o mesmo será o melhor para suas vidas.

Há nas organizações de esquerda certo vício de fazer esse tipo de formação baseado nas cartilhas em forma de *catequese* que muitas vezes poderá correr-se o risco de reduzir a realidade à um engessamento ou de reduzir o conteúdo de um livro numa cartilha resumida (“porque o povão não gosta de ler”). Por outro lado, o Movimento formou sua militância nas três décadas de existência, cunhado na dura prática da realidade e da luta social e calcada na teoria marxista, embora fundido num grande ecletismo (desde o marxismo da Teologia da Libertação, Paulo Freire, entre outros).

Por outro lado, há frutos desse trabalho germinando numa práxis política revolucionária, a qual não aparece nos jornais, televisão, meios de comunicação, mas fermenta internamente... Apesar da retórica incoerente de certas lideranças, há de fato, um fecundo processo de formação política, que resultou numa grande quantidade de militantes e quadros com real capacidade de transformação social.

Entretanto, há o contraste de existir um abismo no âmbito da formação entre militantes e base social. Ainda assim, internamente, há tentativas concretas de experimento de novas relações sociais no interior do Movimento as quais são referências para debates e acúmulos novos, como por exemplo, as questões da estratégia de organicidade, das lutas e ocupações, da organização dos acampamentos e dos assentamentos, numa nova concepção de organização onde a educação, cultura, agroecologia, formação política, lutas, cooperação (vinculada a nova matriz produtiva e tecnológica), produzem novas relações humanas. Ambas já fazem parte de um novo modo de vida, nas áreas de resistência⁵⁸. Estas discussões perpassam a questão do trabalho nas áreas conquistadas pelos trabalhadores Sem Terra, seja ele trabalho assalariado ou nos processos de tentativas de ruptura com a forma capitalista de

⁵⁸ Chama-se áreas de resistência as áreas conquistadas na luta pela terra e que há um trabalho de contra hegemonia, em relação ao Estado burguês e aos valores burgueses/capitalistas. Tenta-se criar nova sociabilidade nessas áreas, os quais denominam-se também territórios livres. Estes se somam na estratégia de acumulo de forças a partir de nova organização das famílias, do uso da propriedade, da agroecologia, cooperação, cultura de resistência, entre outros.

organização do trabalho. No entanto, isso ainda não é suficiente, pois como afirma Marx (2009), a libertação é um ato histórico e não um ato mental.

Enquanto a capacidade de libertação real seja apenas um ato mental, abstrato, subjetivo, não concretizado no âmbito da práxis revolucionária, não se faz avançar a luta socialista. Pelo contrário, volta-se à estaca zero no âmbito da não superação da dialética hegeliana, onde a abstração mental, idealista da realidade era considerada a essência do real. A práxis revolucionária como uma bandeira proletária é a única razão impulsionadora do novo.

No entanto, o cerne dessa questão, ou seja, uma nova concepção e materialização de trabalho, embora tenha ganhado muito espaço no debate da produção e cooperação nos anos 80 e 90, atualmente tem ficado à margem das discussões estratégicas no MST. Reproduz-se espontaneamente o trabalho alienado (não o estranhado) a partir da organização da propriedade privada da terra. Isso ocorre é claro, devido as condições reais derivadas do modo como o Estado burguês defende (através dos mecanismos jurídicos do Estado de Direito) a propriedade privada e impede a reforma agrária e também como o mesmo influencia a consciência alienada nos diversos estágios de consciência da base social Sem Terra. O trabalho não é mais o assalariado e não existe mais a figura do patrão. No entanto, o trabalho não se traduz numa realidade libertaria. Continua a ser um fardo pesado na busca da sobrevivência.

No âmbito do debate, o trabalho como categoria central e como nova materialidade de germens associado tem avançado muito mais nas experiências de educação no MST (escolas e cursos) do que na experiência prática do trabalho agrícola nos assentamentos. Ele tem aparecido com mais força nos debates sobre *o trabalho necessário*⁵⁹, o qual faz parte das metodologias de organização dos cursos de formação política e cursos formais⁶⁰, baseados na

⁵⁹ Chama-se *tempo de trabalho necessário* para a garantia das condições materiais de manutenção de um determinado curso, desde o preparo dos alimentos, a limpeza dos espaços, a infraestrutura para a organicidade e funcionamento do mesmo, levando em consideração a auto-gestão dos educandos, pois não há contratação de funcionários e grande parte do trabalho é realizado pelos educandos e/ou educadores no horário do “tempo trabalho”, geralmente se organiza duas (02 horas) trabalhadas por cada educando/dia. Os mesmos são organizados em núcleos ou equipes e após distribuição das demandas, realizam o tempo trabalho necessário. No horário que geralmente é organizado das 14:00 as 16:00 ou conforme necessidade do curso, todas as turmas executam o tempo trabalho em coletivo. Experiência vivenciada in loco pela pesquisadora.

⁶⁰O MST organiza duas modalidades de cursos: um de formação política ideológica na formação de militantes, dirigentes e quadros que são realizados na ENFF e nas centenas de centros de formação. O outro, de

pedagogia socialista da revolução russa, como por exemplo, as experiências das Escolas Comunas de Anton Makarenko e também as escolas do trabalho, de M. Pistrak.

Nas experiências, há também nas escolas de ensino fundamental e médio dos assentamentos onde o chamado “*trabalho produtivo*”⁶¹ está inserido como elemento pedagógico autogestionário e de auto-sustento da escola. Ainda relacionado a experiência do trabalho como elemento pedagógico, houvera também a experiência dos “sábados comunistas” realizados no período de 2006 a 20012 na Escola Nacional Florestan Fernandes⁶², em homenagem a experiência da Revolução Russa, os *sábados comunistas*⁶³.

escolarização, chamado *cursos formais*, visa o acesso e a entrada coletiva da juventude na universidade. Avançou-se e muito na escolarização dos sem terras uma vez que a média de escolaridade era a oitava série e atualmente há um grande número de jovens fazendo curso de graduação ou pós em diversas áreas do conhecimento. É formal porque trata de uma parceria formal com as universidades públicas, financiado pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). A metodologia prevê um tempo na Universidade e o outro período nas comunidades. Após aprovação do curso, geralmente inicia um processo de diálogo com a universidade que nem sempre é pacífico, sempre há muitos conflitos, porque existe a necessidade de mudança na matriz curricular e na metodologia de funcionamento do curso, uma vez que os cursos são voltados para formação para o mercado de trabalho e possuem uma concepção positivista. Na perspectiva do Movimento o importante é a formação humana com o conhecimento útil para a luta e para a vida. Na metodologia se leva em conta o calendário agrícola e as atividades que os militantes fazem e por esse motivo organiza-se o curso em Tempo Escola e Tempo Comunidade. O T.E é o tempo de cumprimento dos componentes curriculares na universidade e os educandos nesse período moram na universidade e convivem com os acadêmicos. Tem a duração da carga horária de 1 (um) semestre. O T.C dura de 2 a 3 meses e é o período em que os educandos fazem atividades práticas de pesquisa e trabalho nas comunidades, trabalhos extracurriculares colocando em prática um dos princípios pedagógicos da Pedagogia do MST que é a junção de teoria e prática – práxis educativa - na organização do processo de aprendizagem. Todos os cursos são organizados dessa maneira. As parcerias envolvem somente as universidades públicas e os cursos vão desde pedagogia (UFSCar, Unijui, Unemat, UFES, UFSC, UFPR, UFPB, UFRN, UFPA, UFC, UECE), Especialização (pós-graduação) Residência Agrária (USP), Agronomia (UFSCar), Direito (UFPR) e UFG, História (UFPB), Geografia (Unesp), Ciências Sociais (UFMS), Residência Agrária também na UnB e Especialização em Estudos Latino-americanos (UFJF). Jornalismo (UFC), Veterinária na UF de Pelotas, Literatura (UnB), Medicina (ELAM/Cuba), entre outras.

⁶¹ O trabalho produtivo aqui não se refere ao conceito marxiano de trabalho produtivo e sim ao termo como é chamado uma especificidade de trabalho nas escolas do MST. Na experiência dos cursos e escolas do MST se denomina aquele trabalho presente nos espaços de produção: hortas, plantios de grãos, frutas, pequenos animais e aves que se destinam para o trabalho produtivo nas escolas e centros de formação do MST e tem como intuito a intencionalidade pedagógica com o trabalho agrícola, principalmente o trabalho voluntário e os valores socialistas e também o sustento dos educandos a partir dos frutos do trabalho.

⁶² Escola de Formação Política do MST, que homenageia o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. A ENFF foi construída através do trabalho voluntário das Brigadas de Trabalho Voluntário, que envolveu centenas de trabalhadores acampados e assentados do MST (homens, mulheres e crianças), de todo o país, que se revezavam por estado, de dois em dois meses entre as brigadas. No próprio local da construção fabricaram os tijolos manualmente, cuja técnica (solo e cimento) permitiu fazer uma construção ecológica e baseada em trabalho com gergens de trabalho associado. Durante o período em construção se alfabetizava adultos e crianças, escolarizava jovens e fazia-se formação política ideológica desde o momento que a construção estava ainda na planta. Situada em Guararema (a 70 km de São Paulo), a ENFF, inaugurada com um grande evento internacional de formação política, especialmente voltado para o tema da formação de quadros, em 23 de janeiro de 2005. Foi construída entre os anos de 2000 e 2005, graças ao trabalho voluntário de mais de mil trabalhadores sem terra e

Vale ressaltar o interessante debate que surge atualmente no MST, de superação do tático debate da *Educação do Campo* para o avanço da elaboração de uma *Pedagogia Socialista* e que muito tem a ver com o trabalho numa dimensão de radicalidade contra o estranhamento:

O projeto educativo socialista se constitui no confronto entre capital e trabalho na esfera da formação humana, em particular na forma de pensar e fazer a educação dos trabalhadores, que são o tempo todo disputados pela pedagogia do capital. Chamamos de Pedagogia Socialista ao conjunto de esforços teóricos e práticos de fazer a educação dos trabalhadores na direção de transformar radicalmente a sociedade capitalista e construir uma nova ordem social, socialista.

A missão histórica central da Pedagogia Socialista, que se realiza a partir das exigências de cada momento histórico e de cada realidade específica, é a formação de uma “*consciência de massa socialista*” (Marx). Em síntese, quer dizer “a consciência da necessidade de uma revolução fundamental” (Marx), aquela que visa “a transformação radical das condições de vida da humanidade” (Lenin), muda a existência industrial e política de cada indivíduo social e, conseqüentemente, muda “toda sua maneira de ser” (Marx). Esta consciência é uma exigência indispensável para que a maioria do povo se envolva na tarefa coletiva de sua auto-emancipação (CALDART, Idem).

O projeto de educação socialista ou Pedagogia Socialista do MST são pilares estratégicos para orientar exercícios reais de construção de uma Pedagogia Socialista para além de um projeto educativo, ainda que limitados pelas condições objetivas atuais, mas resulta muito mais num projeto societário do que um projeto somente no âmbito da educação escolar:

(1º) a vivência do *trabalho como valor de uso* (e não mercadoria), constituído como uma “atividade produtiva socialmente necessária” (Marx), e organizado coletivamente entre trabalhadores livremente associados; (2º) a prática do coletivo,

simpatizantes. Seu objetivo é o de atender às necessidades da formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo socialista. Os recursos para a sua construção foram obtidos com a campanha a partir da venda de fotos de Sebastião Salgado e do livro Terra (fotos de Sebastião Salgado, texto de José Saramago e música de Chico Buarque) e mediante a contribuição de entidades da classe trabalhadora do Brasil, da América Latina e de várias partes do mundo.

⁶³ Os sábados comunistas constituem experiência pós- revolução Russa, onde os sábados eram destinados ao trabalho voluntário nos diversos postos de trabalho e por diversos operários. Esta ação visava educar as massas a partir do trabalho voluntário, no sentido de cumprir dois objetivos: avanço do nível de consciência revolucionária no proletariado e também aumentar a produtividade do trabalho tendo em vista a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, cujo capitalismo se desenvolveu tardiamente naquele país, e, portanto ainda era bastante atrasado. Assim, “Os “sábados comunistas” tem uma enorme importância histórica precisamente porque nos mostram a iniciativa consciente e voluntária dos operários no desenvolvimento da produtividade do trabalho, na passagem a uma disciplina de trabalho e criação de condições socialistas na economia e na vida”. (LENIN, 1979, p. 79).

No caso da experiência na Escola Nacional, os “sábados comunistas” visavam a educação política dos militantes através do trabalho voluntário e também possibilitar que o trabalho revertesse em produção de bens para manutenção da Escola que sobrevivia de doações e passava por diversas crises financeiras.

ou do valor da *comunidade real*, na vida das pessoas, desde novas formas de organização do trabalho em suas várias dimensões. “Somente dentro da comunidade *cada indivíduo* possui os meios para cultivar seus dons em todas as direções; por isso, a *liberdade pessoal* só se torna possível *dentro da comunidade* (...). Na *comunidade real*, os indivíduos obtêm sua *liberdade* por meio de sua *associação*” (Marx). Este é um aprendizado fundamental em nosso projeto; (3º) a construção de formas de estudo (na escola ou fora dela) que materializem uma concepção de conhecimento que permita compreender a realidade (sociedade e natureza), nas suas determinações, relações, processos, contradições, que tecem e movimentam a vida, em sua essência. E a dialética a ser aprendida é a de “compreender, para transformar e transformar compreendendo (Barata-Moura, in CALDART, Idem).

O projeto educativo socialista do MST pretende que os trabalhadores organizem-se no âmbito produtivo perpassando os aspectos políticos/ideológicos educativos, de materialização da vida objetiva e subjetiva na formação daquilo que pretende se tornar, base para uma revolução social, uma verdadeira *comunidade humana*.

Uma das grandes questões colocadas para o avanço da luta do MST na atualidade tem a ver com o desafio da luta contra o poder do Estado. Existe a clareza de que o Estado burguês existe para servir aos interesses da classe burguesa. Mas na luta política, há grande dificuldade em confrontar o Estado.

Um dos princípios basilares de comportamento contra o Estado por parte do MST, tem a ver com aquilo que Florestan Fernandes sugeria: o militante socialista tem que atuar em duas frentes populares: é preciso atuar dentro da ordem para levar a cabo as tarefas que a burguesia não concretizou em sua revolução burguesa, como a reforma agrária e urbana, por exemplo; mas isso não basta! É preciso atuar na ordem, mas conspirando sempre contra a ordem. E acrescentava: “Não se deixar cooptar, não se deixar esmagar, lutar sempre!”.

Para Fernandes (1984: 81) A revolução dentro da ordem é meramente instrumental e conjuntural para o proletariado, ligando-se a necessidade histórica de proteger e acelerar a constituição de classe como classe em si, capaz de tomar em suas mãos o seu desenvolvimento independente.

2.4 – Contexto de lutas e formas organizativas do MST

Por ser uma organização política que organiza os trabalhadores na luta pela terra e reforma agrária, pautado por uma orientação socialista, cuja organicidade traz em seu cerne o

conteúdo construído pelo legado socialista dos processos revolucionários; precisa se confrontar com uma realidade histórica em que o que se constrói no hoje não é determinado pela força de vontade, mas pela realidade objetiva imediata: construir um novo ser social com bases em relações emancipadoras a partir do trabalho requer desconstruir o estranhamento em que historicamente o trabalhador e o trabalho foi moldado.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem sua gênese no final dos anos 70 e início dos anos 80 com o reacenso das lutas populares ainda durante a ditadura militar, quando as forças populares do país retomavam seus processos de luta interrompidos com a ditadura civil-militar de 1964.

Assim, nasce trazendo como herança a história de muitos processos de luta operária e camponesa da nossa história brasileira. Apreende e recebe influencia dos processos de luta pela terra. É herdeiro também das lutas urbanas. No início dos anos 80 reinicia-se a articulação dos trabalhadores rurais com forte participação de uma pequena parte da igreja católica, ligada a *Teologia da Libertação*⁶⁴, como é o caso da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Esses setores iniciaram a organização dos pobres da terra com o intuito de lutar por justiça social e influenciava na forma de organizar o povo pobre.

Em 1984 realiza-se o primeiro Encontro Nacional do MST, em Cascavel/PR onde o Movimento é formalizado como um movimento social de luta pela terra, de caráter popular, autônomo (desvinculado de partido político, igreja e sindicato) e com três objetivos principais: a luta pela terra (luta contra a concentração e o monopólio da terra no Brasil para que ela fosse democratizada e pertencesse a quem nela trabalha e vive). O 2º objetivo é a realização da reforma agrária, já que apenas a distribuição da terra não é suficiente: a luta pela terra é combinada com luta por escola, meios de produzir na terra, a organização social com base na resistência na área conquistada, etc. Um conjunto de medidas eram (e são) necessárias para a realização da reforma agrária. Havia o entendimento de que o Estado burguês não faria tais mudanças e que elas demandavam mudanças estruturais na sociedade brasileira, a

⁶⁴ Setor progressista da Igreja Católica, vertente de esquerda com uma parcela com viés marxista. Em sua opção pelos pobres numa retomada da proposta original de Cristo, organizavam e conscientizavam os pobres na luta por seus direitos. A Teologia da Libertação cumpriu com papel importante na América Latina nos anos 60, 70, 80.

começar pelo latifúndio da terra e concomitantemente outros tipos de latifúndio sendo que reformas profundas deveriam ser feitas para a conquista da reforma agrária. Aliado aos dois primeiros, o terceiro objetivo é o da transformação da sociedade. Entendia e entende-se que a revolução brasileira, de caráter socialista, ainda necessária, não está superada no Brasil e para tanto os três objetivos definidos na fundação do MST seria uma estratégia de luta no seu conjunto e ambos deveriam ser dialetizados numa luta única.

Portanto, esses objetivos continuam vigentes ainda hoje, mesmo tendo transcorrido 30 anos de luta, dado que nenhum deles foi realizado. E não há realização plena desses três objetivos na sociedade do capital sob o controle da burguesia. Por isso, entende-se que reforma agrária não basta. É necessário um conjunto de mudanças profundas.

A década de 80, portanto, foi marcada pelas ocupações de terra com o lema: “Terra para quem nela trabalha e vive!” ou “Reforma Agrária na lei ou na marra!”.

O MST dá os primeiros passos na organização dos trabalhadores, fazendo ocupação da terra e dos acampamentos de lona preta sua forma mais eficaz de combate ao latifúndio e de pedagogia da luta aos deserdados, aos “*desgarrados da terra*”⁶⁵. Organiza-se criando um modelo de organização interna com base na Teoria Leninista da Organização: nascem assim os núcleos de base, os setores, coordenações, numa organicidade com direção centralizada e com princípios coletivos definidos.

Nos anos 80 o MST inicia sua luta por escola e a partir das experiências com educação auto-gestionária, sem depender do Estado criou uma pedagogia própria, um modelo educacional próprio, desenvolvendo o embrião de uma “Pedagogia do MST”⁶⁶. Definiu claramente seus inimigos no campo da luta de classes, criou um jornal próprio de comunicação com a base que chama “Jornal Sem Terra”, ademais, alfabetizou, educou, formou, criou alternativas de rompimento com a exploração do trabalho para milhares de famílias Sem Terra.

⁶⁵ O termo *desgarrados da terra* se refere aos Sem Terra e faz parte da letra da canção “*Levantados do Chão*” composta por Chico Buarque e Milton Nascimento em 1997 do CD e Livro “*Terra*”. O mesmo juntamente com as fotos de Sebastião Salgado e os textos do escritor português José Saramago compuseram o livro “*Terra*”, que fez parte da campanha destinada ao MST e que contribuiu para a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.

⁶⁶ CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Expressão Popular. São Paulo: 2000.

A década de 90 foi marcada por grandes lutas pela realização dos três objetivos, e também foi o momento da construção e consolidação da organicidade interna do MST a nível nacional. O MST criou uma identidade própria a partir do método da ocupação do latifúndio como principal forma de luta e enfrentamento. A bandeira vermelha com o símbolo do homem e da mulher juntos (ombro a ombro) na luta, empunhando o facão, as musicas, poemas, teatro, construídos a partir da luta, assim como a própria letra do hino⁶⁷, a lona preta, foram formando identidade⁶⁸ e fortalecendo a ideologia do socialismo desde a luta por terra.

A mística foi desvinculando pouco a pouco de uma encarnação divina e tomando materialidade pratica com arte e estética com viés da luta de classes que foi fundamental para a construção da unidade interna e também no apoio da sociedade ao MST que se encantava pela mística. Com uma estética política própria na luta pela terra, onde a subjetividade é trabalhada de maneira a contribuir na formação da consciência de classe a mística superou sua natureza teológica do ente divino e passou a ser ferramenta de trabalho de base com conteúdo revolucionário.

Nesse período de surgimento, o MST foi marcado profundamente e recebeu influencias de dois principais acontecimentos no continente: A Revolução Nicaraguense e a Revolução Cubana⁶⁹.

Uma das preocupações da Revolução Nicaraguense em relação a reforma agrária realizada em 1981 e que influenciou o Movimento na organização das CPAs foi a de que:

Dentro de uma visão de longo prazo, a reforma agrária pode ser vista como parte de um projeto amplo de transformação da sociedade. Assim ela deve levar em conta que a Nicarágua se caracteriza hoje como um estado de transição, que é uma etapa

⁶⁷ Letra do Hino do MST: “Vem, teçamos a nossa liberdade/ braços fortes que rasgam o chão/ sob a sombra de nossa valentia/ desfraldemos a nossa rebeldia e plantemos nesta terra como irmãos! Vem, lutemos punho erguido/ nossa força nos leva a edificar/nossa pátria livre e forte/construída pelo poder popular. Braço erguido, ditemos nossa história/ sufocando com força os opressores/ hasteemos a bandeira colorida/ despertemos esta pátria adormecida/ o amanhã pertence a nós trabalhadores! Nossa força resgatada pela chama/da esperança no triunfo que virá/ forjaremos desta luta com certeza/ pátria livre operária camponesa/ nossa estrela enfim triunfará!”. (Letra de Ademar Bogo em 1989, com melodia de Willy Correa de Oliveira (maestro da Orquestra da Usp). O hino foi gravado com o coral da USP em forma de marcha. Ver: STEDILE. João Pedro. FERNANDES. Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. 1999.

⁶⁸ BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. Expressão Popular. São Paulo: 2008.

⁶⁹ Palestra de Ademar Bogo, um dos fundadores do Movimento Sem Terra, no Encontro Nacional do MST realizado em São Miguel do Iguazu/PR, em fevereiro de 2002.

no longo caminho para o desenvolvimento da nova sociedade. Dentro dessa perspectiva de transformação, uma das preocupações básicas da reforma agrária deve ser: levar o camponês individualista, o camponês “artesão”, com uma visão estreita e primitiva, as formas mais associativas, mais coletivas de produção, a uma forma superior de organização social. (...). A reforma agrária deve evitar incentivar formas atrasadas de produção como o minifúndio ou a pequena propriedade familiar, sendo sempre preferível a cooperativização do camponês. Esses cuidados dizem respeito principalmente a política de distribuição de terras (BORNSTEIN, 1982, p. 58 e 59).

As dificuldades da coletivização e da construção de trabalho associado estão diretamente relacionadas com um processo de revolução social, como é o caso da Nicarágua, Cuba, China, Iugoslávia ou da URSS. Isso porque tais tentativas se deram ou devem se dar, nos marcos de uma reforma agrária radical.

No caso do MST, além da influência das revoluções cubana e nicaraguense entre outras, recebe a influência de um grupo de jovens marxistas, seminaristas⁷⁰ (assim como ocorreu com os zapatistas no México), que colocaram os primeiros tijolinhos na edificação dessa obra coletiva chamada MST.

Em sua trajetória o MST edificou uma organização gigantesca que se tornou uma fortaleza na luta popular, especialmente na luta por terra e reforma agrária: a partir da teoria leninista de organização, como já fora dito, formulou seus pilares de organização com princípios organizativos que levam em conta a direção centralizada e coletiva como pilar central, os núcleos de base, o vínculo com as massas, o planejamento (planejamento a partir de uma análise coletiva, distribuição de tarefas, execução, avaliação do planejamento e replanejamento), crítica e autocrítica, método de direção, estudo permanente da realidade, trabalho de base constante, entre outros⁷¹.

Sofreu a perseguição sistemática não só do latifúndio, mas a violência do Estado Burguês na defesa da propriedade privada através da polícia armada nas diversas situações (despejo, prisões, perseguições), violência do latifúndio física (emboscadas, assassinatos) e simbólica (os pareceres da justiça sempre favoráveis ao proprietário), o poder judiciário

⁷⁰ Várias lideranças do MST que saíram dos seminários e entraram no MST relatam que a intenção não era o sacerdócio e sim, a oportunidade de estudar, uma vez que os adolescentes e jovens da zona rural nas décadas 50, 60 e 70 só conseguiam estudar através dos Seminários para formação de padres da Igreja ou servindo o Exército.

⁷¹ Sobre essa temática ver “Princípios Políticos e Organizativos do MST”. Cartilha número 09. 1995.

cumprindo com seu papel de classe também na defesa jurídica da propriedade privada e quase sempre contra a luta social, o preconceito da sociedade, o descaso dos órgãos públicos na resolução dos conflitos e na consolidação dos assentamentos, o ódio de classe da burguesia contra o MST⁷².

O Movimento esteve no palco das principais batalhas na luta pela terra e reforma agrária até o início dos anos 2000. Foi protagonista, se tornou respeitado especialmente por sua coerência política. Em meados dos anos 90 (1997) iniciou um processo de escolarização da juventude em parceria com as universidades públicas, com o governo cubano e venezuelano. Até o momento, milhares de jovens concluíram o ensino médio e estão cursando um curso de nível superior em diversas áreas do conhecimento. Organiza, entretanto, a *entrada coletiva*⁷³ na universidade. As turmas ocupam literalmente latifúndios simbólicos no campo do conhecimento que está elitizado e centralizado numa redoma do saber que é a universidade e produzem conhecimentos úteis⁷⁴ ao campo de luta popular.

Em 2004, fruto de um rico processo de formação política de sua base, juventude militante e quadros⁷⁵ o MST concebe e constrói⁷⁶ a Escola Nacional Florestan Fernandes. A ENFF leva o nome do sociólogo Florestan Fernandes devido a sua história de vida e sua coerente postura política. Ela é a referência não só para o MST e para organizações de

⁷² Sobre essa temática ver documentos: Relatório sobre os Direitos Humanos e a Violência no Campo. Comissão Pastoral da Terra. 2012 e 2013.

⁷³ Entrada coletiva na universidade tem a ver com o rompimento da entrada individualizada e competitiva rompendo com a lógica do vestibular. Também porque representa a ocupação de latifúndio simbólico, por isso a ocupação também é coletiva dadas as rupturas e o tamanho da resistência que terão que enfrentar dentro da universidade. Assim a apreensão e produção de conhecimento para os Sem Terra do MST é obra coletiva e não deve ser motivo de vaidades acadêmicas, e sim produção de conhecimentos que sejam úteis para a causa.

⁷⁴ Os trabalhos de conclusão de curso são propostos pelo MST como uma espécie de síntese de conhecimentos adquiridos e produzidos durante o curso. As temáticas são ligadas a realidade do educando e a escrita faz parte de exercício de sistematização e produção do concreto pensado. Muitos temas são pesquisados e produzidos conhecimentos novos para a luta. O conhecimento sempre está ligado a uma finalidade coletiva.

⁷⁵ Há níveis de formação dentro da militância do MST: os níveis intermediários, básico: são os militantes que estão em processo inicial de formação. Os dirigentes são aqueles com experiência na luta que tem o perfil de dirigentes, contribuindo nos processos de condução e de coordenação do MST nos âmbitos locais, regionais, estaduais ou nacionais. O quadro atingiu elevado patamar de compreensão política e capacidade de direção. Tem a ver com a concepção Leninista e de Chê Guevara sobre um quadro político organizativo.

⁷⁶ Metodologia de construção brigadas e técnica solo cimento com recursos doados por Sebastião Salgado, junto com o CD Terra – Chico Buarque e José Saramago.

esquerda no Brasil, mas para a América Latina e em alguns países no campo da formação política.

Foi protagonista de marchas como, por exemplo, a de 1997 que reuniu cem mil (100.000) pessoas em Brasília (DF).

Atualmente, nessa década e meia dos anos 2000-2015, o movimento vivencia uma das suas maiores crises enquanto organização política, motivada por diversos fatores: crise ideológica da esquerda em geral e o MST também a vivencia internamente; crise organizativa interna; desmoralização e perda da referência política tendo como principal motivo o apoio ao governo do PT.

O Partido dos Trabalhadores (PT) nasce como um partido de negação da ordem burguesa capitalista. Surge em 1980 como síntese das lutas populares contra a ditadura militar e atua até o início dos anos 90 através do vínculo com a classe trabalhadora urbana e rural. Protagoniza junto com outros segmentos populares muitas lutas, greves operárias, ajuda a fortalecer os sindicatos, os movimentos de luta pela terra, entre outros.

Entretanto, no início dos anos 90, após a derrota nas eleições de 1989 (Collor e Lula disputaram as eleições presidenciais com intenso debate político e o governo do PT apontava um programa de governo progressista com metas de realização da reforma agrária e reforma urbana).

O Partido começa a atuar com o único e exclusivo objetivo de vencer as eleições. Para isso, redefiniu sua estratégia de construção do socialismo. Adaptou o discurso assumindo um discurso moderado de apenas reformar o sistema capitalista e aumentar os níveis de democracia. Compôs alianças amplas com todos os setores, desde movimentos sociais de esquerda, partidos de esquerda e de centro, até o empresariado.

Ao se eleger em 2002 o governo Lula mantinha um leque de alianças chamado “Governo de Coalizão”, onde a composição ia desde representantes do capital financeiro internacional, multinacionais do agronegócio, grandes industriais, banqueiros, grandes comerciantes aos setores médios. Em relação a classe trabalhadora, o governo Lula colocou em prática as medidas compensatórias do programa neoliberal, que eram propostas pelo governo anterior Fernando Henrique Cardoso. Esses programas chamados “Bolsa Família”,

por exemplo, entre outras modalidades de bolsas, é uma pequena quantia em dinheiro que as famílias pobres recebem como alívio imediato a pobreza. É um paliativo que remedia a situação do trabalhador pobre. Em comparação, os banqueiros grandes proprietários rurais nunca lucraram tanto como no governo Lula.

O MST, por exemplo, permaneceu durante o primeiro e segundo mandato do governo Lula e mais o primeiro mandato do governo Dilma, mantendo as esperanças de que a reforma agrária iria avançar e que era uma questão de tempo para o governo mudar de rumo e desfazer a ampla coalizão que havia formado em seu governo, acreditando que se tratava de um governo em disputa.

No programa de governo de 2002, denominado “*Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente – Um Brasil para Todos*”⁷⁷, no item sobre o Programa de Reformas, na página 21, subitem 59 aparece a Reforma Agrária. O programa de reforma agrária diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar, de caráter capitalista desenvolvida por políticas públicas dentro dos marcos do Estado burguês.

No mandato do governo Dilma, foi ainda mais conservadora a postura e a relação do mesmo com o MST, não se colocando a disposição para o diálogo, não cumprindo as metas do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), cortando orçamento financeiro do Ministério Agrário. As principais conquistas das áreas de reforma agrária conquistadas anteriormente foram solapadas, como por exemplo: recursos para desenvolvimento dos assentamentos (casas, créditos, poços artesianos, estradas, energia elétrica), recursos para arrecadação de novas áreas, corte nos programas de comercialização (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar), e com isso enfraquecimento das cooperativas e associações de trabalhadores. Mas o principal problema foi a não realização de um programa de reforma agrária no país, a qual sempre fora um compromisso histórico do governo do Partido dos Trabalhadores, desde sua origem, mas claramente abandonado como estratégia de governo, mesmo antes de vencer as eleições.

Para Iasi,

⁷⁷ Ver site: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf> - visitado em 28 de fevereiro de 2016.

A base social do influxo moderado do PT, e que torna possível a prevalência de um horizonte pequeno burguês no projeto desse partido, está na burocracia partidária e sindical formada nesse processo.

As mudanças verificadas no corpo das resoluções do partido, formas de manifestação de momentos do movimento da consciência de classe, expressam uma transformação significativa de perfil de um estrato que descola da classe trabalhadora, da qual se origina, para formar uma camada burocrática composta de uma série de funções associadas ao processo de institucionalização, e depois burocratização, das organizações criadas pela classe trabalhadora em seu processo de luta nas últimas três décadas. (IASI, 2006, p. 561).

Sobre a especificidade da reforma agrária, por exemplo, a meta de governo do PT de realização da mesma sumiu do discurso do partido, e, muitos dirigentes afirmavam que a reforma agrária já era uma bandeira superada. Assim, o Partido foi levando os movimentos de luta pela terra “*em banho Maria*”, mas assumindo compromissos claros com a classe dominante.

Iasi (2006: 563) acrescenta ainda que:

Novamente a classe trabalhadora viu o produto de sua ação distanciar-se, objetivar-se em algo que se tornara cada vez mais estranho a ela. No entanto, é esta a sina desta classe quando submetida a sociedade do capital. Da mesma forma que os produtos do trabalho convertidos em mercadoria se afastam daqueles que o produziram e voltam como uma força estranha, de modo que os produtos dominam os produtores, na ação histórica do ser social convertido em classe, primeiro em si e depois para si, são produzidas e objetivadas organizações e instituições que em um momento corresponderam ao movimento livre da práxis, expressaram a fusão de classe e deram guarida ao seu juramento, mas que podem igualmente se distanciar e se estranhar novamente, condenando de novo aqueles que as construíram à serialidade estranhada, transformando os sujeitos da história novamente em objetos.

Dessa maneira, observa-se que o MST se tornou um exemplo emblemático desse estranhamento e que fora transformado em mero objeto, uma vez que sempre foi base aliada e ajudou a construir o partido desde os anos 80. O MST apostou todas as suas expectativas em um *programa democrático popular*. Sabia que esse programa não seria como os do Chile de Allende (1973), mas tinha reais expectativas com a possibilidade de uma reforma agrária, mesmo nos moldes clássicos, realizados pelo governo do PT.

No ano 2002 quando Lula assume a presidência, espontaneamente milhares de famílias engrossam as fileiras do MST, contrariamente ao método sempre utilizado do trabalho de base feito pela militância do movimento, dessa vez, ocorreu aumento significativo de trabalhadores que espontaneamente foram para os acampamentos. Acreditava-se que o

Lula cumpriria com sua promessa de campanha que era a realização da reforma agrária. Não houvera assentamentos e no período de dois anos essa massa que fora espontaneamente desiste da luta e retorna para as cidades.

O MST sofreu grave derrota no âmbito de um plano de reforma agrária (a qual não foi realizada pelo governo do PT); e além disso, a falta de conquistas concretas para a base social (acampamentos com mais de 10 anos embaixo da lona preta sem perspectivas de novos assentamentos), ao mesmo tempo, as famílias assentadas tem suas conquistas sucateadas, como é o caso dos recursos/créditos para produção, moradia, entre outros. Por outro lado, se consolida e se torna hegemônica a agricultura moderna capitalista custeada com recursos do Estado brasileiro, com apoio político do governo.

Na primeira década dos anos 2000, apesar de todas as contradições que significou o governo Lula para o MST, inclusive de retrocesso para o avanço da luta pela reforma agrária empreendida até então, pois o governo freou a luta com clara tentativa de amortecimento da luta do MST, bem como, protagonizou as condições de amoldamento e apassivamento dos setores populares. Mesmo diante da inércia e da não realização da reforma agrária, enquanto pactos foram gestados e concretizados em total consonância com os interesses do capital e com as frações burguesas da classe dominante como foi com o capital financeiro e o agronegócio, o MST foi às ruas defender a reforma agrária, mas também defender ao governo. Especialmente quando este esteve sob as ameaças golpistas da direita e sob pressão pelo *impeachment*.

Ainda para Iasi (2006: 558),

Em termos gramscianos, o partido passou de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa. Isso não se deu porque um setor da pequena burguesia se tornou majoritário no PT, ou sua maior liderança se tornou pequeno-burguês, é bem mais complexo que isto. Já enfatizamos o aspecto de que o movimento concreto da classe trabalhadora enfrentou um refluxo em seu processo de lutas contra o capital a partir de meados da década de 1980, refluxo que se aprofundou nos anos 1990.

É bem verdade também que houvera uma mudança no seio da classe trabalhadora e que interfere no emprego dos meios reais de organização e consciência.

No caso do MST, há um diferencial no jeito de organizar esse público: os acampados e assentados atualmente, são na grande maioria trabalhadores urbanos de uma geração que já nasceu na cidade e são trabalhadores urbanos. É um operariado altamente explorado que trabalha nas indústrias ou mesmo na agroindústria, possui uma cultura urbana enraizada, decide entrar na luta por terra, mas mantém uma relação e estranhamento com a mesma. Esse público é urbano e quer fazer uma transição do modo de vida urbano para as condições de trabalhadores rurais que organiza sua vida no campo, nas esferas de um assentamento.

Com isso, mudou o jeito de fazer trabalho de base, o jeito de fazer acampamento. Muda com isso também as características da organização interna do acampamento e muda as características da luta de enfrentamento. É um público que mantém o emprego na cidade, vendendo sua força de trabalho e recebendo salário, é volátil no acampamento, sustenta sua família e permanece pagando aluguel para a mesma na cidade. A maioria das mulheres com os filhos não moram no acampamento e são mantidas comodamente na sua zona de conforto.

As reuniões não acontecem mais com a mesma frequência, e, devido a isso, faz com que o grau de unidade e solidariedade política, bem como o comprometimento, desprendimento e disposição para a luta, sofreu interferência pela falta de convivência coletiva e pela necessidade do trabalho para o sustento das famílias. Há também os que trabalham sazonalmente nas colheitas de cana, laranja, eucalipto, etc. Esses fazem parte do exército industrial de reserva que vivem no acampamento em tempo integral, mas quando conseguem emprego sazonal apenas dormem no acampamento.

A coletividade e os germens de trabalho associado que tinha suas origens no acampamento quando esse era a principal *escola* dos Sem Terra na pedagogia da luta, do trabalho, da esperança, do devir... Atualmente, o trabalho mercantilizado nas fabricas, indústrias, comércios, serviços, ou na agroindústria é onde repousa a força de trabalho dos Sem Terra na fase de acampamento.

Com isso, a fase de assentamento, a depender da forma de organização do mesmo, dos aprendizados e da educação política que se adquiriu no acampamento e do grau de continuidade na participação da luta política a consciência também sofre seus reveses (com movimentos de regressão inclusive) retrocedendo e não completando o ciclo, volta a desenvolver-se de forma contraditória, incoerente, reforçando o senso comum.

O senso comum tem como característica o que Gramsci (1978: 12) descreve como bizarra por agregar elementos mais atrasados aos mais modernos de forma que parece unitária e coerente, reforçando uma filosofia que remonta ao conteúdo do homem da caverna com o que há de mais avançado e moderno sem que isso pareça contraditório. Essa filosofia do “Homem-Massa”, alienada e com viés de classe, necessita de um *inventário*, de retomar suas origens, decompô-la, fazer um inventário crítico, superando a alienação burguesa e produzindo uma filosofia crítica.

Para Gramsci (1978: 12) ⁷⁸ Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente, o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico do conformismo e do homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torna-la unitária e coerente, e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido.

Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente este inventário (GRAMSCI, 1978, p. 12).

Isso não é possível individualmente, e sim, de forma coletiva tendo os aspectos da luta contra a ordem dominante como fundamento.

No caso específico da reforma agrária, os governos Lula e Dilma que tinham como compromisso realizar a reforma agrária, foi pior do que todos os outros governos anteriores, pós-ditadura militar. Mesmo assim, o MST, não rompeu com o apoio ao governo. Continuou

⁷⁸ Nota 1. [Nota do autor].

fazendo lutas, muitas vezes, com críticas contundentes ao mesmo, mas manteve a mesma relação construída e forjada na luta dos anos 80, em que a síntese do programa democrático popular juntaria os operários na cidade através de uma central sindical como a CUT, os trabalhadores do campo na luta por reforma agrária, como é o caso do MST, aliado a um governo de esquerda que realizasse as demandas de um governo progressista de esquerda para a classe trabalhadora que seria o papel do PT.

Esse projeto sofreu mudanças desde 1991⁷⁹, quando o PT, num Congresso interno do partido, reformula sua estratégia política, e passa a não mais defender o socialismo como projeto estratégico, e sim, a democracia como meta fim. Portanto, não fora surpresa os desdobramentos de seu governo, na administração do Estado. No caso da reforma agrária, pelo menos dois acontecimentos foram simbólicos e provocantes contra o MST: quando o governo Lula em elogio aos usineiros considerou-os heróis desse país. Lembrando que os usineiros são os mesmos latifundiários, senhores da terra, que concentram terra, riqueza e poder, desde o Brasil Colônia e geram todas as mazelas decorrentes da concentração fundiária e concentração de renda. A reformulação do Código Florestal, a liberação dos transgênicos foram medidas desse governo, entre tantas outras, que atingiram diretamente contra o projeto de reforma agrária defendido pelo MST. E também foi indigesto ao Movimento quando a presidente Dilma indicou a fazendeira Katia Abreu para o Ministério da Agricultura. Essa senhora, extremamente reacionária, combate todos os movimentos sociais de esquerda. Age na defesa do extermínio dos indígenas, defende o uso dos agrotóxicos na comida da população. Defende o desmatamento das florestas brasileiras. É entreguista das riquezas ao capital estrangeiro. No final das contas o PT não fora coerente com seus postulados, nem mesmo a de melhorar as conquistas democráticas, mesmo a de cunho burguês.

A negação da *síntese*⁸⁰ (que o Movimento precisa fazer), e o salto de qualidade como tarefa histórica que, quando não concluído, pode vir em seguida, com a *derrota da dialética*, o engessamento, a burocracia, a manutenção do que está vigente, o conformismo, adaptação, amoldamento, apassivamento.

⁷⁹ IASI, Mauro Luiz. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento**. Expressão Popular, São Paulo: 2006.

⁸⁰ No sentido da lógica dialética: tese, antítese e síntese.

Para Leandro Konder, em *A Derrota da Dialética* (2009: 71):

Na medida em que renuncia à sua capacidade de questionar internamente, a subjetividade vai deixando de ser revolucionária, pois já não consegue se *renovar* suficientemente e por isso passa a se *atrasar* em relação às mudanças que se realizam na realidade objetiva.

Ainda para Konder, ocorre que certos temas do pensamento de Marx foram abandonados. O conceito de *práxis revolucionária* – “o grande conceito da moderna filosofia materialista”, segundo Karel Kosik⁸¹ - é desprezado: os militantes comunistas são levados a crer que a valorização da práxis por Marx é pouco mais do que uma versão sofisticada da conclamação a militância político-partidária, à mera atividade prática a que eles já se entregavam e com a qual pensavam estar fazendo a revolução. (KONDER, 2009, p. 71).

A dialética tem sofrido constantes derrotas no curso das lutas sociais. Em diversas experiências revolucionárias, a perda de referencial numa *práxis* revolucionária tem se tornado um dos erros primários cometidos pela esquerda. Para tanto, é decisivo, que o trabalho como categoria fundante, sirva de referencial para nos enxergarmos enquanto categoria de trabalhadores, pertencentes a classe trabalhadora e a um das organizações políticas que já foi uma das mais combativas na contemporaneidade da luta pela terra, reforma agrária e transformação social, e que até o momento tais conquistas se devem à capacidade de luta e organização. Nenhum governo até aqui foi capaz de tirar o privilégio dos ricos para contemplar aos pobres. Toda conquista até aqui foi com suor e sangue⁸² dos trabalhadores. A pequena política pública, destinada às áreas de assentamento não se traduz em conquista para os trabalhadores. Não se conquista nada pelo voluntarismo de governos bem intencionados e nem através da prática populista oportunista que faz propaganda ideológica em cima das conquistas da luta. Se existe algumas pequenas conquistas no âmbito da luta pela terra e reforma agrária, foi conquistado na e através da luta!

Acredita-se que existem experiências embrionárias como essas que temos como objeto de estudo. Essa mesma organização política que constrói dia –a – dia germens de nova consciência e que é herdeira de tantas outras lutas do proletariado, mantém ainda uma

⁸¹ KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*, ed. Paz e Terra, 1968, p. 197. [Nota do autor].

⁸² Ver: NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre. Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade**. Editora Planeta do Brasil. São Paulo: 2007.

pequena chama acesa com novas possibilidades para a continuidade dos rumos da luta da classe trabalhadora no país; acredita-se num novo salto de qualidade.

A base social do MST na atualidade é de aproximadamente 450 mil famílias assentadas e em torno de 90 mil famílias acampadas no Brasil e reúne uma mescla de proletários agrícolas (rurais) e urbanos – que são provenientes da indústria ou da agroindústria. São trabalhadores que durante muitos anos de sua vida trabalharam assalariados ou semi-assalariados⁸³. Embora haja casos de outras formas de relação trabalhista: meeiros, parceiros, posseiros, boias-frias, entre outros, em geral, predomina o trabalho assalariado e semi-assalariado urbano e rural.

Considerando que em torno de 85% da população brasileira vive nas cidades, e em alguns casos, esse índice é de quase 95%, uma parcela pequena de trabalhadores vivem no campo. Portanto o trabalho de base do MST para organizar famílias para a luta tem sido especialmente no espaço urbano.

Nos anos 90 grande parcela do proletariado que aderiu ao Movimento na luta pela terra estava desempregada. Isso possibilitou um forte trabalho organizativo nos acampamentos, pois ao fazer a ocupação do latifúndio, montar acampamento, transferia-se com a família para viver no espaço de luta e resistência. Ali passava por todos os tipos de situações: despejos violentos, reocupações de novos latifúndios, precariedade de comida e itens básicos, o que fortalecia a solidariedade e os laços de união entre os acampados, lutas de enfrentamento ao latifúndio, ao Estado, realização de ações simpáticas à sociedade, entre muitas outras ações. Gérmenes de nova consciência começavam a germinar durante essa fase de enfrentamento.

Tal público desempregado, massivamente, não tinha para onde ir, já que não podia pagar aluguel, pagar dívidas, comprar comida, etc. O acampamento, ainda que em situação difícil, muitas vezes era a única solução para elas. Em geral essas famílias passavam em torno de 05 a 10 anos acampados até serem assentadas – com poucas exceções - devido à morosidade do Estado na atribuição do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

⁸³ Sobre a definição das categorias proletários e semi-proletários, assalariados e semi-assalariados, ver Claus Germer “Estado e Questão Agrária”, publicado no site: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/.../29029>. Visitado em 28 de fevereiro de 2016.

Agrária) - organismo do Estado, que tem a responsabilidade de legalizar o processo do assentamento, bem como investir em infraestrutura (estradas, poço, água, casas, saneamento, eletrificação, construir área social, liberar os créditos agrícolas, (que são irrisórios), assistência técnica...). Os assentamentos em geral, são extremamente precarizados (falta infraestrutura, apoio para produção, assistência técnica), entre outros.

O MST enfrenta um momento de refluxo da luta política, a qual tem a ver com a vitória do PT nas eleições, desde 2002. A estratégia *Democrático Popular*, em que o Partido dos Trabalhadores gestara juntamente com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e MST, fora abandonada pelo Partido quando em 1991, em seu 5º Encontro redefinira as estratégias do PT com foco para a vitória nas eleições e direcionamento para uma posição centro-esquerda e centro-direita.

O partido optou pela aliança com a burguesia e com o capital financeiro internacional. Em 12 anos de gestão do PT não houvera conquistas estruturais para a classe trabalhadora, embora, de fato o programa social melhorara visivelmente a vida de milhares de brasileiros. Ocorre que esses programas não passam de política compensatória paliativa.

Esses programas servem também como anestésico para as lutas. Embora não significa, entretanto, que a base social assentada não participa da luta. Ela participa de significativos momentos de luta, mas há uma grande dificuldade nessa participação que decorre de vários fatores: a) pelo fato do trabalho cotidiano ser uma produção individual e demandar cuidados diários no trabalho agropecuário e com isso não ter disponibilidade para alguns dias fora de casa. Vejamos: se o trabalho fosse coletivizado, possibilitaria que enquanto uma parcela ficasse na função do trabalho necessário para a sobrevivência, outra estaria liberada para a luta (assim como acontece em algumas experiências do MST). Na divisão social do trabalho haveria as demandas e os coletivos responsáveis.

b) o vínculo orgânico com a propriedade privada da terra, recria laços afetivos materiais e simbólicos com a mesma de tipo individualista, típicos da filosofia liberal, o que dificulta avanços na consciência em si em para si e aumenta o grau de alienação da consciência política.

c) Há um papel fundante da religião, especialmente do protestantismo, que tem crescido enormemente nas áreas de assentamento e que influencia no processo de organização

das famílias. Há a atribuição da conquista da terra aos entes divinos, negando a real conquista como fruto da luta. As famílias assimilam que a terra conquistada, assim como outras conquistas são “*Obras do Senhor*” e por “Ele” passam a dedicar sua vida, onde tudo passa a ser atribuído às obras de um deus onipotente e onipresente.

Estas entidades ou seitas, não possuem nenhuma vinculação com a luta política e nem fazem trabalho de base no sentido do avanço da consciência política/ideológica. Pelo contrário, criam processos de desorganização e cisão interna, bem como, manipulação ideológica das pessoas, por exemplo, a de atribuir tudo ao poder divino.

d) outro ponto central de contradição está relacionado ao papel do Estado, que por sua natureza de classe existe para servir aos interesses da classe dominante, no caso, da fração de classe burguesa agrário-industrial e financeira do agronegócio.

Os técnicos do Estado cumprem com papel ideológico nas áreas de assentamento, desmontando as experiências com potencial de avanço da luta revolucionária. Desde manipulação de informações, falta de assistência técnica, burocratização e morosidade extrema que leva os trabalhadores a serem vencidos pelo cansaço, falta de investimentos com recursos financeiros (projetos não são aprovados), recursos não são liberados, fiscalização e burocratização extrema das associações e cooperativas do MST, inoperância e falta de profissionalismo dos técnicos burocratas do Estado levam ao esgotamento e aniquilamento de muitas experiências. Utilizam-se sempre das informações colhidas para operar o controle social.

Mas o verdadeiro nó do *calcanhar de Aquiles* para o MST tem a ver com a categoria trabalho que envolve a base social nas áreas produtivas de assentamento. Grande parcela dos trabalhadores assentados após intensa luta, rupturas, avanços, recuos, conquistam enfim a terra. Com isso, superam (ou não) a condição de assalariados no mercado de trabalho, (de trabalho como propriedade do patrão com os meios de produção do patrão), para a condição de proprietários da terra (embora haja a condição de *concessão de uso*, ou seja, a terra é uma concessão do Estado para uso, e não se tornam proprietários legais com posse real, individual, em termos jurídicos), e dos meios de produção no comando do próprio processo de produção em sua totalidade. Ou também há a alternativa que comumente ocorre: tornam-se semi-proletários em que uma parte de sua função é desenvolver a produção no lote e a outra

empregar sua força de trabalho semi-assalariada para com isso obter condições de investir no lote.

Superam a condição da fragmentação do processo de trabalho e do produto produzido para a condição de participar da totalidade do processo de produção até chegar ao produto final. Isso não é pouca coisa na mentalidade dos trabalhadores, acostumados como boiada⁸⁴, ou seja, disciplinada no processo cada vez maior de racionalização do trabalho estranhado para a produção de mercadorias, em que sua própria força de trabalho não é outra coisa senão própria mercadoria e única mercadoria a que dispõe o trabalhador é ser proprietário de sua própria força de trabalho para vender no mercado capitalista a troco de um salário.

Superar essa condição de forma coletiva e obter conquista também coletivo a partir de um processo de luta e organização social sobre o latifúndio, que do ponto de vista material e simbólico na sociedade brasileira representa todas as mazelas sociais; é em si mesmo um ato revolucionário. Ainda mais diante da complexidade do desenvolvimento do capital e junto a isso, do desenvolvimento do capital no campo através do agronegócio.

Há, no entanto, uma geração de trabalhadores no campo que tem como herança a concepção de agricultura do pacote tecnológico da Revolução Verde e que dificilmente vai romper com ela nessa lógica capitalista de trabalho e produção. A grande maioria dos assentamentos produz nessa lógica e se transformam numa espécie de produção do “agronegocinho”. A família mora e trabalha na sua parcela de terra, também chamada de lote ou gleba, mas mantém o modelo convencional de produção e empregam o trabalho do núcleo familiar. Os membros do núcleo familiar trabalham exaustivamente para vender a produção no mercado e obter renda.

Além disso, o trabalhador assentado está exposto às piores condições de trabalho, devido a vários fatores: a) a falta de investimentos por parte do Estado como apoio inicial a produção; a falta de investimentos em tecnologia, pois o trabalho é penoso, ainda mais como é o caso do uso de instrumentos rudimentares: enxada, foice, enxadão, cavadeira, facão, machado, etc. O trabalho não rende e o trabalhador se esgota durante toda a sua vida para produzir produtos que não se revertem em renda suficiente para uma vida plena.

⁸⁴ A letra da música do cantor, compositor e violinista Zé Ramalho “*Admirável Gado Novo*” de 1979 retrata essa massa disciplinada racionalmente para seguir esse triheiro do trabalho diariamente.

b) o fator previdenciário do trabalhador rural, apesar das conquistas, as quais se iniciaram com as lutas dos cortadores de cana de Guariba, é muito precário. O trabalho é penoso, a expectativa de vida é menor, o sol castiga e os casos de câncer de pele entre outros casos de acidentes de trabalho, intoxicação, etc. são proporcionalmente grandes em relação a outras categorias. No entanto, costumeiramente o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) nega as solicitações, sejam elas de aposentadoria, de remuneração temporária, etc, pensão, etc. levando a desgastes com causas judiciais, entre outros.

c) o nível de escolaridade da população trabalhadora rural e nelas incluem os que conquistaram a terra, desses, muitos passaram por processos de alfabetização no acampamento ou assentamento, mas ainda possuem baixa escolaridade.

A base social do MST, em geral não possui ensino fundamental completo, em muitos casos, apenas o nível elementar. Uma grande campanha de alfabetização foi feita nas áreas do MST e em muitos estados foi eliminado o analfabetismo nas áreas de assentamento e acampamento. Nos anos 90 através de parcerias com universidades e através do Método Paulo Freire se ensinou não só a ler e escrever as letras, mas também a decodificar a realidade do mundo. Nos anos 2000 foi feita uma parceria com o governo cubano para a utilização do programa *Sí, yo puedo! Sim, eu posso!* Através deste programa, em muitos lugares, nas comunidades de resistência, zerou-se o analfabetismo.

d) Além do trabalho rotineiro do amanhecer até o anoitecer, em que se costuma fazer na roça, pois além do cultivo, há os animais que exigem também cuidados todos os dias. Não há alternativas para o lazer. Os trabalhadores assentados, após o dia de serviço, ou em alguns domingos, ‘relaxam ou esfriam a cabeça’ indo aos botecos, (geralmente os homens⁸⁵) no próprio assentamento quando existe um boteco, ou nas vilas rurais. Nos finais de semana praticam o futebol, se encontram entre amigos, jogam cartas de baralho, ou em eventos que ocorrem nas proximidades.

Às mulheres, quase não há nenhum tipo de lazer. Somente quando às vezes acontecem festas. Em geral trabalham em dupla ou tripla jornada de trabalho: no serviço

⁸⁵ Como na peça de teatro e também filme de Gianfrancesco Guarnieri “*Eles não usam Black Tie*”. O boteco era o local preferido dos operários para relaxamento das composições musculares do corpo, para o relaxamento das determinações nervosas da mente e também como espaço de encontro e de discussão política. Mas era também um espaço somente dos homens.

pesado da roça e no serviço pesado e interminável em casa e no cuidado dos filhos e marido, quando por vezes também tem um idoso da família sob os cuidados da mulher.

Toda essa construção histórica do MST, bem como as dificuldades decorrentes da não realização da reforma agrária em nosso país, e por ela ser tratada como uma política marginal, desnecessária em tempos de boom do agronegócio brasileiro, em maior ou menor medida influencia o assentamento Pirituba também.

Apesar de todos esses problemas estruturais, consideramos de grande importância a experiência realizada pela COPAVA no assentamento Pirituba. Em particular o avanço de ser a única CPA do MST no estado de São Paulo, que fora fruto de uma estratégia de coletivização do trabalho, da terra e dos fatores de produção, baseado nas experiências de reforma agrária da revolução cubana.

Importante ter ocorrido os laboratórios organizados por Clodomir Moraes, pois nesses laboratórios havia um trabalho de formação política e cultural dos camponeses em que se refletia sobre as formas artesanais da consciência e avançava para a compreensão política do que estava se construindo e o papel desses trabalhadores nesse processo. Era um assumir compromissos de forma consciente do processo e quais as implicações surgiriam.

Ao optar pelo investimento em tecnologias, foi também acertado pela COPAVA, uma vez que além de diminuir o esforço penoso do trabalho braçal da roça, foi uma forma também de manter a juventude no local dando continuidade nas conquistas, já que esse é um desafio nas áreas de assentamento. Também porque a tecnologia de apropriação coletiva e uso coletivo são essenciais para superar a dicotomia entre tempo, produtividade e jornada de trabalho, restando um tempo livre na vida do trabalhador para que o mesmo desfrute de coisas valiosas cumulativas para a humanização do indivíduo.

A participação das mulheres nas esferas políticas e produtivas da CPA é de grande importância, uma vez que as mulheres do MST, vem conquistando *na marra* o seu espaço, abrindo fendas através de sua luta para um novo jeito de pensar a questão da mulher, apontando o dedo para o machismo, criando uma práxis revolucionária através das lutas de enfrentamento, não só do 08 de março, mas a partir de então, as mulheres Sem Terra criam identidade combativa e renovam com novos contornos sua expressão cultural, artística, com

estética própria de luta e combatividade. Conquistam passo a passo os rumos de sua emancipação, com garra, valentia, sabedoria, arte e beleza!

Para isso, realmente considera-se importante a criação da ciranda infantil no MST e na COPAVA. Sem esse espaço político/pedagógico das crianças, não haveria participação igualitária das mulheres. E também não haveria experiência pedagógica infantil que hoje possui tanto acúmulo no âmbito da educação infantil com viés político de classe, pautadas numa pedagogia socialista.

Também a construção do restaurante coletivo na COPAVA contribui para a diminuição da dupla ou tripla jornada de trabalho, já que os trabalhos domésticos diminuem consideravelmente com o funcionamento do restaurante coletivo. Mas atenção, só é válida, se a equipe de cozinha do restaurante for composta de homens e mulheres. Pois não pode simplesmente haver uma transferência do local onde a mulher realiza o trabalho doméstico. Sai da sua casa para cumprir com o trabalho doméstico no restaurante coletivo!

A organização do trabalho na COPAVA, que é um aspecto singular que a diferencia dos demais assentamentos e cooperativas do MST no estado de São Paulo e também em muitas regiões do Brasil, é o fato de o trabalho não ser mercantil cuja mediação é o salário e também não ser organizado na esfera individual ou familiar. Podemos afirmar que houvera a superação do estranhamento no âmbito do trabalho e que o mesmo caminha na construção de germens de trabalho associado. Acreditamos que o termo germens é o mais apropriado, uma vez que o trabalho associado na sua plenitude e na sua totalidade só é possível na construção de uma nova sociedade, onde a comunidade humana não tenha que vender a sua própria pele para poder continuar existindo. Mas que o trabalho seja apenas o mediador da humanização entre os seres humanos.

Denominamos germens também porque muitas outras contradições ainda se fazem presentes na Copava, como é o caso da produção de milho e soja transgênicos, em parceria com empresas do agronegócio. Bem como o uso de agrotóxicos em larga escala. Percebe-se largo avanço em relação à organização do trabalho coletivo na produção de coisas úteis e com a prática do valor de uso entre os membros da cooperativa, mas em contraposição, há a produção voltada para o mercado que é feita em escala, na forma de monocultura, reproduzindo a prática do agronegócio no que diz respeito ao uso de transgênicos, a

reprodução da lógica da revolução verde. Embora estejam destinando parte da terra para produção orgânica, inclusive já receberam a certificação orgânica de seus produtos e isso, sem dúvida é um passo fundamental. No entanto, a agroecologia como nova matriz produtiva já se tornou um princípio dentro do MST, e portanto, deve ser levada a cabo.

Também é fator limitante o nível da consciência social da base no âmbito local, o qual precisa estar em constante movimento de luta e organização popular para que a mesma não estacione ou sofra regressão. os referenciais de orientações da pedagogia socialista no MST:

(...). Em nosso percurso já pudemos experimentar práticas que permitem *por as mãos no futuro*, e refinar a compreensão da estratégia e de nossas lutas imediatas prioritárias. (...).

(a) *Disposição pessoal e organização coletiva para continuar a construção de nossas práticas*, desde as questões e possibilidades da realidade em que trabalhamos: precisamos ajudar a construir a Pedagogia Socialista desde os desafios da Reforma Agrária Popular, ajudando a preparar a nova geração dos *produtores associados da agricultura camponesa agroecológica do século XXI*. **(b)** *Disciplina de formação coletiva e pessoal*. “Os projetos sociais humanistas, revolucionários, se mantêm sempre que exista quem os leve a cabo” (Silvio Rodriguez). Esta tarefa grandiosa exige muito preparo e dedicação! (...). Precisamos nos apropriar dos fundamentos do que nos está sendo imposto, e os da nossa pedagogia, para compreender os contrapontos fundamentais; precisamos de uma formação alargada que amplie nossa visão de mundo e nossa sensibilidade humana; e precisamos nos dispor a um combate ético aos pilares ideológicos do capitalismo: individualismo, consumismo e presenteísmo, em nossa própria vida, para sermos exemplos para nossas comunidades. Estamos convocados a *cultivar a esperança*, sem acomodação, sem resignação, sem aventureirismos, e com coerência. Nosso compromisso coletivo: *lutar sempre, estudar muito e trabalhar persistentemente*. Já nos vemos *em plena força de seres humanos libertos!* (CALDART, 2015, pag. 10).

O MST é um movimento social de trabalhadores camponeses que lutam pela terra, pela reforma agrária e por transformações estruturais na sociedade capitalista e, para tanto, como afirma Caldart (2015) se associa aos esforços históricos de construção da Pedagogia Socialista, à medida que intencionaliza seu trabalho educativo para formação de seres humanos mais plenos, *lutadores e construtores* de um novo modo de produção da vida e de novas relações sociais, agindo sobre as contradições da realidade do trabalho do campo, e em diálogo com outras práticas e reflexões da classe trabalhadora.

FOTOS:

Sequencial de imagens de trabalho coletivo desenvolvido pelos trabalhadores e trabalhadoras da COPAVA.

Quadro de Imagens 1: 1 – Imagem aérea do assentamento; 2 – Coletivo de trabalhadores e trabalhadoras; 3 – Mulheres no trabalho coletivo; 4 – trabalho coletivo no setor da horta.



Quadro 2 – Colheita de alface e outros alimentos e o domínio da técnica pelas mulheres



Quadro 3: 1 - Encanteirador mecanizado; 2 – plantio mecanizado; 3 e 4 – Colheita manual de melão.



Quadro 4: 1 e 2 - Colheitas de abóbora e alface; 3 – fogão típico; educação infantil.



Quadro 5: Imagem 1 – Estudantes secundaristas; 2 - produção de cachaça artesanal; 3 – trabalho coletivo e 4 – setor de leite.



Quadro 6 : Trabalho autogestionário – 1 - setor da horta; 2 – setor de pastagem e leite; 3 – sementeira com material genético crioulo; 4 – mutirão de ajuda no acampamento.



Imagem 21: Trabalho auto gestorário
Fonte: COPAVA, 2015



Imagem 22: Setor de leite (Renovação de pastagem)



Imagem 23: produção de sementes de cenoura
FONTE: COPAVA, 2015



Imagem 24: Solidariedade com acampamento Nova Esperança
Fonte: COPAVA, 2015

Quadro 7: Imagem 1 – Confraternização entre as crianças e comunidade; 2 – futebol; 3 – Centro de Educação Infantil; 4 – Escola de Ensino Médio no assentamento.



Imagem 25: Confraternização entre as crianças da comunidade
Fonte: COPAVA, 2015



Imagem 26: Lazer infantil
FONTE: Autora, 2015

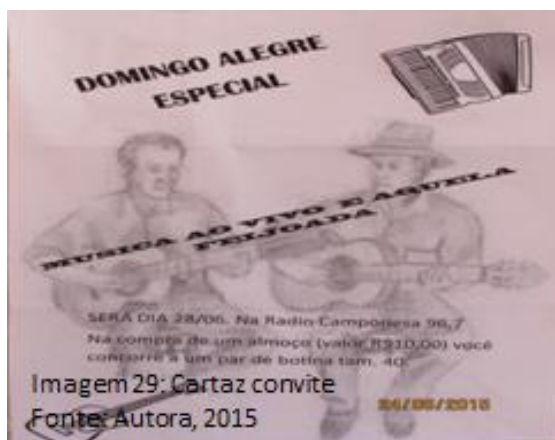


Imagem 27: Centro de Educação Infantil
FONTE: Autora, 2015



Imagem 28: Escola de Ensino Médio na Agrovila III
Fonte: Autora, 2015

Quadro 8 – imagem 1 – Cartaz Convite; 2 – Ciranda Infantil; Criança da Agrovila III em cartaz do MST; Dia do Trabalho Voluntário em homenagem ao Chê Guevara.



CAPÍTULO 3

DIMENSÕES DO TRABALHO ASSOCIADO

3.1 - Os moradores de rua na luta do MST: o reencontro com o trabalho coletivo, com a auto-atividade e a humanização

...ser essencialmente humano, ser tão humano que se aproxime do melhor do humano, purificar o melhor do homem por meio do trabalho, do estudo, do exercício de solidariedade continuada com o povo e com todos os povos do mundo, é a qualidade mais bela de um revolucionário.

(Ernesto Chê Guevara)

Houvera muitos casos de trabalho de base na cidade de São Paulo durante os anos 90, especialmente nas periferias e também com os moradores de rua na região central da capital paulista. Muitos moradores nessa situação saíram das ruas e se inseriram na organização do MST nos diferentes acampamentos do estado de São Paulo.

Na experiência do acampamento Laudenor de Souza⁸⁶, que se originou através de uma ocupação de latifúndio, em julho de 1997, com cerca de 300 famílias, na região sudoeste paulista, recebeu em seu acampamento cerca de 70 pessoas moradores de rua. A experiência foi muito interessante, porque no início essas pessoas eram hostis ao processo de organização interna, arredias, ficavam observando de longe. Tentavam implementar a “lei do mais forte” no acampamento e tinham muita resistência aos processos de coletivização.

A organização do acampamento era essencialmente coletiva: a comida era feita e servida numa cozinha comum para todos, a horta era comunitária, havia ciranda infantil onde as crianças se organizavam em coletivo, alfabetização de adultos, lavagem de roupas no rio (homens e mulheres lavavam roupas), havia as equipes de trabalho e revezamento nessas equipes. Havia uma coordenação composta por 56 pessoas (sendo que eram 28 núcleos de

⁸⁶ Laudenor de Souza foi um dirigente do setor de produção do MST, um dos fundadores do MST no estado de São Paulo, responsável em ajudar organizar os processos de cooperação no MST.

base de 10 pessoas cada. Um homem e uma mulher coordenavam um núcleo. No total eram 28 homens e 28 mulheres – 56 coordenadores).

Além dos núcleos havia as equipes ou setores: de educação, saúde, limpeza, mulheres, segurança, produção e arrecadação de comida, formação política, (desde os Sem Terrinha), setores de finanças, disciplina e ética, infraestrutura, etc. Assim fluía a coletividade e o trabalho comum internamento num processo intenso de luta.

O processo de inserção dos moradores de rua que nos primeiros dias da chegada ao acampamento reagiam como *estranhos no ninho*. Eram agressivos, hostis, não tomavam banho, não se higienizavam, não trabalhavam. Resistiam às tarefas e dormiam o dia inteiro no chão com papelão e cobertores como se o acampamento fosse uma extensão da vida na rua ao ponto de rejeitarem o barraco de lona para dormirem no relento, no frio de geada. Alguns estavam numa letargia que não se movimentava nem para espantar as moscas. Chamavam a atenção de todos para o seu comportamento cuja vida se resumia num estágio bárbaro, de degradação humana.

Eram violentos e disputavam território com brigas e até mesmo morte entre eles. Pareciam bichos na sua perda de humanidade. O sentido do que é o humano não existia. Descobriu-se logo que as condições de rua tinham sido motivadas pela falta de trabalho.

A falta de trabalho gerou a falta de autoestima e a depressão. Ambas os levou as drogas, alcoolismo, perda da família, e situação de morar na rua. Com o tempo a violência da rua, da polícia, das pessoas, das vitrines, da mercadoria, do luxo, da miséria, e da fome os levava a perda de dignidade. A condição de animal os levava a perder completamente o instinto humano. A vida humana sem o trabalho retirava desses homens completamente a noção de humanidade.

O completo abandono *não natural*, a natureza apodrecida, tornam-se seu *elemento vital*. Nenhum de seus sentidos existe mais, não apenas em seu modo humano, mas também não num modo não humano, por isto mesmo nem sequer num modo animal. (...) [Isto quer dizer] não apenas que o homem deixa de ter quaisquer carências humanas, [mas que] mesmo as carências animais desaparecem (MARX, 2008, p. 140).

Esse trecho da citação de Marx, contida nos Manuscritos econômico-filosóficos, exemplifica bem a situação de *natureza apodrecida* se tornando elemento vital, que não

significa mais a natureza humana e nem mesmo o modo animal, ou seja, não é mais nem uma coisa e nem outra. As carências humanas, mesmo as mais miseráveis, desaparecem.

No cotidiano do acampamento muita coisa foi acontecendo e eles começaram a ter uma noção imediata da luta contra o inimigo, as mazelas do capitalismo contra os trabalhadores, enxergaram contra quem e os porquês estavam lutando: o latifúndio e suas mazelas econômicas, sociais e políticas, o Estado burguês, e contra a própria condição em que se encontravam de indigente: não possuíam documentos, parentes, nada!

Na vida coletiva de acampamento inseridos numa organicidade tiveram que participar das reuniões dos núcleos de base, onde foram se politizando na luta e na organização política. Participavam de reuniões de estudos e debates. Mas só começaram a se entender como sujeitos do processo quando receberam como função da coletividade participar dos momentos de trabalho. Um deles era responsável pela horta coletiva juntamente com uma equipe e ele propôs uma horta medicinal que lhe dava muito prazer trabalhar naquele setor. Outro foi indicado a participar da equipe de segurança da coletividade (havia o alerta eminente ante qualquer ataques de jagunços na noite ou madrugada e a necessidade de observação diária quanto a chegada de forasteiros que ameaçavam a segurança coletiva), entre outros aspectos.

Isso tudo foi transformando essa pessoa, com o seu trabalho, num sujeito importante para os outros e para si mesmo. Um terceiro deles era barbeiro e cabelereiro e tornou-se o cabelereiro e barbeiro do acampamento, fazendo do seu trabalho o aumento da autoestima de muita gente. Assim, percebia-se que aos poucos todos eram os mesmos e os mesmos eram todos ao mesmo tempo numa unidade organizativa e de luta, que fez da história do acampamento Laudenor de Souza, um dos mais combativos na região, com invejável organicidade interna, organização política, alto grau de conscientização política das famílias acampadas, lutas ferrenhas empreendidas contra o latifúndio, e devido a forte repressão da época, muitas lutas foram travadas com táticas de guerrilha inclusive.

Esse mesmo processo com moradores de rua foi vivenciado numa outra experiência, a partir do acampamento Nova Canudos, no município de Porto Feliz, região de Sorocaba. Através de trabalho de base na região metropolitana de São Paulo, organizou-se um acampamento com 2.000 famílias em 1999 com o mesmo processo de organização interna: Núcleos de base, coordenação dos núcleos, coordenação geral, equipes de trabalho, etc.

Também eram muitos os moradores de rua e foi instigante observar o processo de ruptura “com os instintos animalescos” que remonta o retorno à origem causado pela ruptura com o trabalho, e como o processo de reinserção no trabalho associado recuperou e elevou nesses os traços de humanidade perdida na medida em que se perdeu o elo com o trabalho.

Tornavam agora mais humanos na medida em que coletivamente criavam e recriavam novas possibilidades de afirmação a partir do trabalho, da luta e da consciência social que ia avançando de consciência alienada em consciência em si com germens de consciência para si.

Não por acaso o movimento da passagem em consciência em si à consciência para si tem a ver com aquilo que Marx e Engels (2009) afirmam em *A Ideologia Alemã*, marcando divisor de águas na história da filosofia, de que o mundo é produto do trabalho humano como realidade histórica construída coletivamente pelos homens; e que o homem é um ser histórico mediado por sua capacidade de trabalho.

Entretanto, ocorre que esse processo germinal⁸⁷ de formação da *consciência em si*, na maioria das vezes é interrompido com a transição para o assentamento. Em raras experiências, logramos avanços na consciência política da base social após conquista da terra. Mesmo em processos de fecunda formação da consciência política, como já foi mencionado na experiência do acampamento Laudenor de Souza, com os moradores de rua, ainda assim, não é possível levar em conta a proposta de organização coletiva da propriedade da terra, dos fatores de produção e dos bens comuns.

Nessa fase de formação de consciência em si elevando-a, num processo de superação e objetivação da consciência para si, há retrocessos... Estes estão ligados à forma de organização da propriedade da terra, a forma como opera o Estado burguês, a classe dominante, mas também tem a ver com os elementos da criação de uma nova cultura interna:

Para Gramsci (1978: 13), criar uma nova cultura, não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo,, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

⁸⁷ Termo em alusão a obra de Emile Zola: “Germinal” que trata do processo de germinação, literalmente, da consciência reivindicativa em consciência em si, e, a superação desta para a consciência para si.

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um gênio filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1978, p. 13 e 14).

Uma nova cultura, diz respeito em transformar num legado uma nova filosofia crítica no interior da organização política, em que desde a criança, o ancião, os jovens, homens e mulheres tenham o domínio do tipo de sociedade a ser construída e o tipo de sociedade que não os interessa e deva ser superada. Trata-se de construir e encarnar o domínio de um novo projeto de sociedade com base na construção do trabalho emancipado, como auto-atividade humana plenamente realizável em bases concretas.

3.2. Trabalho Associado e Revolução Socialista

Considera-se que o trabalho associado em sua plenitude só é possível com um processo de revolução socialista. Onde não há curso de revolução social, este só é possível em germens.

Para Lenin (1979)⁸⁸ a organização dos camponeses pobres colocava-se como a questão mais importante da nova edificação interna e, inclusive, como a questão principal de toda a revolução.

A Revolução de Outubro colocara para eles a tarefa de arrancar as fábricas das mãos dos capitalistas convertendo-a em instrumentos de produção e entregando a terra aos camponeses, reestruturando a agricultura em bases socialistas.

A primeira parte da tarefa foi muito mais fácil de cumprir do que a segunda. Nas cidades, a revolução teve que tratar com a grande produção, na qual estão ocupados milhares e milhares de operários. As fábricas pertenciam a um pequeno numero de capitalistas, com os quais os operários podiam ajustar contas com facilidade. Os operários tinham já uma vasta experiência, graças a luta anterior contra os capitalistas, que lhes haviam ensinado a atuar em conjunto, com decisão e organizadamente. Além disso, a fábrica não precisa ser dividida; o importante é que

⁸⁸ Fragmentos do discurso de Lenin aos camponeses pobres da região de Moscou, em 1918, intitulado “Discurso aos delegados dos comitês de camponeses pobres da região de Moscou. Bednotá, nº 185, 10 de novembro de 1918. V.I.Lenin, Obras, 4ª ed. em russo, t. 28, págs. 152/158. (L&PM Editores Ltda., 1979, 41 a 47). IN: Lenin no Poder – 1917 a 1923. Textos pós-revolução de V.I. Lenin. L&PM. Porto Alegre: 1979.

toda produção seja organizada no interesse da classe operária e do campesinato, para que os frutos do trabalho não caiam em mãos capitalistas. (LENIN, 1979, p. 42).

Para o autor, no que se refere à terra, a situação é completamente complexa e para que haja a vitória do socialismo, seria necessária uma série de medidas transitórias. Ou seja:

De numerosas pequenas explorações camponesas é impossível fazer, imediatamente, uma grande exploração. É impossível, naturalmente, conseguir de imediato, em curto prazo, que a agricultura, que era explorada individualmente, se torne social e adquira a forma da grande produção estatal, na qual os produtos do trabalho sejam desfrutados de maneira proporcional e equitativa por todo o povo trabalhador, e na qual exista o trabalho obrigatório, geral e proporcional (...) (LENIN, Idem).

Lenin argumenta que depois da Revolução de Outubro acabaram com os latifundiários, o governo socialista lhes tiraram todas as terras. Mas, no entanto, a luta no campo não terminara, pois, a conquista da terra, como qualquer conquista dos trabalhadores, “só é firme quando se baseia na iniciativa dos próprios trabalhadores, em sua própria organização, em sua disciplina e firmeza revolucionária”. (LENIN, Idem, pag. 43)

(...) Não queríamos impor ao campesinato a idéia, que lhe era estranha, da inutilidade da repartição igualitária da terra. Considerávamos que seria melhor que os próprios camponeses trabalhadores experimentassem sobre suas próprias costas, em sua própria pele, o absurdo da repartição igualitária. (...). A repartição era boa unicamente para começar. Devia mostrar que a terra deixava de pertencer aos latifundiários e passava para os camponeses. Mas isto não é suficiente. A saída está somente no trabalho coletivo da terra (Idem).

Lenin aponta ainda que os camponeses não tinham consciência disso. As comunas, o trabalho coletivo, as sociedades de camponeses, eram, em sua opinião, o remédio para escapar às desvantagens da pequena exploração agrícola. Era o meio de desenvolver e melhorar tal exploração, economizar energias e lutar contra os culaques, o parasitismo e a espoliação. Para Lenin, os camponeses vivem como se estivessem enraizados na terra: temem novidades, aferram-se tenazmente ao antigo.

Sabíamos que os camponeses só acreditam nas vantagens desta ou daquela medida quando compreendem com sua própria inteligência essas vantagens. Por isso ajudamos a repartição da terra, embora compreendêssemos que essa não era a solução. Mas agora os próprios camponeses pobres começam a nos dar razão. A vida lhes ensina que ali onde são necessários 10 arados, porque a terra está dividida em 100 parcelas, com a comuna seria preciso menos arados, porque a terra não estaria tão dividida. A comuna permite a todo um artel, a toda uma sociedade introduzir melhorias inacessíveis aos pequenos proprietários isolados, etc (Idem).

No processo da Revolução Russa havia a clareza de que não se conseguiria imediatamente, em toda parte, passar ao usufruto coletivo da terra. Haveria a resistência da implementação da comuna na agricultura, particularmente por parte dos culaques; inclusive dos próprios camponeses. Mas, o campesinato pobre aos poucos se convencia, pelos exemplos, pela experiência própria, das vantagens da comuna. Nesta tarefa desempenham papel importante os comitês de camponeses pobres.

Fundiremos os comitês de camponeses pobres com os soviets, faremos com que os primeiros se convertam nos segundos. (...). O Poder Soviético decidiu destinar um bilhão de rublos para um fundo emergencial para o fomento da agricultura⁸⁹. Será dada ajuda financeira e técnica a todas as comunas existentes e as que forem fundadas. Se fazem falta técnicos, enviá-los-emos. Ainda que estes sejam, em sua maioria contra-revolucionários, os camponeses pobres saberão controlá-los, e eles trabalharão para o povo de maneira não pior do que faziam para os exploradores.. Contudo, o perigo existirá para nós enquanto nossos irmãos do estrangeiro não se tenham levantado em toda parte. Por isso devemos continuar organizando e fortalecendo o nosso Exército Vermelho. Este trabalho deve ser particularmente profundo entre os camponeses pobres, que somente sob a proteção do nosso exercito podem dedicar-se ao seu próprio trabalho (Idem, pag. 45).

Lenin finaliza afirmando: Nada tiraremos dos trabalhadores; mas dos que empregam trabalho assalariado, que lucram a custa de outros, tudo expropriaremos. (Idem)

Esse processo de organização do trabalho associado é fruto de construção da sociedade socialista. Não há trabalho associado na sociedade capitalista. Assim como não haverá trabalho estranhado numa sociedade comunista.

O longo discurso de Lenin aos camponeses pobres da Rússia, na tentativa de orientá-los quanto a sua postura política na revolução, aponta de que a única saída seria a organização do trabalho coletivo da terra. Afirma Lenin que não bastava expropriar a terra e distribuí-la mesmo com o apoio financeiro. Seria fundamental o trabalho coletivo organizado em comuna e os camponeses pobres fundidos com os soviets. Ou seja, a organização política e econômica imbricadas, atuando em conjunto. No âmbito da questão econômica, o essencial era a organização do trabalho e não simplesmente a venda da produção. O problema estava na esfera produtiva e na organização do trabalho, na construção da *republica do trabalho* e não

⁸⁹ O fundo de um bilhão de rublos foi criado por decreto do Conselho de Comissários do Povo de 2 de novembro de 1918 “a fim de melhorar e fomentar a agricultura e de reestruturá-la sobre bases socialistas com o máximo de rapidez”. Deste fundo, concediam-se subsídios e empréstimos as comunas agrícolas, às cooperativas de trabalho e às sociedades ou grupos agrícolas, com a condição de que estes passassem ao cultivo coletivo da terra. [Notas do autor].

na esfera da comercialização dos produtos produzidos pelos camponeses nos artéis e comunas.

Essa passagem é muito interessante no sentido de perceber certas conexões com a realidade vivenciada pela experiência do MST, na tentativa de coletivização da terra e do trabalho. Certas dificuldades são encontradas da mesma maneira que os trabalhadores vivenciaram naquele país, com um diferencial substancial: tratava-se de uma revolução proletária socialista!

Apesar de momentos históricos diferentes (Rússia do início do século XX) e situações conjunturais completamente diferentes: na Rússia estava em curso uma revolução socialista proletária enquanto aqui se aprofunda o reformismo baseado na concepção liberal e neoliberal, mesmo o de esquerda. Portanto, não se tem a intenção de fazer comparações, mas o interessante aqui é perceber através do método marxiano a organização do trabalho associado.

Se por um lado, houvera a mediação das conexões da realidade do MST com o trabalho estranhado nas áreas do agronegócio, apresentados no capítulo 1, da qual o assalariamento do trabalhador é realidade intrínseca ao modo de produção capitalista (e isso aprofunda-se ainda mais por parte dos sem-terra com a inexistência de reforma agrária); por outro lado, apresenta-se também as conexões e mediações com o seu oposto, no seu inverso: ou seja, como uma realidade revolucionária, apresentadas no capítulo 3, também possui certas conexões com aquilo que não é realidade hegemônica no presente momento, mas que já possui germens e construções orgânicas que antecipam o próprio futuro. Assim como, por exemplo, a organização dos soviets não foi invenção dos revolucionários, pois já existia antes mesmo da revolução de 1917, desde 1905. Havia germens organizativos que foram aproveitados e aprofundados pela revolução.

Em se tratando das conexões, é similar, por exemplo, a dificuldade de transformar as pequenas explorações camponesas (parcelas individuais) num campo de exploração comum ou coletivo, mesmo num processo revolucionário como se viu no caso russo. Ocorre que o processo coletivo também possui seus reveses, evitando cair na interpretação daquilo que Marx chama de comunismo *rude*, em que se defende a extrema socialização inclusive da miséria. O comunismo tem que gerar riquezas e socializar estas riquezas, tanto materiais

quanto espirituais. Tem que se viver bem e plenamente. Não significa que tudo deva ser exageradamente socializado e coletivizado. O exemplo didático que ele usa é a comunidade de mulheres, onde de um lado há a negação da própria mulher como propriedade privada, e de outro, o comportamento generalizado da mulher como uma propriedade coletiva de todos, como se isso fosse a libertação da mulher. Esse comunismo *rude*, grosseiro, não está em pauta.

De fato, a expropriação da terra por si só é insuficiente e não se avança se não tiver juntamente outras medidas agrárias que possibilitem a exploração da terra, a organização do trabalho, o apoio estatal, etc. O que estava em curso no caso da revolução russa não era a reforma agrária sendo a reforma como meta: o que havia era uma revolução agrária dentro de uma revolução socialista. Como bem afirmou Lenin: a saída está somente no *trabalho coletivo* da terra! Já haviam expropriado os latifúndios e tomado as fábricas, mas persistia a contra-revolução. Só a organização econômica da terra e dos camponeses não significaria triunfo se não houvesse em conjunto a organização política dos trabalhadores. Para isso, a proposta de juntarem-se aos soviets.

Na Revolução Russa, o operariado estava muito avançado e já tinha derrotado os proprietários das fábricas e tomara a sua condução. Fortalecidos, possibilitou apoiar o campesinato na luta contra o latifúndio. Mesmo passando fome pela falta do trigo (devido ao boicote dos culaques), os operários urbanos apoiaram os camponeses pobres. A aliança campo e cidade, operário-camponesa prevalecendo na prática.

Há enorme preconceito de que o campesinato é por natureza contra-revolucionário, reacionário, ‘pelego’, ignorante, teimoso. Há que se fazer uma leitura marxiana sobre a composição das classes sociais e de seus estratos, da forma como Marx fez analisando a realidade da França em *A luta de classes na França*, ou em *O 18 Brumário* de Luis Bonaparte⁹⁰. Há camponeses ricos, médios e pobres.

Em *O 18 Brumário* de Luis Bonaparte há uma passagem que nos dá a noção do modo de vida e da organização classista desses camponeses pobres:

Os pequenos camponeses constituem imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercambio mutuo.

⁹⁰ Ver: MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 3ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1977.

Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; Ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. (MARX, 1977, p. 115).

Marx está analisando o campesinato Francês do século XIX e suas características principais naquele período de 1852, quando a obra foi escrita. Analisa como o camponês a partir de seu modo de vida, ou seja, de isolamento, de não divisão social do trabalho, de não aplicação de métodos científicos no cultivo e nenhuma riqueza de relações sociais, coloca-o numa condição muito restrita e obviamente de atraso e conservadorismo devido as essas mesmas condições proporcionadas pelo seu meio de vida.

Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. (...). na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 1977, p. 115 e 116).

Marx argumenta que, quando são incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, seja através de um parlamento ou de uma convenção, não podem representar-se e tem de ser representados por um representante que aparece como um senhor, uma autoridade sobre eles.

Entretanto, sob o império e os golpes de Luis Bonaparte, os camponeses saíram da condição de semi-servidão para tornar-se proprietários livres.

Mas o que agora provoca a ruína do camponês francês é precisamente a própria pequena propriedade, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França; justamente as condições materiais que transformaram o camponês feudal em camponês proprietário e Napoleão em imperador. (...). A pequena propriedade do camponês é agora o único pretexto que permite ao capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa o próprio lavrador o cuidado de obter o salário como puder. (MARX, 1977, p. 118 e 119)

No entanto, influenciados pelos acontecimentos, os camponeses franceses demonstraram que as classes sociais na França elevaram às últimas consequências a participação na luta de classes, dentre elas inclusive a categoria do campesinato. Entretanto, o único ponto a que chegou o campesinato francês foi sair da condição de semi-servidão para proprietários livres, sendo que a maioria dos dezesseis milhões de habitantes, pelo menos cinco milhões – inclusive crianças se tornaram “mendigos, vagabundos criminosos e prostitutas da França que pairam a margem da vida e que ou tem seu pouso no próprio campo ou, com seus molambos e seus filhos, constantemente abandonam o campo pelas cidades e as cidades pelo campo”. (MARX, Idem).

Marx (1977, p. 120), afirma que por fim, os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais como aos tempos de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso, os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no *proletariado urbano*, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.

Lenin mostrou que é possível sim, os camponeses pobres contribuírem como parte fundamental no processo revolucionário, inclusive porque a realidade do país naquele período de início do século XX ainda era essencialmente agrária.

Realmente depara-se com a mesma situação em que os camponeses temem novidades e só confiam naquilo que de antemão podem experimentar. Há que ser paciente e fazer trabalho de base contínuo, constante, trabalhando sempre com a verdade.

Outro passo fundamental da Revolução Russa é que a comuna possibilita a utilização da terra e do trabalho de forma a superar as contradições capitalistas: propriedade privada, trabalho estranhado, capital privado, célula familiar, alienação na ideologia etc. Organizou-se uma célula comunitária que cria o trabalho numa perspectiva revolucionária: em prol do bem comum.

A organização dos camponeses em comitês e em soviets os possibilitou nova organicidade e formulação de táticas e estratégias coletivas para avançar no processo revolucionário. Para além da participação econômica, tinham uma participação política, decisiva.

O fomento de um bilhão de rublos destinado a agricultura se fazia necessário, pois sem investimentos financeiros não há desenvolvimento da produção, considerando a parcela de camponeses pobres, destituídos de recursos, a tendência seria a de voltar a vender sua força de trabalho para os culaques e latifundiários novamente.

Os técnicos, na maioria contra-revolucionários, tem acesso aos camponeses de maneira que entram no seu cotidiano, na sua casa, família, se apossam de informações e em grande medida, os camponeses confiam neles como membros de sua família. Geralmente os técnicos são os que mais possuem acesso às informações estratégicas, muitas vezes abusando da ingenuidade dos camponeses possibilitando com isso formidável poder de controle social.

Importante refletir a partir de um exemplo didático da Revolução Russa, para se entender a complexidade que está posta no âmbito da construção do trabalho associado, como iniciativa de organização dos trabalhadores num processo revolucionário. Não há avanço para o trabalho associado se não for através da revolução social que modifique as estruturas materiais da sociedade capitalista, do capital, do poder do Estado Burguês, da exploração do trabalho.

Essa construção não é uma tarefa só para depois da revolução, exatamente porque é condição para que se lute por ela.

Para Caldart:

O movimento dialético que pode nos orientar é aquele expresso na análise de Marx (em documento da I Internacional, de 1869): *“Por um lado, uma mudança das circunstâncias sociais se faz necessária para estabelecer um sistema adequado de educação e, por outro, um sistema adequado de educação se faz necessário para produzir uma mudança das circunstâncias sociais; devemos, portanto, partir de onde nos encontramos”* (CALDART, Texto Mimeo: 2015, p. 03).

Para tanto, aprendemos com as experiências históricas, mas devemos partir de onde nos encontramos.

Ivo Tonet (2010) argumenta que o Trabalho Associado tem quatro características que o identificam: **Liberdade, consciência, coletividade e universalidade**. Trata-se também de uma forma de trabalho realizada por **indivíduos conscientes**, isto é, que tem conhecimento tantos dos objetivos pretendidos quanto do processo social em geral. Para o autor, não há por

trás desses indivíduos uma lógica mais profunda e oculta que dirige essas atividades, ou seja, nem a “mão invisível” do mercado, nem a lógica da reprodução do capital, nem qualquer teleologia que não seja aquela determinada pelos próprios sujeitos do processo.

Trata-se de uma forma de intercâmbio com a natureza, portanto, de produção da riqueza material, feita por **indivíduos livres**, isto é senhores de suas decisões. Embora sujeitos as leis da natureza, são eles que decidem, partindo das suas necessidades, o que deve ser produzido, como deve ser produzido e como deve ser repartido o fruto do trabalho. Isto significa dizer, obviamente que o produto do trabalho tem como objetivo único atender as necessidades humanas e não acumular capital. Daí que valor de uso e trabalho associado formam unidade incindível (TONET, 2010: 07).

Trata-se também de uma maneira como afirma o autor (Ibidem) uma forma de atividade levada por indivíduos de maneira **coletiva**.

O desenvolvimento histórico da humanidade caminhou no sentido de transformar, pela associação, as forças individuais em cada vez mais multiplicadas. Trata-se hoje, de retirar essas forças sociais multiplicadas da submissão a poderes privados e restituí-las a seus verdadeiros donos, isto é, aos produtores. Essa restituição é tarefa do trabalho associado (Ibidem, 2010. p. 07).

E, de caráter **universal** porque os problemas da humanidade são universais, segundo o autor (ibidem) e só universalmente podem ser resolvidos e por tudo isso implica numa mudança radical em todo o processo de produção.

Em nossa opinião, o trabalho associado no MST também tem a ver com a situação atual do capitalismo, mas não pode se resumir apenas numa crítica-denúncia do capitalismo. Precisa ser sim, uma afirmação teórico/prática de alternativas emancipatórias radicais, construída pelos próprios trabalhadores e suas organizações. A filosofia da práxis aqui é o caminho para o avanço não só de uma teoria sobre o trabalho associado, mas conjuntamente com os esforços concretos de uma postura coerente com a criação de outra realidade onde o trabalho de caráter associado seja possível e necessário.

Dessa maneira a Pedagogia Socialista tem a ver com o trabalho associado na concepção do MST, uma vez que ela está relacionada a um projeto grandioso e não se restringe a educação escolar:

A Pedagogia Socialista tem no seu horizonte uma *educação omnilateral*, aquela que busca desenvolver todas as dimensões do ser humano, de modo relacional e tendo

como base o *princípio educativo do trabalho*, que forma e transforma as pessoas. Não é um “treino para a vida”, mas a vida mesma, intencionalizada como formação humana, que vai dando forma à condução do viver de cada um. E este projeto inclui a construção de uma *Escola Politécnica do Trabalho*, em que o vínculo entre estudo e trabalho se faz na direção da apropriação da ciência e do aprendizado de relações sociais necessárias para que os trabalhadores assumam o comando e a realização da produção social (Caldart, *Ibidem*).

Ainda para Tonet (2010) a reapropriação das forças sociais de produção e a realocação delas sob o domínio daqueles que produzem a riqueza material é condição primeira e fundamental para uma forma de sociabilidade plenamente livre, de uma autentica comunidade humana, não mais dividida em classes sociais; de uma forma de sociabilidade de onde tenha sido eliminada a exploração do homem pelo homem. Vale dizer, de uma forma de sociabilidade comunista. (TONET, texto mimeo, pag. 05).

Com todos os limites e deficiências, o trabalho auto-gestionário, ou com germens, na Copava ainda não se reflete todas essas possibilidades. Por isso mesmo não consideramos como trabalho associado. Poucos passos estão sendo dados, portanto aí está o processo germinal, a identificação de germens organizativos desde o trabalho.

Contudo, reafirma o autor, a reapropriação dessas forças não pode ser apenas o efeito de um desejo. Ela implica determinadas condições as quais já estão apontadas em *A Ideologia Alemã* por Marx e Engels.

Por um lado, ela é demarcada pelo *objeto a apropriar*. Por outro lado, *pelo modo como tem de ser realizada*. Pelo objeto no sentido de que este – a totalidade das forças produtivas – tem, hoje, um caráter universal. Por isso, *Essa apropriação tem, portanto, e desde logo por esse motivo, de ter um caráter universal, correspondente às forças produtivas e ao intercambio*. Pelo modo, no sentido de que *Só pode ser realizada por meio de uma união, a qual pelo caráter do próprio proletariado, só pode ser, por sua vez, uma união universal*. Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos associados cessa a propriedade privada (TONET, *Idem*, p. 06).

Tonet (2010: 06) afirma que esta forma de apropriação das forças produtivas é o que Marx chama de trabalho associado. Acrescenta ainda que ela deverá ser o fundamento da emancipação humana.

Se para Marx, o trabalho no sentido do intercambio do homem com a natureza para produzir os bens materiais necessários à existência, (no sentido de produção de valores de uso), é uma lei eterna da humanidade e o fundamento do mundo social. Então, cada modo de

produção, ou forma de sociabilidade, terá como fundamento material, uma determinada forma de trabalho. Tonet (Idem), afirma que isso *implica uma mudança radical também na forma de trabalho*.

Por isso é que a pedra angular do modo de produção comunista é o trabalho associado, uma forma radicalmente nova de intercambio do homem com a natureza e adequada a esta nova forma de sociabilidade. (TONET, texto mimeo, p. 06).

Para tanto, segundo o autor, o trabalho associado implica uma mudança radical em todo o processo de produção, a começar pelo objetivo que deve ser o valor de uso, ou seja, o *atendimento das necessidades humanas* e não o valor de troca. Por isso,

O trabalho associado e a produção de mercadorias são categorias que se excluem de modo absoluto, pois mercadorias sempre implicam relações de exploração entre os homens. Também implica a eliminação da divisão social do trabalho, na medida em que serão os próprios produtores que dirigirão a totalidade do processo (Ibidem).

Para Tonet, a existência do trabalho associado também supõe uma completa reestruturação do processo e dos instrumentos de trabalho de modo a adequá-los às necessidades humanas e da relação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Ele também alerta para o fato de que esta forma de trabalho, com todas essas características, só pode existir se houver a capacidade de produzir riqueza em abundância, ou seja, suficiente para atender as necessidades de todos. “Vale dizer, a abundancia é *conditio sine qua non* da possibilidade de existência do trabalho associado”. (Ibidem, p. 09).

Como afirma Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (2009):

Este desenvolvimento das forças produtivas (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e portanto, com toda a carência, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida. (MARX. ENGELS. 2009, p. 50)

Mas, para avançar em sua essência, que é a produção de riqueza em abundancia para satisfazer necessidades humanas, é necessário juntamente com o processo de revolução material, a aplicação de uma força política necessária, e que, sem ela, não há garantias de construção do trabalho associado:

(...) as tarefas políticas são essenciais à revolução, mas tem um caráter negativo, isto é, de destruição do poder político burguês, de preparação do terreno no qual possa florescer a “alma social” do socialismo, sua forma específica de trabalho, o trabalho associado (TONET, texto mimeo, p. 12)

Tonet acentua ainda que a discussão⁹¹ a respeito desse período de transição não pode ser feita à luz das tentativas revolucionárias realizadas até hoje, porque todas elas, segundo o autor, entraram por uma via que leva, necessariamente, a atribuir à dimensão política das tarefas positivas de construção da nova ordem social. Para o autor, a instauração do trabalho associado é diferente da simples “socialização da economia”.

Todo esse processo implicará que os próprios produtores intervenham na identificação das necessidades a serem atendidas, na organização do processo de produção, de modo que o trabalho seja realizado nas condições mais dignas possíveis do ser humano e na estruturação do processo de distribuição da riqueza (Ibidem, p. 14).

Sendo assim, o autor conclui que somente através dessa nova forma de trabalho é possível restituir aos seus verdadeiros possuidores as forças sociais que lhes foram expropriadas.

No entanto, há uma questão crucial que não pode estar separada no processo de organização do trabalho, que é a produção de conhecimento. Na práxis humana socialista o trabalho e a produção de conhecimento são dimensões de um mesmo processo.

3.3 – Trabalho Associado e as dimensões da junção manual e intelectual do Trabalho:

Houvera no decorrer da história a separação entre produtores e seus meios de produção, mas também a separação entre quem pensa e quem trabalha: a chamada divisão intelectual e manual do trabalho.

Na medida em que o trabalhador depende do capital para continuar existindo, não se reconhece nele como produto do seu eu. Mas a superação desse *estranhamento* se torna cada

⁹¹ Ver obra do autor: *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Texto Mimeo.

vez mais difícil, na medida em que a própria ciência cumpre também o papel de estranhamento. Em que medida, por exemplo, a produção do conhecimento e o método de se produzir tal conhecimento está totalmente entrelaçado com o trabalho estranhado?

O homem de saber e o trabalhador produtivo se separaram completamente um do outro, e a ciência, em vez de permanecer em poder do trabalho, em mãos do trabalhador, para aumentar suas forças produtivas em seu benefício, colocou-se contra ele em quase toda parte. (...) O conhecimento torna-se um instrumento que pode separar-se do trabalho e opor-se a ele (*W. Thompson, An inquiry into the principles of the distribution of wealth*, Londres, 1824, p. 274 IN MARX. Karl, 2006, p. 416).

Assim, a Revolução Industrial encontrou na técnica o seu apogeu fortalecendo e deslanchando o modo de produção capitalista a partir das combinações: força de trabalho humana, meios de trabalho, infra-estrutura, matéria prima, capital constante e variável e a ciência moderna, a produção de conhecimento, com um status acima do mundo do trabalho.

Para LOVATTO⁹² a racionalização e a liberdade são dois projetos que formam o programa de emancipação e constituem as bases filosóficas, epistemológicas e políticas da modernidade. A modernidade é um momento da ordem burguesa que produziu revoluções seculares. O capital é a relação social que realiza esse programa transformando sempre essa realização em produção destrutiva. São pelo menos quatro séculos de revoluções.

Se a Era moderna brindou a humanidade com o aprofundamento da separação da produção manual e intelectual o trabalho no desenvolvimento capitalista, a situação no campo da produção do conhecimento é ainda mais grave: atualmente toma corpo, adquire força a chamada pós-modernidade. Essa vertente chamada de pós-modernidade tem como elemento central a morte do sujeito ontológico, pois assim, o mundo do trabalho não pode se dar ao luxo de refletir sobre si própria de maneira totalizante.

A morte do sujeito ontológico é central como objetivo maior da pós-modernidade. A categoria trabalho desaparece completamente do horizonte revolucionário. Todo tipo de

⁹² (LOVATTO, Angélica. Aula expositiva “Teorias da Pós-Modernidade: Abordagens Críticas”, sala 07 do Prédio Didático da UNESP, 19 de março de 2014).

questão vira mero *discurso e micro teorias*. Declara-se a morte do sujeito histórico capaz de empreender lutas contra o capital.

O discurso pós-moderno se baseia numa primeira premissa: a) todo discurso é de rejeição às meta-narrativas⁹³. b) A pós-modernidade preza pelas micro-teorias. A relação que está aí oculta (nas micro-teorias) é a de que não se trata de meramente reduzir o objeto e sim de negar a capacidade que a metanarrativa (totalidade) tem sobre o poder de modificar a ordem ‘natural’ das coisas por ter a capacidade de aprofundar o conhecimento, de se chegar ao real no exercício de transformação da consciência (que transforma-se da condição de alienação) em concreto pensado. (LOVATTO, *idem*).

Não se trata somente de conhecer superficialmente, trata de produzir conhecimento a partir da *apreensão* do real, da totalidade do objeto. As micro teorias não abordam a totalidade. Não abre alternativa para o conhecimento do mundo. Não se transforma aquilo que não se conhece. Apenas se vive o presente a partir da *minha* singularidade e se conforma com a ordem natural das coisas.

Pós-modernos começam a afirmar que vivemos o fim de uma época. Quais as características dessa época que os pós-modernos afirmam ter acabado? A) a organização forte do mundo do trabalho (sindicatos e partido); b) constituição de um padrão civilizatório urbano industrial.

A pós-modernidade afirma que esse período que vivemos não é só o fim de uma época histórica, mas também o fim de paradigmas de análise que permitiram o conhecimento dessa própria época histórica. Aproveitam para afirmar com tudo isso, o fim do marxismo. Afirmam que a modernidade seja ela como realidade histórica, mas também como conjunto de teorias, se esgotou.

Os movimentos existentes na atualidade atuam quase que na contramão do viés de classe, na periferia da luta política. Mesmo que queiram avançar, sua própria condição de não universalização da luta impede isso. E por outro lado, há a opção, mesmo que contra a

⁹³ Metanarrativa: teoria globalizante, totalizante, de caráter amplo. Exercício de totalidade do conhecimento.

vontade da *linha de menor resistência* ao capital⁹⁴. Enquanto a classe operária perde sua centralidade, os movimentos sociais se declaram autônomos em relação à classe trabalhadora. Na dimensão sócio-histórica são denominados novos sujeitos.

Uma das características marcantes da pós-modernidade é culturalizar as relações econômicas. Há a construção de um discurso coerente, mas absolutamente falso. Por exemplo, multiplicam-se os estudos sobre a pobreza, mas esses estudos se interessam não sobre os indicadores socioeconômicos da pobreza e sim sobre o como ela é sentida, percebida pelos seus sujeitos.

As bases teóricas pós-modernas passam a ser simbólicas. Tentam “resignificar” a sociedade a partir do simbólico e não do concreto. Entendem-na a partir do *sentido* de sociedade. É verdade que não existe sociedade sem instrumentos simbólicos, mas ela também não pode ser compreendida sem o exercício de uma interpretação material. Há o abandono da justificativa de totalidade... o que importa é o que é molecular, as singularidades. Tudo se torna fugaz, momentâneo, efêmero, “tudo se desmancha no ar”.

Começa-se a politização de novos espaços: a vida privada, cotidiano, as famílias, o corpo, etc. O papel do partido político (não no sentido da democracia formal) é o de universalizar as demandas da sociedade. O eixo pós-moderno de interpretação do real é cultural, o problema é a opressão e não a exploração. Por isso, a luta se torna débil, tirando a centralidade da classe operária (proletários rurais e urbanos).

Lovatto acrescenta que na pós-modernidade se reafirma que o “*discurso anti-sistêmico*”, nas lutas sociais fazem parte da corrente autonomista que sustenta os movimentos sociais. Há, portanto, uma pluralidade enorme de sujeitos contrários a centralidade da classe operária. Desde movimento estudantil, feministas, negros, Glbts, ambientalistas, entre outros. Enquanto isso, a esquerda vive a angústia de não realização da revolução socialista e carregam esse peso como “*o peso do fardo histórico*” [termo de Mészáros] e a direita vivencia o *discurso* da Ideologia da Segurança: da ordem, da propriedade privada, etc.

⁹⁴ Termo utilizado por Mészáros para dizer que “como as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de aceitarmos de imediato o “salto para o desconhecido”, é mais provável que se prefira seguir a “linha de menor resistência”, ainda por um tempo considerável, mesmo que isso implique derrotas significativas e grandes sacrifícios para as forças socialistas.” (MESZAROS, 2010: 54).

Podemos concluir que essa tendência de negação da ontologia do trabalho parece ser aquilo que Carlos Nelson Coutinho ousou chamar de *miséria da razão*⁹⁵, em sua crítica ao Estruturalismo. “Com “miséria da razão” queremos significar o radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas à simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória”. (COUTINHO, 2010: 18).

Na obra “O Estruturalismo e a Miséria da Razão”, o autor faz ácida crítica as correntes de pensamento estruturalistas (‘historicistas e humanistas abstratas’), bem como, ácida crítica à cultura burguesa dando continuidade às reflexões do mestre Lukács.

O melhor legado que a esquerda tem como exemplo é a postura da batalha das ideias assim como o fez Marx e Engels contra os neo-hegelianos que estavam distorcendo a realidade (através de nevoeiro difuso) e propagando uma nova ideologia que tinha como pressuposto o idealismo neo-hegeliano. Marx e seus contemporâneos fizeram barricadas e foram ao combate dessas ideias no interior da sociedade alemã. Em *A Ideologia Alemã*:

Não nos daremos, naturalmente ao trabalho de esclarecer a nossos sábios filósofos que eles não fizeram a “libertação” do “homem” avançar um único passo ao terem reduzido a filosofia, a teologia, a substância e todo esse lixo à “autoconsciência”, e ao terem libertado o “homem” da dominação dessas fraseologias, dominação que nunca o manteve escravizado. Nem lhes explicaremos que só é possível conquistar a libertação real [*wirkliche Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais⁹⁶; (...) (MARX, ENGELS. 2009 p. 29).

Ao contrário da luta ideológica travada por Marx e Engels e que resultou na celebre “*A Ideologia Alemã*”; na atualidade, parte da esquerda, parece, em nosso tempo histórico, estar enfeitiçada pelas novas teorias.

De acordo com Coutinho, (2010: 30), a herança da modernidade nos brinda com categorias fundamentais como: o humanismo, o historicismo e a razão dialética. “São os únicos instrumentos capazes de fundar cientificamente a ética e a ontologia. Por isso, a

⁹⁵ “Em nosso livro, sugerimos como designação geral a expressão “miséria da razão”, baseada numa analogia com a célebre fórmula – “destruição da razão” – usada por Lukács para designar o irracionalismo”. (COUTINHO, *ibidem*).

⁹⁶ Embora conscientes da relevância da distinção entre os conceitos “real” e “efetivo” na literatura hegeliana, jovem hegeliana e marxista, optamos por traduzir *wirklich* por “real” (assim como *Wirklichkeit* por “realidade” e *verwirklichen* por “realizar”), indicando entre colchetes as raras ocorrências, no original, dos termos *real*, *Realität*, *realisieren* e outras variantes. (N.T.). [Nota de rodapé contida na obra].

tendência ideologizante da decadência irracionalista começa justamente por romper tais categorias”. (COUTINHO, *Ibidem*).

Para Netto, “A *decadência ideológica* portada pelo estruturalismo encontra seu desabrochar e seu ápice no pensamento pós-moderno. (...). O traço geral do pensamento pós-moderno em todas as suas diferenciadas expressões, consiste na completa recusa de uma verdadeira ontologia social que só pode se sustentar a partir da compreensão do trabalho como fundante do ser social (NETTO, in COUTINHO, 2010: 268).

Para tanto, não existe nada mais Moderno do que o proletariado e a luta de classes! O mundo do trabalho ainda irá realizar a superação do estranhamento em todas as suas dimensões. E o elo de ligação e retorno dos produtores com seus meios de produção se dará pela mediação do trabalhador com o trabalho, não o estranhado, mas o associado. Assim a ciência também deixará de ser *estranhada* e cumprirá com seu papel, qual seja, o de reencontro do conhecimento em forma de *práxis* humana apropriada e mediada pelos produtores associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A práxis enquanto atividade humana transformadora da natureza e da sociedade é um dos principais pontos de abordagem no decorrer do texto. Como define Adolfo Sánchez Vazquez (2007: 219) “Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis”. Para o autor, o conhecimento humano em seu conjunto integra-se na dupla e infinita tarefa do homem de transformar a natureza exterior, sua própria natureza.

Vazquez (2007: 237) enfatiza que em suma, a práxis se apresenta como uma atividade material, transformadora e adequada a certos fins. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas por outro lado não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de fins e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica.

Ou seja, por um lado, não é não deve ser o intelectual que vive no mundo da *filosofia especulativa* e completamente desvinculado da ação prática, e por outro, nem a filosofia simples, ou chamado “senso comum”, que idolatra a prática como se ela fosse exclusivamente portadora da verdade, sem nenhuma mediação teórica.

Ainda para o autor (2007: 279),

No trabalho criador supõe a atividade indissolúvel de uma consciência que projeta ou modela idealmente. (...). O produto dessa atividade unitária é, por isso, a culminação de uma atividade consciente do produtor e, portanto, o objeto produzido revela, expressa o homem que o produziu. Essa é a dimensão de uma práxis produtiva criadora.

Por isso, afirmamos que o trabalho associado não deve ser dissociado da produção do conhecimento e do ato de teorizar/refletir sobre as ações produzidas, bem como, a de colocar em prática o pensamento, o conhecimento teleológico, posto em questão. O ato do conhecimento tem que ter uma consequência prática, modificadora da realidade.

Assim, tratou-se de refletir sobre a ação coletiva de um grupo de trabalhadores, que através da práxis, objetivam o trabalho como algo que está para além do valor de troca, mediado por um salário. O fetiche do trabalho assalariado foi superado como condição de avanço para um novo patamar de experiência produtiva. No entanto, vale ressaltar que esse é um processo amplamente contraditório e não se deve tê-lo como supervalorização,

romantismo, idealismos subjetivos, entre outros. Assim como já fora dito, as relações sociais capitalistas permeiam o cotidiano da coletividade dia-a-dia produzindo enormes contradições, no âmbito da consciência e da materialidade da produção da vida, seja nas crianças, jovens, mulheres, a comunidade em geral.

Obviamente o trabalho associado não será uma pequena experiência no meio do universo da totalidade capitalista. Nem pode ser considerada tipicamente socialista, como é o caso da Copava, por exemplo. Aproveita-se aqui a pequena experiência de trabalhadores que socializaram a terra e os fatores de produção para elaborar reflexão sobre como devemos tirar lições para pensar a organização dos trabalhadores, desde sua base concreta, nos aspectos políticos e econômicos dentre todas as suas contradições.

Assim, nos marcos desse modesto estudo, foi possível elaborar uma reflexão sobre as dimensões do trabalho associado e reconhece-las não como experiência socialista pronta e acabada, pois todas as contradições do sistema capitalista permeiam a construção coletiva daqueles trabalhadores e seria demasiado idealismo considerá-la como experiência socialista. Mas a mesma é reconhecida como auto-gestionária, com germens socialistas, e, fora construída num período histórico do MST em que duas revoluções proletárias (Cubana e Nicaraguense) serviam de inspiração para a luta do MST, principalmente na luta pela terra, uma vez que esses países em pleno processo revolucionário fazia a distribuição de terras, a organização do trabalho e da produção nos moldes de uma reforma agrária radical.

No entanto, diferente de Cuba e Nicarágua dos anos 50, 60, 70 e 80, o desfecho da luta popular no Brasil, apesar do acúmulo de forças e do ascenso do movimento de massas pós ditadura civil-militar foi a confluência dos sucessivos governos para a execução do projeto neoliberal.

Com a vitória do governo do PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições de 2002, ao contrário de um governo Democrático Popular, (como fora Salvador Allende no Chile, o governo sandinista da Nicarágua dos anos 80, Hugo Chávez na Venezuela); o governo do PT fez amplas concessões ao capital imperialista e realizou um governo *centro esquerda* até meados de 2003 – 2005 com Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) e um governo *centro-direita* de 2005 a 2016 também com Lula.

O governo Lula significou amplo retrocesso para as conquistas da classe trabalhadora, embora seja considerado o governo que melhorou a situação econômica dos trabalhadores brasileiros devido suas políticas de compensação social. Vale ressaltar, no entanto que essas políticas não são inovadoras, uma vez que o próprio *receituário* do Banco Mundial indica como importante tais medidas. O neoliberalismo se viabiliza com as políticas de compensação social como parte de um aparente pacto social.

Com isso, a reforma agrária, por exemplo, e a reforma urbana, bem como a organização dos trabalhadores sofreu intenso retrocesso do ponto de vista político e ideológico. As organizações de trabalhadores que possuíam acúmulo organizativo com perspectivas progressistas ou revolucionárias foram freadas, e nesse interim, o refluxo produzido a partir dos anos 90, bem como, o comportamento do próprio partido do PT, conformou uma classe trabalhadora, em que, assim como no processo de trabalho há o *estranhamento*, houve também um fenômeno de estranhamento no interior da classe em relação ao partido produzido pela própria classe trabalhadora. O curioso é que isso não se reverteu em oposição e lutas classistas.

Apesar de esse período ter sido considerado como de refluxo das lutas populares e de baixo acúmulo organizativo. Ainda assim, a experiência em questão (o trabalho coletivo e os fatores de produção coletivizados na Cooperativa de Produção “Vó Aparecida”), foi uma das poucas que se manteve na resistência durante 20 anos e foi a única CPA do estado de São Paulo, na experiência do MST, que sobreviveu a esses elementos mencionados. Ainda que com todos os limites explicitados anteriormente.

Entretanto, há sempre o limite estreito entre o que é desejável construir e o que é possível construir em dado momento histórico. Não há somente o elemento subjetivo da vontade, senão também o elemento objetivo do que é concreto, palpável e possível em dado momento da realidade histórica.

Viu-se que mesmo a construção da organização do *trabalho associado* num contexto de revolução socialista, na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), num processo revolucionário, existira enormes desafios para avançar na superação do *trabalho estranhado* e construir germens de trabalho associado.

O MST, portanto, que continua a defender (defendeu em todos os seus Congressos) a estratégia da revolução socialista, precisa ainda, e principalmente nesses tempos nefastos (de polarização política da luta de classes e avanço do fascismo no Brasil), trazer para o centro da discussão, que tipo de organização do trabalho servirá de base para a superação do *trabalho estranhado* e para a organização dos proletários rurais na luta pela terra, na luta por reforma agrária e pelo socialismo a partir daquilo que é chamado “comunidades de resistência”? Como construir de fato a hegemonia dos trabalhadores Sem Terra a partir de novas relações de trabalho nos “territórios livres” conquistados pela luta? Como avançar na Reforma Agrária Popular feita pelos próprios trabalhadores, sem a ilusão em governos reformistas. Como realizar a Reforma Agrária Popular mesmo na inexistência de um *governo democrático popular* que a leve a cabo? Como realizar experiências auto-gestionárias com germens de trabalho associado, em seu interior, nos marcos do capitalismo, da dominação de classe burguesa e do Estado burguês? Como avançar nessa construção tendo como perspectiva outra sociabilidade humana?

Considerando que o trabalho é a categoria fundante do nosso objeto de pesquisa, percebe-se também como necessária outra dimensão do trabalho associado em que muitas vezes fica ocultada: a produção de conhecimento. Uma vez que trabalho manual e intelectual não está dissociado nessa perspectiva.

As formas organizativas como processo de formação da consciência em si e para si são demasiado importantes, inclusive como experiência pedagógica na construção da consciência para si, cominando trabalho, estudo e luta permanente. A produção de conhecimento e não só o consumo de conhecimentos novos, vindos geralmente de intelectuais de fora, é questão chave também para se pensar o trabalho associado.

Como se preparar para os tempos difíceis em que se vive atualmente, de retrocessos democráticos e avalanche de autoritarismos, intolerância, ódio e produção de práxis fascista na sociedade? Como o MST pode defender suas conquistas e contribuir para a defesa das conquistas da classe trabalhadora, para que se avance na luta de classes e não apenas na defesa de pequenas conquistas, ainda que estas sejam frutos de um período curto de arrancá-las com muita luta dentro da democracia burguesa? Como produzir novas conquistas classistas, entremeio ao ódio de classe tão aguçado como se vê nos diferentes espaços da

sociedade? Como assegurar que mesmo as pequenas conquistas não sejam destruídas e sim alavancadas para se extrair destas os aprendizados possíveis?

Por fim, este é um momento histórico específico cheio de contradições, mas ao mesmo tempo cheio de potencialidades. Não existem saídas corporativistas para os problemas colocados pela ordem capitalista. Há sim possibilidades históricas, mas coletivas e de classe.

Diante de toda a problemática, a questão posta é a necessidade de emancipação humana dos jugos do capital, como necessidade objetiva da classe trabalhadora através da supressão do modo de produção capitalista, pelo proletariado. Não se resume, portanto, em meras divagações e intensos debates teóricos sobre a superação capitalista e os rumos da humanidade. Obviamente a solução para tal problemática não está somente nos bancos das universidades e nem nas demandas específicas das bandeiras corporativas de movimentos sociais, partidos políticos e/ou sindicatos. Por mais que estas sejam a expressão mais imediata dos problemas enfrentados na realidade objetiva, e que os fazem se organizarem em luta econômica ou política.

Entretanto, se a mudanças estruturais tiverem que ser feita pelos movimentos populares, que representam hoje, na sociedade brasileira, os principais sujeitos que estão, de certa maneira, desvinculados da estratégia institucional eleitoreira; estes movimentos terão que dar um grande passo rumo às bandeiras de luta que sistematizem e reúnam o conteúdo da luta proletária como um todo pela sua emancipação.

Essas forças em luta têm que produzir uma síntese política: transformar-se de movimentos populares com tarefas reivindicatórias e corporativistas, com precária leitura da conjuntura e compreensão do momento histórico, para organizações políticas que agreguem demandas universalizantes da classe trabalhadora produzindo acúmulo suficiente para esta demanda que é da ruptura com capital, com a classe burguesa e o Estado burguês. O proletariado em toda sua trajetória histórica ainda não superou esse desafio na construção de uma nova *comunidade humana*. Mas o devir histórico ainda está posto como desafio. Alguns desses desafios são: a insubordinação às normas e regras do trabalho estranhado na sociedade do capital, bem como ao Estado burguês e à classe dominante burguesa; Para isso é necessário associar-se a outros trabalhadores nas lutas gerais da classe e confrontar na prática com as leis do capital que impedem os trabalhadores de realizar seu trabalho como atividade associada e criativa. Garantir a organização coletiva econômica e política de trabalhadores e produtores

associados, auto-organizados que participam da condução de sua vida e de seu trabalho, em comunhão com seus iguais.

O devir histórico é algo que inicia no hoje com germens e potencialidades de uma humanidade nova no futuro. Os germens de trabalho associado, só serão possíveis se combinados com processos revolucionários, que, portanto, antecipam o futuro da nova comunidade humana.

Essa construção, apesar de ser quase invisível, pertence a esse atual tempo histórico, cheio de contradições, limites, superações, do novo gestado dentro do velho. No compasso da luta ainda dentro da ordem do capital, mas conspirando sempre contra ela.

Se desconsiderarmos a necessidade de construção de uma nova sociedade e nova organização do trabalho, caminharemos, sem dúvida rumo ao que Mészáros chama de *colapso civilizatório*. Não sem razão, o filósofo húngaro, alude sobre esse tema da barbárie como consequência do colapso civilizatório levado as últimas consequências pelo capital:

Seguindo os passos de Marx, Rosa Luxemburgo expressou de forma notável o dilema que teremos de enfrentar: “*socialismo ou barbárie*”. Quando Marx formulou sua primeira versão dessa ideia, ele a situou no último horizonte histórico das contradições em evolução. Conforme sua visão, num futuro indeterminado os indivíduos seriam forçados a enfrentar o imperativo de fazer as escolhas certas com relação a ordem social a ser adotada, de forma a salvar a sua própria existência.

Quando Rosa Luxemburgo comentou essa dura alternativa, a segunda fase histórica do imperialismo estava em pleno apogeu, provocando em enorme escala o tipo de destruição inimaginável num estágio anterior de desenvolvimento. Mas a escala de tempo em que o sistema de capital continuaria a se afirmar na forma de “destruição produtiva” e de “produção destrutiva” ainda era indeterminada durante a vida de Rosa Luxemburgo. Não havia naquele tempo nenhuma potência – nem mesmo a união de todas – capaz de destruir a humanidade com seus conflitos devastadores.

Hoje a situação é qualitativamente diferente, e por isso a frase de Rosa Luxemburgo adquiriu uma urgência dramática. Não existem rotas conciliatórias de fuga. Ainda assim, nem mesmo o fato de se poder afirmar com certeza que a fase histórica do imperialismo hegemônico global haverá também de fracassar em razão de sua incapacidade de dar solução para as contradições explosivas do sistema, ou mesmo de adiá-las indefinidamente, é promessa de solução para o futuro (Mészáros, 2003, p. 107 e 108).

Socialismo ou barbárie. Como bem afirma Mészáros “barbárie se tivermos sorte”!

Para isso é fundamental organizar a sociedade em outras bases, partindo da organização do trabalho também em outras bases. O trabalho associado é uma necessidade em tempos de colapso civilizatório e andança veloz rumo à barbárie.

Considera-se que no seio da classe trabalhadora existam inúmeras outras formas organizativas que experimentam a superação radical do trabalho estranhado, mesmo na sociedade do capital. O desafio, no entanto, é torna-la num processo de organização da classe trabalhadora em conjunto com outra superação radical: o antagonismo entre capital e trabalho baseado numa sociedade dividida em classes: dominante e dominada.

Esse desafio deverá ser superado como *promessa de solução para o futuro!* Não a solução pela barbárie, mas pelo socialismo.

6 - ANEXOS

Anexo 1 – DEPOIMENTOS:

Depoimento de João Almeida⁹⁷

Na Copava, a experiência que tive foi fundamental para minha formação humana, militante popular e profissional.

Vejo a Copava e sua organização de trabalho-social como uma ilha molhada por águas capitalistas... e disso vem as contradições.

É singular nascer, crescer e trabalhar na copava. Mesmo com todas as dificuldades e contradições, o cooperativismo diminui as iniquidades, as quais são fruto do sistema capitalista.

No assentamento, de modo especial, as famílias da Copava se brindam mais contra as intempéries (naturais, sociais e econômicas). As crianças tem sua ciranda infantil, graças a luta das mulheres (as mulheres são bastantes ativas no processo de luta, mesmo com todo o peso do sistema). Os jovens se fixam mais na terra e é menor o êxodo destes. Não sei ao certo, mas esta é impressão que tenho. Já os homens, de mediana idade, trabalhadores; vejo que estão um tanto apáticos, politicamente.

Sinto que poderia ser melhor se fosse trabalhado o cooperativismo nos acampamentos e assentamentos, investindo mais tempo com constância e sistematicamente na formação política-ideológica. A Copava é um espaço de muita produção de valores e princípios socialistas e além das sementes, do socialismo etc. Ainda assim, se perdeu muito enquanto espaço de reflexão e diálogo e se tornou muito mecânico e imediatista. Os jovens que se encontram trabalhando lá não vivenciaram muitos processos de lutas e resistência, isso trás desorientação de tempo, espaço, pessoas e organização (MST). E os mais experientes não conseguem trabalhar isso com os jovens.

Penso em voltar para a Copava em alguns anos e trabalhar contribuindo nestes aspectos.

(Depoimento colhido dia 29 de janeiro de 2016).

⁹⁷ João Almeida é filho de assentados no Assentamento Agrovila III, foi membro atuante na COPAVA nos anos 90. Formou-se em medicina na ELAM (Escola Latino-americana de Medicina), em Cuba em 2010. Ao formar-se contribuiu na brigada do MST de solidariedade ao Haiti, após o terremoto que devastou aquele país. Atualmente contribui nos hospitais das periferias e também nas áreas de assentamentos de reforma agrária, do MST salvando vidas e também humanizando as praticas de saúde a partir da prevenção.

Anexo 2: Tabela sobre o Trabalho escravo em fazendas do agronegócio no Brasil



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
 Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT
 Departamento de Fiscalização do Trabalho - DEFIT
 Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - DETRAE

QUADRO DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
 SIT/SRTE - 2013

UF	N.º de Operações	N.º de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal	Trabalhadores Resgatados	Pagamento de Indenização	Atos Lavrados
AC	1	1	3	13	R\$ 0,00	29
AL	2	3	0	0	R\$ 0,00	82
AP	1	1	23	23	R\$ 82.916,95	8
BA	10	17	181	135	R\$ 1.018.046,27	366
CE	3	6	119	103	R\$ 284.733,47	69
ES	1	1	0	13	R\$ 61.926,66	25
GO	17	25	250	133	R\$ 425.892,15	397
MA	9	20	93	71	R\$ 148.830,36	238
MG	24	25	161	446	R\$ 1.366.915,93	498
MS	11	12	80	101	R\$ 235.249,40	162
MT	17	30	112	86	R\$ 298.910,94	394
PB	1	1	21	21	R\$ 45.876,00	16
PA	24	68	260	141	R\$ 368.189,73	861
PE	4	8	17	8	R\$ 20.446,02	70
PI	3	3	7	26	R\$ 32.798,34	8
PR	14	22	65	64	R\$ 159.085,76	230
RJ	6	7	10	129	R\$ 351.467,81	55
RO	3	3	17	19	R\$ 46.201,97	62
RS	5	5	44	44	R\$ 157.692,54	86
SC	4	7	57	27	R\$ 82.488,71	107
SP	17	26	339	419	R\$ 2.776.522,86	388
TO	5	9	51	41	R\$ 272.096,15	176
TOTAL	182	300	1910	2063	R\$ 8.236.288,02	4327

Observação: O presente quadro, quando comparado com o quadro geral das operações 2013, apresenta divergências quanto ao número de operações realizadas. Isso se deve ao fato de que neste quadro as operações são distribuídas por Unidade da Federação. Assim, uma mesma operação do quadro geral pode ser duplicada no presente quadro para atender ao critério da separação por UF, quando a fiscalização alcançou mais de um Estado.

LEGENDA:

Operações: constitui-se na ação de uma equipe formada por auditores fiscais do trabalho, procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), agentes da polícia federal (eventualmente, delegado) e motoristas, com vistas a verificar in loco denúncia de prática de trabalho análogo a de escravo. A operação também pode ser impulsionada a

Trabalhador resgatado: refere-se ao trabalhador encontrado em situação análoga a de escravo incurso em uma ou mais hipóteses do artigo 149 do Código Penal. São elas: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e/ou trabalho degradante.

Pagamento de Indenização: trata-se das verbas salariais devidas ao empregado, cujo pagamento no curso da ação fiscal é decorrente do rompimento do contrato de trabalho por causa dada pelo empregador. Compreende saldo de salários, de férias, décimo terceiro (gratificação natalina), entre outros. Não se confunde com as multas

Autos de infração lavrados: documento fiscal imposto ao empregador em virtude de infração à legislação

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) – site:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625BF23BA0208/Quadro%20resumo%20opera%C3%A7%C3%B5es%20T.E.%201995%20-%202013.%20Internet.pdf> – acessado em 16 de fevereiro de 2015.

**QUADRO GERAL DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - SIT/SRTE
1995 a 2013**

Ano	N.º Operações	N.º de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores Resgatados	Pagamento de indenização	Als Lavrados
2013	179	300	2.063	8.236.288,02	4.327
2012	141	255	2.750	9.676.387,36	3.753
2011	170	341	2.485	6.159.707,42	4.493
2010	142	310	2.628	8.786.424,89	3.976
2009	156	350	3.769	5.908.897,07	4.535
2008	158	301	5.016	9.011.762,84	4.892
2007	116	206	5.999	9.914.276,59	3.139
2006	109	209	3.417	6.299.650,53	2.772
2005	85	189	4.348	7.820.211,26	2.286
2004	72	276	2.887	4.905.613,13	2.465
2003	67	188	5.223	6.085.918,49	1.433
2002	30	85	2.285	2.084.406,41	621
2001	29	149	1.305	957.936,46	796
2000	25	88	516	472.849,69	522
1999	19	56	725	ND	411
1998	17	47	159	ND	282
1997	20	95	394	ND	796
1996	26	219	425	ND	1.751
1995	11	77	84	ND	906
TOTAL	1.572	3.741	46.478	86.320.330	44.156

ND - Não disponível (Dados não computados a época)

Atualizado em 22/05/2013

6 - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BORON. Atílio A. (org.). **Filosofia Política Contemporânea: controvérsias sobre civilização**. 1ª ed. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Departamento de Ciencia Política - FFLCH. Universidade de São Paulo: 2006.

BORON. Atílio A. (org.). **Filosofia Política Moderna de Hobbes a Marx**. 1ª ed. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Departamento de Ciencia Política - FFLCH. Universidade de São Paulo: 2006.

BOTTOMORE. Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 5ª Reimpressão. Ed. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro: 1997.

CALDART. Roseli Salete. **Educação no MST e Projeto Educativo Socialista**. Texto Mimeo. Porto Alegre. 2015

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **A Cooperação Agrícola nos Assentamentos do MST: desafios e potencialidades**. IN: **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para Além do Capital**. Orgs: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. 2ª ed. Outras Expressões. São Paulo: 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES. Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3ª ed. Guanabara. Rio de Janeiro: 1987.

_____. **O que é revolução?** Coleção Primeiros Passos. Abril Cultural/Brasiliense. São Paulo: 1984.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx. 1843 – 1844: As Origens da Ontologia do Ser Social**. 2ª ed. Expressão Popular. São Paulo: 2009.

GALEANO. Eduardo. **As Veias Abertas da America Latina**. 43ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Volume 2. Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2000.

_____. **Concepção Dialética da História**. 3ª ed. Civilização Brasileira. São Paulo: 1978.

- HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. 10ª Ed. Paz e Terra. São Paulo: 2004.
- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. 1ª ed. Expressão Popular. São Paulo: 2007.
- _____. **As metamorfoses da Consciência de Classe. O PT entre a negação e o consentimento**. Ed. Expressão Popular. São Paulo: 2006.
- JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Brasiliense. 16ª edição. São Paulo: 1979.
- _____. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 9ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1975.
- KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. 2ª ed. Expressão Popular. São Paulo: 2009.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 4ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1986.
- LENIN, V. I. **Lenin no Poder. 1917 – 1923. Textos Pós Revolução de V. I. Lênin**. L&PM. Porto Alegre: 1979.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Boitempo. São Paulo: 2005.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 9ª ed. Editora Contexto. São Paulo: 2010.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Boitempo. São Paulo: 2010.
- MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo, Moraes, 1991.
- _____. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 2ª ed. Expressão Popular. São Paulo: 2007
- _____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 6ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1991.
- _____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Boitempo. São Paulo: 2008.
- _____. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital**. Boitempo. São Paulo: 2013.
- _____. **O Capital – Crítica da Economia Política – Livro 1 – O Processo de Produção do Capital**. Volume II. 9ª Ed. Difusão Editorial S.A. São Paulo: 1984.
- _____. **O Capital. (Crítica da Economia Política)**. Livro 3. Volume 6: O processo Global de Produção Capitalista. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1974.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. SILVA, Fabiana Fagundes. **Os Desafios da Reforma Agrária Popular e a Questão das Terras Públicas na Região Sudoeste de São Paulo.**

Artigo apresentado no Seminário: Jornada de Estudos Agrários, Territórios e Movimentos Sociais, realizado na UNESP, campus de Marília, em setembro de 2014.

MÉSZÁROS. István. **Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista: Uma alternativa radical ao sistema parlamentar.** 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social.** 1ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?** 1ª ed. Boitempo. São Paulo: 2003.

_____. **Para Além do Capital.** Boitempo. São Paulo: 2011.

NETTO, José Paulo. Pós-facio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Introdução ao Estudo do Método de Marx. Expressão Popular. São Paulo: 2011.

NETTO. José Paulo. BRAZ. Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica.** 6ª edição. Cortez Editora. São Paulo: 2010.

PINTO. Raphaela Giffoni. **O Novo Empresariado Rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agrobusiness (1990-2002).** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFF. Niterói/Rio de Janeiro: 2010.

ROSSI, Miguel Angel. **A Filosofia Política Diante do Primado do Sujeito e da Pura Fragmentação.** In: BORON, Atílio (org.). **Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania.** 1ª Ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciências Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Adriano Pereira. **O Moinho Satânico do Agronegócio Canavieiro no Brasil: Dependência e Superexploração do Trabalho na Região de Ribeirão Preto- SP.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp: 2013.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. 1ª Reimpressão. Fundação Editora Unesp. São Paulo: 1999.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil. O debate na esquerda: 1960-1980** (org.). SP, Editora Expressão Popular: 2005.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. 3ª Ed. Editora da Universidade UFRGS. Porto Alegre: 2002.

TONET, Ivo. NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da Esquerda: da Centralidade do Trabalho à Centralidade da Política**. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 2009.

_____. **Trabalho Associado e Revolução Proletária**. Texto Mimeo. 2010.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Coleção: Pensamento Social Latinoamericano. 1ª edição: Clacso Livros. Buenos Aires/Argentina. Expressão Popular. São Paulo/Brasil, 2007.

VENANCIO, Romero. **Crítica e Modernidade na Escola De Frankfurt: Kant e Habermas**. In: VERAS, Anaína Clara de Melo (org.). **Escola de Frankfurt: Diálogos**. 1ª Edição. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

REVISTAS:

UNESPCIENCIA. **“Terra em Transe”**. Ano 04. Número 40. Editora Fundação UNESP, São Paulo: 2013.

BONI. QUARESMA. Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 Nº 1 (3), janeiro/Julho 2005.

AULAS EXPOSITIVAS:

LOVATTO. **Aula expositiva “Teorias da Pós-Modernidade: Abordagens Críticas”**, sala 07 do Prédio Didático da UNESP, 19 de março de 2014.

NETTO. José Paulo. **Aula expositiva “Pós-Modernidade”**. Escola Nacional Florestan Fernandes, 03 e 04 de julho de 2013.

SITES:

ABAG – www.abag.com.br

ANPOCS - <http://www.anpocs.org>

Cana Online - www.canaonline.com.br

Carta Capital – www.cartacapital.com.br

Fundação Getúlio Vargas: www.fgv.br

Instituto Humanitas Unisinos - www.ihu.unisinos.br

Instituto Nacional do Câncer - www.inca.gov.br

Investe – www.investe.gov.org.br

Isto É Dinheiro - www.istoedinheiro.com.br

Jornal Brasil de Fato - www.brasildefato.com.br

Ministério do Meio Ambiente - www.mma.gov.br

MST – www.mst.org.br

UNICA - www.unica.com.br

Pastoral Do Migrante - www.pastoraldomigrante.org.br
